

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>3</b>
<b>Impacto da pandemia de Covid-19 na volatilidade do IBOVESPA: uma análise exploratória a partir de modelos da família ARCH.....</b>	<b>4</b>
Mario Augusto de Souza Liziér, Andreza Aparecida Palma	
<b>A iniciação científica como motor da formação de pesquisadores: uma análise utilizando <i>Coarsened Exact Matching</i> .....</b>	<b>17</b>
Andrea Felipe Cabello, Geisa Novais, André Nunes, Celso Vila Nova	
<b>O “espírito” do capitalismo: apontamentos sobre a segunda parte do primeiro ensaio de <i>A Ética Protestante</i> de Max Weber.....</b>	<b>48</b>
Eduardo José Monteiro da Costa	
<b>(Re)discutindo as implicações socioeconômicas do “milagre” econômico brasileiro.....</b>	<b>71</b>
Rita Inês Paetzhold Pauli, Gabriel Eduardo Gonçalves, Mariana Camboim Viola	
<b>O Auxílio Emergencial e a vulnerabilidade socioeconômica no município de Parnaíba (PI) na pandemia do COVID-19.....</b>	<b>92</b>
Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves, Idevan de Sousa Gomes, Ivaldo de Oliveira Gonçalves Filho, Tawan de Oliveira Rodrigues Maciel	
<b>Uma análise institucionalista de três intérpretes brasileiros sobre a influência portuguesa na formação do Brasil.....</b>	<b>115</b>
Denilson Alencastro, Tales Rabelo Freitas	
<b>Avaliação de desempenho na função pública: percepção dos funcionários do Distrito de Nacarôa.....</b>	<b>133</b>
Agostinho Armando	
<b>RESENHA: <i>Os engenheiros do caos</i>.....</b>	<b>150</b>
Agnello Rufino da Silva Junior, Alessandra Lavor Passos Rufino, Danilo Rodrigues Guedes	
<b>Lista de pareceristas <i>ad hoc</i> do periódico.....</b>	<b>155</b>

**Reitor UFPI:**

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

**Vice-Reitor:**

Prof. Dr. Viriato Campelo

**Diretor CCHL:**

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

**Chefe DECON:**

Profa. Ma. Kellen Carvalho de Sousa Brito

**Coord. Curso Economia:**

Prof. Dr. João Soares da Silva Filho

**Editor-chefe:**

Prof. Dr. Juliano Vargas

**Editor-adjunto:**

Prof. Dr. Samuel Costa Filho

**Editores de seção:**

Dr. Aécio Alves de Oliveira, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Dr. Alvaro Sanchez Bravo, Universidad de Sevilla, Espanha

Dra. Alyne Maria Barbosa de Sousa, Instituto Federal do Piauí (Campus Teresina Central), Brasil

Dra. Andrea Felipe Cabello, Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Daniela Freddo, Universidade de Brasília, Brasil

Dr. Fabrizio Filippo Lorusso, Universidad Iberoamericana León, México

Dr. Francisco Patrício Esteves, Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências (ISPTEC), Angola

Dr. Jorge Aníbal Aranda Ortega, Universidad de Chile, Chile

Dr. José Machado Pais, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. Mário José Maestri Filho, Universidade de Passo Fundo, Brasil

Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Dr. Sérgio Soares Braga, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Dra. Sissy da Silva Souza, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil

Dr. Vitor de Athayde Couto, Universidade Federal da Bahia, Brasil

**Revisão textual e de ABNT:**

Gabriela de Almeida Furtado

Gláucia Quênia Bezerra de Lima

Marco Aurélio Assis Cardoso

Raira Costa Melo

Rhayro Roberto Vieira de Oliveira

**Projeto gráfico e capa:**

Josiel da Silva Oliveira

Pedro Henrique Miranda Lima Moura

## Apresentação

A revista **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, vinculada ao Departamento de Ciências Econômicas desta instituição, com satisfação comunica a publicação da edição correspondente ao seu volume 43, número 2, referente ao período compreendido entre julho e dezembro de 2021. Disponibilizamos este exemplar àqueles que colaboraram diretamente (autores, avaliadores, revisores, docentes e discentes – em especial, aos alunos Carlos Roberto Góes Paz Sousa, Josafá Evangelista Leite, Luis Felipe Moura Sousa, Milena Pereira Alves – do DECON, profissionais de TI e editores de seção), programas e instituições parceiras, bem como ao público que acessa livremente o portal eletrônico do próprio periódico, reforçando o objetivo de promover a produção e a divulgação do conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas via textos inéditos que forneçam contribuições originais.

Nesta edição constam publicados 7 artigos e 1 resenha, envolvendo ao todo 18 autorias e coautorias, sendo: 8 de doutores, 1 de doutorando, 3 de mestres, 1 de especialista, 2 de graduados e 3 de discentes de graduação. Figuram pesquisas elaboradas por acadêmicos vinculados às seguintes instituições: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Católica de Moçambique (UCM), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Vale ressaltar que esta é a primeira edição em que, além de um estudo internacional, estão publicados textos de todas as cinco regiões brasileiras.

Uma conquista que passa a constar a partir desta edição do periódico é o *Electronic International Standard Serial Number (ISSNe)*, que é o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas da versão eletrônica. Este resultado derivou da dedicação profissional do professor Dr. Francisco Prancacio Araújo de Carvalho (DECON/UFPI), a quem a equipe editorial cordialmente agradece.

Outro avanço foi a vinculação do periódico a dois novos indexadores, que permitirão ampliar o alcance das publicações e o alinhamento às melhores práticas editoriais. São eles: *Google Acadêmico* e *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*.

Desejamos que os textos apresentados despertem a curiosidade e atendam às expectativas de quem os lerem. Agradecemos novamente a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram para o lançamento desta edição da revista **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, tendo o prazer de convidar toda a comunidade acadêmica a uma agradável e proveitosa leitura.

**Impacto da pandemia de Covid-19 na volatilidade do IBOVESPA:  
uma análise exploratória a partir de modelos da família ARCH**

*Impact of pandemic COVID-19 on IBOVESPA volatility:  
an exploratory analysis based on ARCH family models*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.975>

Mario Augusto de Souza Lizier<sup>1</sup>

Andreza Aparecida Palma<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho investiga o impacto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sobre a volatilidade do IBOVESPA. A pandemia de COVID-19 levou ao aumento na incerteza e no nível de risco nos mercados financeiros e na economia global. Foram utilizados modelos da família ARCH para estudar o comportamento do IBOVESPA durante a crise causada pela pandemia. O IBOVESPA reflete a variação média dos preços das ações negociadas no Brasil. Os modelos foram estimados para a amostra toda, para os períodos pré-pandemia (17/09/2018 – 17/03/2020) e durante a pandemia (17/03/2020 – 17/09/2021). A principal diferença encontrada foi no parâmetro de persistência da volatilidade, que aumentou durante o período da pandemia, passando de 0,93 para 0,97, significando que choques levarão mais tempo para ser enfraquecidos em comparação com o período anterior. O cálculo do valor da *half-life* mostra que, enquanto no período pré-pandemia seriam necessários 9,5 dias para a dissipação de um choque, durante a pandemia são necessários 22,8 dias.

**Palavras-chave:** IBOVESPA; Modelos ARCH; Pandemia; Volatilidade.

**Abstract:** This work investigates how the new coronavirus (COVID-19) affected the volatility of the IBOVESPA. The COVID-19 pandemic has led to increased uncertainty and risk levels in financial markets and the global economy. We used models from the ARCH family to study the behavior of the IBOVESPA during the crisis caused by the pandemic. The IBOVESPA reflects the average price variation of shares traded in Brazil. The models were estimated for the entire sample, for pre-pandemic (09/17/2018 – 03/17/2020) and during the pandemic (03/17/2020 – 09/17/2021) periods. The main difference found was in the volatility persistence parameter, which increased during the pandemic period, going from 0.93 to 0.97, meaning that shocks will take longer to weaken compared to the previous period. The calculation of the half-life value shows that, while in the pre-pandemic period it would take 9.5 days to dissipate a shock, during the pandemic it takes 22.8 days.

**Keywords:** IBOVESPA; ARCH models; Pandemics; Volatility.

*Artigo recebido em: 1º/11/2021. Aceito em: 21/12/2021.*

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Computação pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC/USP). Professor no Departamento de Computação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: [lizier@ufscar.br](mailto:lizier@ufscar.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9123-5822>

<sup>2</sup> Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Departamento de Economia e na Pós-Graduação em Administração da UFSCar.

E-mail: [drepalma@ufscar.br](mailto:drepalma@ufscar.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0440-1683>

## Introdução

A pandemia ocasionada pelo coronavírus SARS-Cov2, oficializada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), trouxe um aumento da incerteza global e também no nível de risco dos mercados financeiros. Momentos de incerteza levam a um aumento na volatilidade dos ativos. E a volatilidade é um insumo importante para análises de gestão de risco e formação de carteiras de investimento. Em relação ao Brasil, houve queda intensa do IBOVESPA (principal índice do mercado de ações brasileiro), com migração de investidores para economias consideradas mais seguras.

O objetivo do presente trabalho é modelar o comportamento da volatilidade do índice BOVESPA através de modelos da família ARCH (*Auto Regressive Conditional Heterokedasticity*) e comparar os resultados obtidos durante os períodos pré e durante a pandemia. Yong *et al.* (2021) realizaram um estudo similar para Malásia e Singapura entre julho de 2019 e agosto de 2020, encontrando diferenças na distribuição entre os períodos pré e durante a pandemia. Já Li *et al.* (2021) observam uma relação de longo prazo entre a performance da Bolsa de Valores e os casos acumulados de Covid-19, o que ressalta a importância de estudos dessa natureza.

Os modelos da família ARCH permitem modelar a variância condicional de um ativo. O primeiro modelo dessa classe foi proposto por Engle (1982). Várias versões têm sido propostas desde então. As evidências empíricas apontam que a volatilidade não é apenas variante no tempo, mas também que a volatilidade futura é assimetricamente relacionada aos erros passados, ou seja, retornos inesperados negativos afetam a volatilidade futura mais que os retornos inesperados positivos. O mercado fica mais “nervoso” quando os preços caem. A falha em capturar essas características dos retornos pode causar inferência incorreta na precificação dos ativos e levar à formação de estratégias subótimas por parte dos agentes. Por isso, o interesse em modelos de volatilidade condicional assimétrica tem aumentado, assim como o uso de procedimentos estatísticos que são especificamente designados para capturar efeitos de assimetria de volatilidade. Os modelos dessa classe que serão usados no presente estudo são o EGARCH e GJR, descritos na próxima seção.

Uma tarefa importante em pesquisa aplicada é decidir quais dos muitos possíveis modelos de volatilidade devem ser empregados em qualquer dada situação. Pagan e Schwert (1990) e Engle e Ng (1993) tentam fornecer algum guia a este respeito, avaliando a habilidade de modelagem de vários procedimentos estatísticos. Seus resultados sugerem que nenhum dos modelos popularmente empregados são hábeis para capturar adequadamente efeitos assimétricos, pelo menos para os índices e períodos analisados, embora o modelo GJR tenha se mostrado melhor que EGARCH para capturar assimetria dentro da amostra. Porém, não é claro no trabalho existente até então, quão bem modelos como GJR fazem a previsão da volatilidade fora da amostra.

Além desta introdução, o presente artigo está organizado como segue. A seção 1 apresenta brevemente os modelos de volatilidade que serão estimados nesse trabalho. A seção 2 apresenta os dados utilizadas e faz uma análise descritiva, ressaltando os principais fatos estilizados das séries temporais financeiras. Já a seção 3, traz os modelos estimados e como foram escolhidas as especificações, além da análise dos resultados. Por fim, a última seção é dedicada às conclusões.

## 1 Modelos de volatilidade

Os mais populares modelos de volatilidade são aqueles da família ARCH (*Auto Regressive Conditional Heterokedasticity*), que serão apresentados a seguir. O modelo ARCH foi proposto originalmente por Engle (1982) e generalizado para o GARCH (*Generalized ARCH*) por Bollerslerv (1986). É comum a necessidade de uma alta ordem de defasagens no modelo ARCH a fim de representar adequadamente a variância condicional. Os modelos GARCH foram propostos para resolver o problema da parcimônia, uma vez que podem modelar a mesma série com menos parâmetros (ordem menor de  $p$  e  $q$ ), assim como acontece com os modelos ARMA (modelos autorregressivos de médias móveis). Nelson (1991) propôs uma extensão para capturar o efeito assimétrico de choques positivos e negativos chamada de modelo EGARCH (*Exponential ARCH*). Modelos dessa classe buscam capturar o fato empírico estilizado que “más notícias” impactam mais a volatilidade que “boas notícias”, ou seja, o mercado fica mais “nervoso” quando há variação negativa nos retornos (chamado de efeito alavancagem). Glosten *et al.* (1993) propuseram um formato alternativo para capturar esse efeito assimétrico/alavancagem, chamado de modelo GJR (*ARCH-sinal de Glosten, Jagannathan e Runkle's*), que leva a inicial de seus autores.

- *GARCH*

$$\sigma_t^2 = \alpha + \sum_{i=1}^p \beta_i \sigma_{t-i}^2 + \sum_{j=1}^q \gamma_j \varepsilon_{t-j}^2 \quad (1)$$

No modelo acima, erros positivos e negativos são tratados de forma simétrica, assim como no modelo ARCH ( $p=0$ ) e no modelo IGARCH ( $\sum_{i=1}^p \beta_i + \sum_{j=1}^q \gamma_j = 1$ ).

- *EGARCH*

$$\ln \sigma_t^2 = \alpha + \sum_{i=1}^p \beta_i \ln \sigma_{t-i}^2 + \sum_{j=1}^q \gamma_j \left[ \delta \left( \frac{\varepsilon_{t-j}}{\sigma_{t-j}} \right) + \left| \frac{\varepsilon_{t-j}}{\sigma_{t-j}} \right| - \sqrt{\frac{2}{\pi}} \right] \quad (2)$$

- *GJR*

$$\sigma_t^2 = \alpha + \sum_{i=1}^p \beta_i \sigma_{t-i}^2 + \sum_{j=1}^q \gamma_j \varepsilon_{t-j}^2 + \sum_{k=1}^r \phi_k D_{t-k} \varepsilon_{t-k}^2 \quad (3)$$

onde:

$$D_{t-k} = \begin{cases} 1 & \text{se } \varepsilon_{t-k} < 0 \\ 0 & \text{se } \varepsilon_{t-k} \geq 0 \end{cases}$$

Como podemos observar pela equação acima, o modelo GJR, assim como o modelo EGARCH, é basicamente uma extensão do modelo GARCH que permite que retornos inesperados negativos passados afetem a volatilidade de maneira diferente que os positivos. Isso é feito pela inclusão da variável *dummy*.

Em adição aos modelos familiares mencionados acima, alguns novos modelos de volatilidade têm sido propostos, incluindo *GARCH multiplicativo*, *SWARCH*, *estimadores kernel*, entre outros. Muitos desses modelos já foram analisados por autores como Pagan e Schwert (1990) e Engle e Ng (1993). No entanto, seus resultados revelam que, embora algum melhoramento seja algumas vezes observado sobre os modelos mais básicos ARCH, nenhum deles supera substancialmente os modelos GARCH simples.

## 2 Dados e análise descritiva

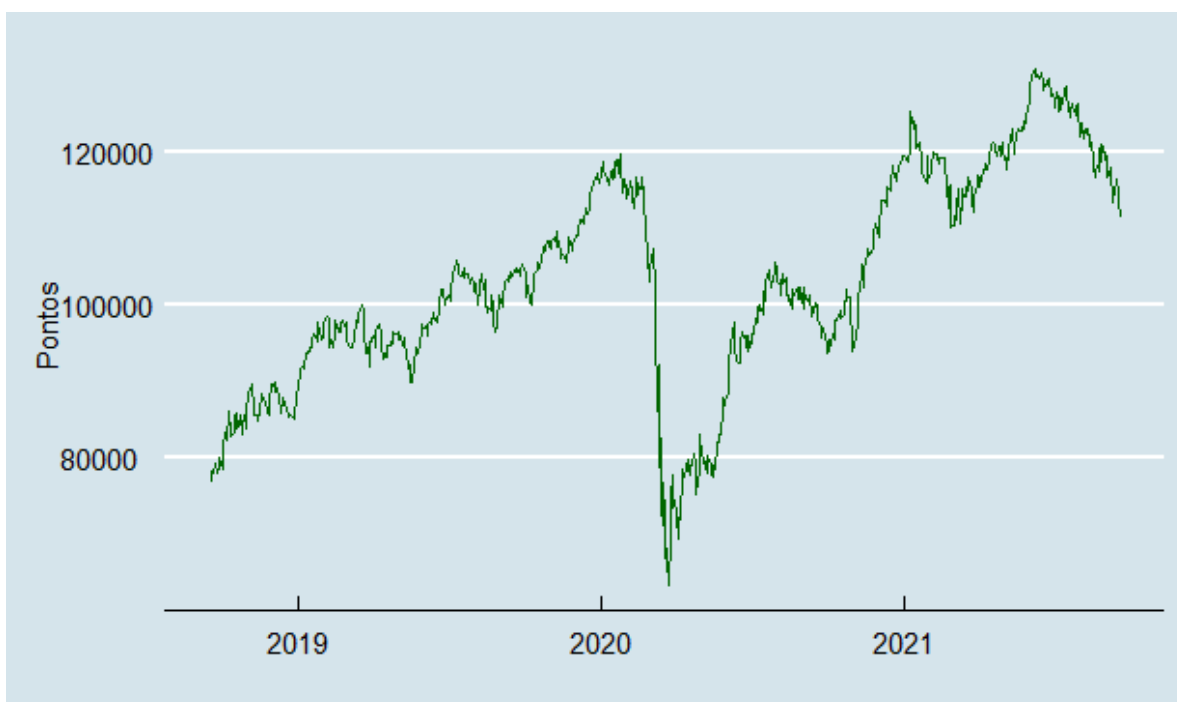
Foram utilizados os valores diários de fechamento do IBOVESPA, de 17/09/2018 – 17/09/2021, num total de 738 observações. Os dados foram coletados junto ao site *Yahoo Finance*<sup>3</sup>.

O retorno é calculado usando a primeira diferença do logaritmo natural dos preços:

$$R_t = \Delta \ln p_t \quad (4)$$

Os gráficos 1 e 2 apresentam a série de cotação diária e a série de retornos, respectivamente. Como pode ser notado, a pandemia trouxe uma queda acentuada na cotação do IBOVESPA, que foi se normalizando lentamente ao longo do período. O gráfico 3 apresenta os retornos absolutos, que também mostram os efeitos da pandemia na série.

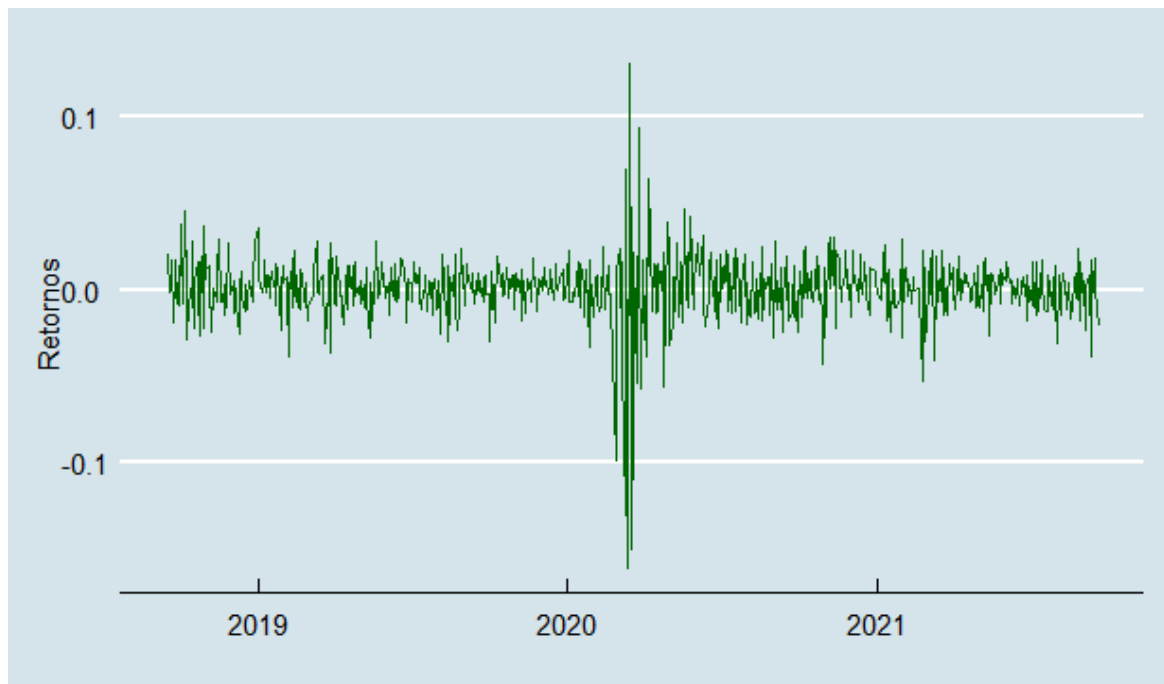
Gráfico 1 – Série de cotação diária do fechamento do IBOVESPA



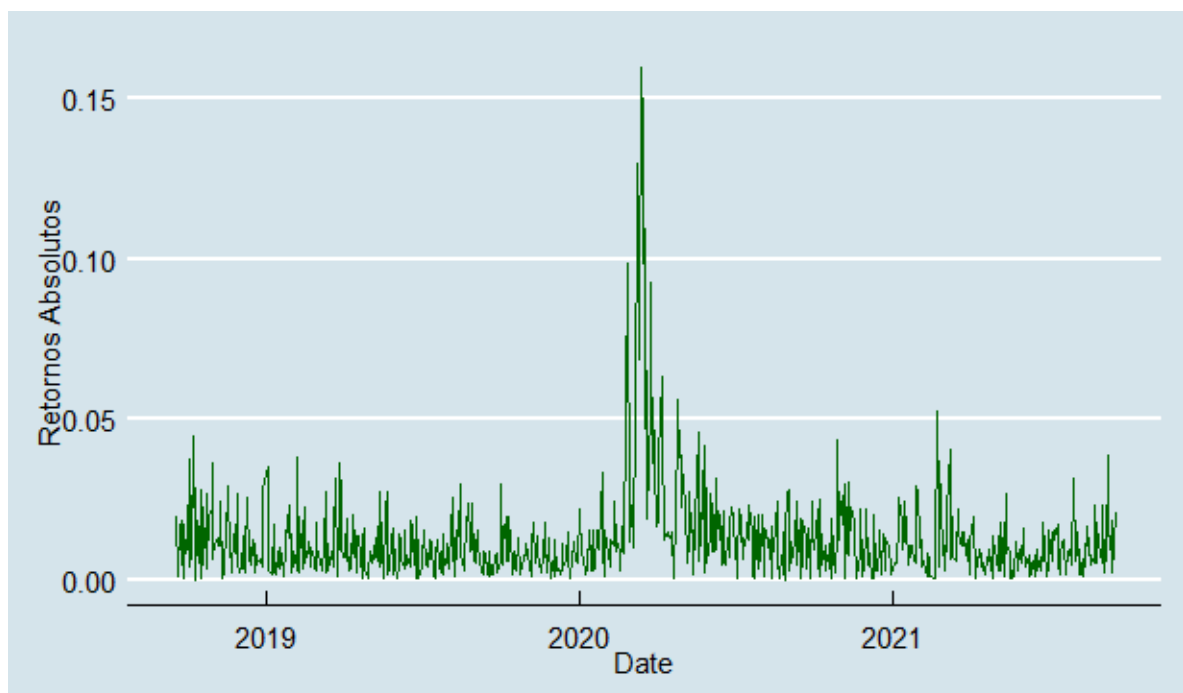
**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de dados do *Yahoo Finance* (2021).

<sup>3</sup> *Yahoo Finance*: <https://finance.yahoo.com/>



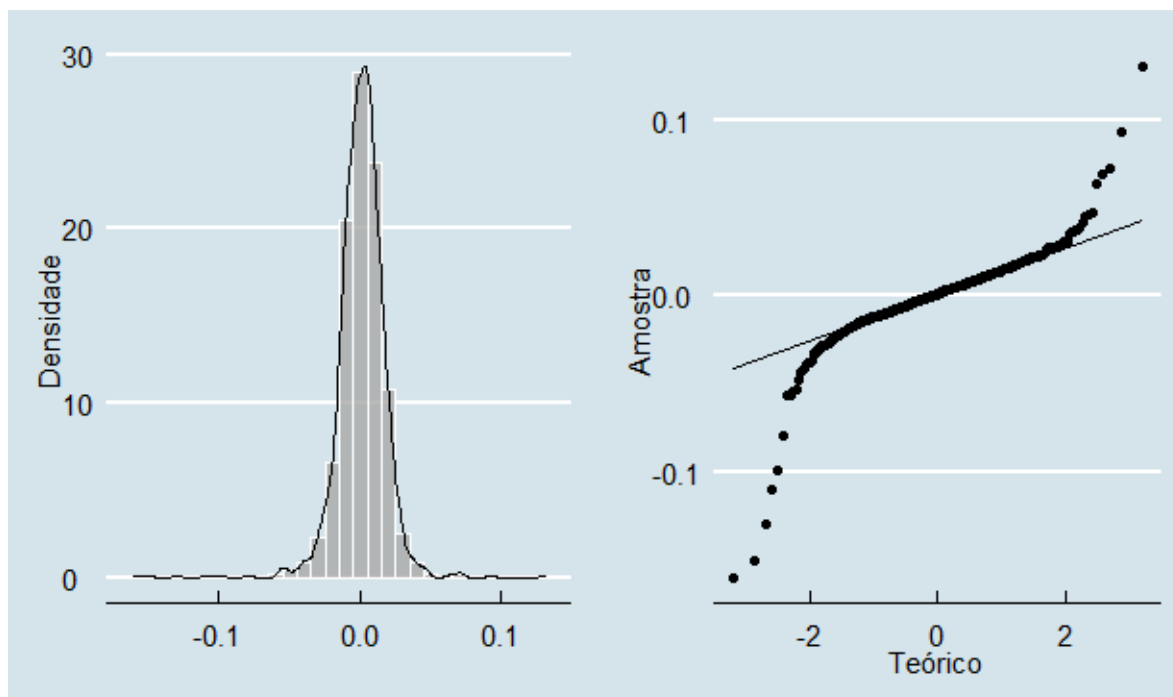
**Gráfico 2 – Série de retornos diários do IBOVESPA**

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de dados do *Yahoo Finance* (2021).

**Gráfico 3 – Retornos absolutos diários do IBOVESPA**

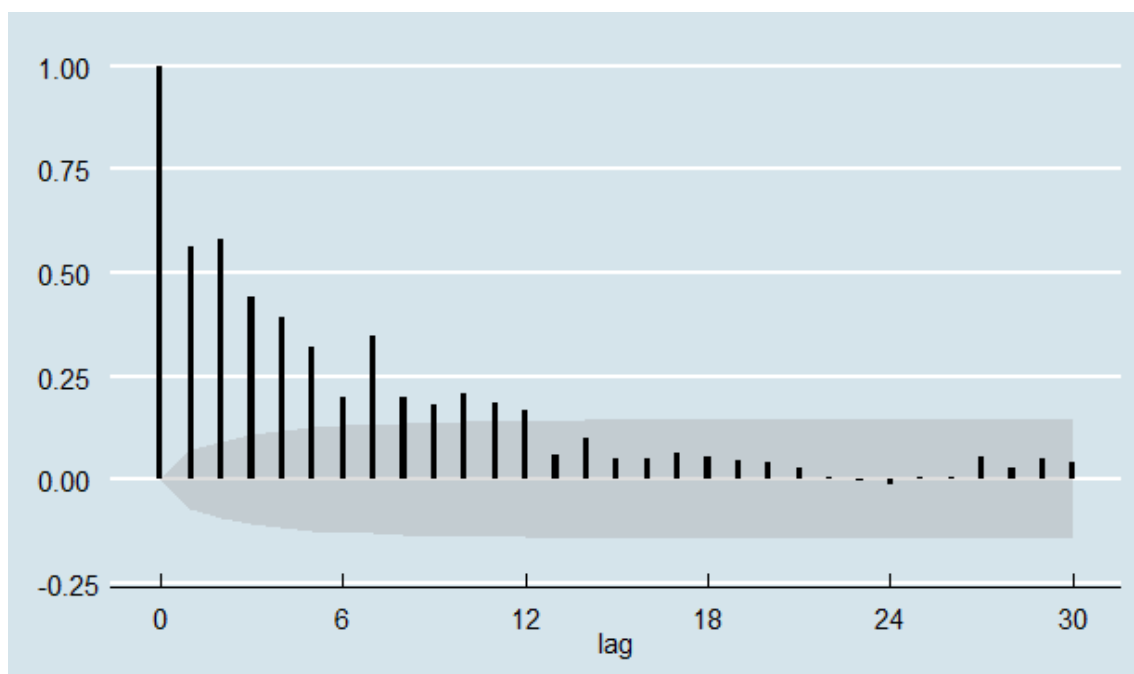
**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de dados do *Yahoo Finance* (2021).

Gráfico 4 – QQ-plot e histograma da série de cotação diária do IBOVESPA



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do *Yahoo Finance* (2021).

Gráfico 5 – Função de autocorrelação parcial dos retornos ao quadrado



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do *Yahoo Finance* (2021).

O gráfico 4 traz o QQ-plot (*quantile-quantile*) e o histograma da série, mostrando que se trata de uma distribuição leptocúrtica, um dos fatos estilizados bem documentados em séries temporais financeiras. Dessa forma, a probabilidade de eventos extremos (sejam grandes perdas, sejam grandes ganhos) é maior do que o comparado à distribuição normal. Já o gráfico 5 apresenta a função de autocorrelação parcial dos retornos ao quadrado, mostrando que existe o efeito de heterocedasticidade condicional, ou seja, os quadrados dos retornos são autocorrelacionados e, portanto, os modelos propostos da família ARCH são adequados para modelar a série.

### 3 Especificação do modelo e estimação

Para a estimação, foram considerados dois subgrupos: período pré-pandemia (17/09/2018 – 17/03/2020) e período durante pandemia (após 17/03/2020).

*Seleção da configuração da volatilidade para cada modelo:*

- GARCH e EGARCH:  $p, q \in [1, 1]$ .
- GJR:  $p, q, r \in [1, 1]$ .

Foram empregadas as especificações de ordem [1,1], que são as mais comuns na literatura e parecem as mais adequadas na prática (HANSEN; LUNDE, 2005; BOLLERSLEV *et al.*, 1992). Serão descartados os modelos que produzirem previsões negativas da variância dentro da amostra e também aqueles que rejeitarem o teste de especificação de *Box-Pierce* para autocorrelação nos 24 *lags* dos resíduos padronizados ao quadrado  $\left( \frac{\hat{\varepsilon}_t^2}{\hat{\sigma}_t^2} \right)$ . Além disso, foram utilizadas as seguintes distribuições para cada um dos modelos: normal (“norm”), normal assimétrica (“snorm”), *t* de *Student* (“std”), *t* de *Student* assimétrica (“sstd”), erro generalizada (“ged”), erro generalizada assimétrica (“sged”), generalizada hiperbólica (“ghyp”) e Jhonson SU (“jsu”).

Os modelos que não forem descartados pelos critérios acima, serão escolhidos de acordo com o **critério de informação de Schwarz**. A melhor especificação assim escolhida será a representativa para cada período. A tabela 1 apresenta as especificações escolhidas.

**Tabela 1 – Seleção da configuração dos modelos**

Especificação	Amostra		
	Completa	Pré	Durante
sGARCH-norm	-5,56098	-5,55595	-5,46981
sGARCH-snorm	-5,59238	-5,58828	-5,45651
sGARCH-std	-5,63083	-5,67095	<b>-5,50579</b>
sGARCH-sstd	-5,6332	-5,66383	-5,49576
sGARCH-ged	-5,60224	-5,63611	-5,48037
sGARCH-sged	-5,61599	-5,64302	-5,46939
sGARCH-jsu	-5,63405	-5,66335	-5,4921
sGARCH-ghyp	-5,62969	-5,65249	-5,47734
eGARCH-norm	-5,59346	-5,61488	-5,43851
eGARCH-snorm	-5,61682	-5,63056	-5,42513
eGARCH-std	-5,63652	<b>-5,67853</b>	-5,48113
eGARCH-sstd	-5,64175	-5,67715	-5,47067
eGARCH-ged	-5,6156	-5,6547	-5,45391
eGARCH-sged	-5,63036	-5,66561	-5,44297
eGARCH-jsu	<b>-5,64301</b>	-5,67731	-5,4667
eGARCH-ghyp	-5,63673	-5,66295	-5,45229
gjrGARCH-norm	-5,57385	-5,58544	-5,45373
gjrGARCH-snorm	-5,5997	-5,60568	-5,44042
gjrGARCH-std	-5,63207	-5,67749	-5,48975
gjrGARCH-sstd	-5,6355	-5,67293	-5,47984
gjrGARCH-ged	-5,60668	-5,6456	-5,4643
gjrGARCH-sged	-5,62068	-5,65493	-5,45337
gjrGARCH-jsu	-5,63621	-5,67209	-5,47613
gjrGARCH-ghyp	-5,63088	-5,6593	-5,46135

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir do *software* R.

De acordo com a tabela 1, o modelo escolhido para a amostra toda foi o EGARCH(1,1). Para o período pré-pandemia, também foi selecionado o EGARCH(1,1). Já para o período durante a pandemia, o modelo escolhido foi o GARCH(1,1), o que sugere que o efeito de assimetria/alavancagem seria menos importante durante a pandemia (ou seja, o efeito diverso entre choques negativos e positivos). Cabe notar também as distribuições selecionadas – *t de Student* para a amostra completa e JSU para o período durante a pandemia. Esse resultado é consistente com a literatura, uma vez que a distribuição normal não é a mais adequada quando se trabalha com dados financeiros – os quais apresentam distribuição leptocúrtica e possivelmente assimétrica. Como já documentado por Hsieh (1989) e Baillie e Bollerslev (2002), a distribuição *t de Student* mostra-se mais apropriada nesses casos. A estimação foi feita pelo método da máxima verossimilhança através do RStudio<sup>4</sup> e do pacote *rugarch*<sup>5</sup>. As tabelas abaixo apresentam os resultados da estimação.

<sup>4</sup> RStudio - Integrated development environment for R. Version 1.3.1093 - <https://www.rstudio.com/>

<sup>5</sup> The *rugarch* package - <https://www.rdocumentation.org/packages/rugarch/versions/1.3-3>

**Tabela 2 – Modelo para a amostra toda EGARCH(1,1)**

	Coefficiente	Desvio-padrão	Valor t	Pr(>  t )
omega	-0.27	0.02	-10.88	0.00
alpha1	-0.11	0.02	-5.18	0.00
beta1	0.97	0.00	327.01	0.00
gamma1	0.15	0.04	4.12	0.00
skew	-0.89	0.28	-3.21	0.00
shape	2.31	0.33	7.04	0.00

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir do *software* R.

**Tabela 3 – Modelo pré-pandemia EGARCH (1,1)**

	Coefficiente	Desvio-padrão	Valor t	Pr(>  t )
omega	-0.60	0.24	-2.50	0.01
alpha1	-0.22	0.04	-5.34	0.00
beta1	0.93	0.03	33.23	0.00
gamma1	0.20	0.01	24.58	0.00
shape	5.88	1.63	3.60	0.00

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir do *software* R.

**Tabela 4 – Modelo durante a pandemia GARCH(1,1)**

	Coefficiente	Desvio-padrão	Valor t	Pr(>  t )
omega	0.00	0.00	1.69	0.09
alpha1	0.08	0.00	20.69	0.00
beta1	0.89	0.03	34.78	0.00
shape	8.92	2.61	3.41	0.00

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir do *software* R.

Para fins de comparação, foi estimado também um modelo EGARCH(1,1) para o período durante a pandemia, apresentado na tabela 5.

**Tabela 5 – Modelo Durante a pandemia EGARCH(1,1)**

	Coefficiente	Desvio-padrão	Valor t	Pr(>  t )
omega	-0.27	0.07	-3.67	0.00
alpha1	-0.04	0.04	-1.14	0.25
beta1	0.97	0.01	110.58	0.00
gamma1	0.21	0.06	3.30	0.00
shape	8.33	2.67	3.12	0.00

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir do *software* R.

Como pode ser observado pelas tabelas 2 a 4, todos os parâmetros são estatisticamente significantes a 10%. Nas tabelas acima, os coeficientes seguem a descrição de Ghalanos (2020). “Ômega” é o intercepto do modelo de variância condicional. “Alpha1” é o coeficiente do termo ARCH, “beta1” o coeficiente do termo GARCH e “Gamma1” é o coeficiente de assimetria para os modelos GARCH e GJR. Para o modelo EGARCH, “Alpha1” é o parâmetro de alavancagem. Quanto ao parâmetro de assimetria, “gamma1”, este manteve-se estável entre os períodos, indicando que não houve diferença em relação ao período pré e durante a pandemia. A tabela 6 apresenta a persistência de cada um dos modelos, calculada conforme Ghalanos (2020), bem como a medida de *half-life* (meia-vida), que mostra o número de dias necessários para observarmos a metade da reversão esperada em direção à média, ou ainda, o tempo médio para o choque se dissipar.

**Tabela 6 – Persistência a partir dos modelos estimados**

<b>Modelo</b>	<b>Persistência</b>	<b><i>Half-life</i></b>
Amostra toda EGARCH(1,1)	0.86	4.60
Pré-Pandemia EGARCH (1,1)	0.71	2.02
Durante a Pandemia GARCH(1,1)	0.97	22.76
Durante a pandemia EGARCH(1,1)	0.93	9.55

**Fonte:** elaborado pelos autores.

Comparando o período pré-pandemia com o período durante a pandemia, há um aumento de 0,93 para 0,97 na persistência dos choques, ou seja, os choques serão mais lentamente enfraquecidos ao longo do tempo. O cálculo do valor da *half-life* mostra isso: enquanto no período pré-pandemia seriam necessários 9,5 dias para a dissipação de um choque, durante a pandemia são necessários 22,8 dias. Portanto, os resultados encontrados corroboram que a pandemia trouxe um impacto importante para a volatilidade do índice BOVESPA, refletido pelo aumento da persistência dos choques.

## Conclusões

A pandemia trouxe um aumento das incertezas no mercado global, mudanças de hábitos e turbulências no mercado financeiro. Momentos de crise como esses levam a um aumento na volatilidade dos ativos. Cabe notar que a volatilidade é um insumo importante para análises de gestão de risco e formação de carteiras de investimento. Dessa forma, estudos a respeito da estimação de volatilidade são de suma importância para investidores e também para formuladores de políticas públicas, uma vez que turbulências no mercado financeiro podem ter consequências para a economia como um todo.

Nesse artigo, o objetivo foi verificar os impactos da pandemia na volatilidade do índice BOVESPA, que reflete a variação média dos preços das ações negociadas no Brasil. Para isso, foram estimados modelos da família ARCH para a amostra completa (17/09/2018 a 17/09/2021) e para dois subperíodos: pré-pandemia (17/09/2018 a 17/03/2020) e durante a pandemia (17/03/2020 a 17/09/2021). Além disso, foi feita uma análise exploratória dos dados, mostrando os efeitos da pandemia e alguns fatos estilizados de séries financeiras. Foram estimados os modelos GARCH, EGARCH, GJR com oito combinações de distribuição para o termo de erro. Os melhores modelos foram escolhidos de acordo com o critério de informação de Schwarz. Para o período completo, o melhor modelo foi o EGARCH(1,1), para o período pré-pandemia também o modelo EGARCH(1,1) e para o período durante a pandemia o modelo GARCH(1,1).

Os resultados mostraram que de fato houve uma mudança no comportamento da volatilidade durante o período da pandemia. Mais especificamente, a principal diferença entre o modelo estimado pré e durante a pandemia está no parâmetro de persistência, que passou de 0,93 para 0,97, o que significa que choques na série de retornos demoram mais para se dissipar em comparação com a período pré-pandemia. Dessa forma, em vez de carregar 0,93 da volatilidade do dia anterior, agora carrega 0,97. Dito de outra forma, usando o conceito de *half-life*: o tempo necessário para a dissipação de um choque passou de 9,5 dias para 22,8 dias. Uma possível extensão deste trabalho é considerar modelos de volatilidade estocástica e modelos de volatilidade com parâmetros variantes ou com mudanças de regime (MS-GARCH).

## Referências

- BAILLIE, R. T.; BOLLERSLEV, T. *The message in daily exchange rates: a conditional-variance tale*. *Journal of Business & Economic Statistics*, v. 20(1), p. 60-68, 2002.
- BOLLERSLEV, T. *Generalized autoregressive conditional heteroscedasticity*. *Journal of Econometrics*, v. 31, p. 307-327, 1986.
- BOLLERSLEV, T.; CHOU, R. Y.; KRONER, K. F. *ARCH modeling in finance: A review of the theory and empirical evidence*. *Journal of Econometrics*, v. 52, p. 5-59, 1992.
- GOLSTEN, L.R.; JAGANNATHAN, R.; RUNKLE, D. E. *On the relation between value and volatility of nominal excess returns on stock*. *Journal of Finance*, 48(5), p. 1179-1801, 1993.
- ENGLE, R. F. *Autoregressive conditional heteroscedasticity with estimates of the variance of United Kingdom inflation*. *Econometrica*, p. 987-1007, 1982.
- ENGLE, R. F.; NG, V. K. *Measuring and Testing the Impact of News on Volatility*. *The Journal of Finance*, v. 48, p. 1749-1778, 1993.
- GHALANOS, A. *Introduction to the rugarch package (Version1.4-3)*. Disponível em: <[https://cran.r-project.org/web/packages/rugarch/vignettes/Introduction\\_to\\_the\\_rugarch\\_package.pdf](https://cran.r-project.org/web/packages/rugarch/vignettes/Introduction_to_the_rugarch_package.pdf)>. Acesso em: 21 de dezembro de 2021. July 15, 2020.
- HANSEN, P. R.; LUNDE, A. *A forecast comparison of volatility models: does anything beat a GARCH(1,1)?* *Journal of Applied. Econometrics*, v. 20, p. 873-889, 2005.
- HENRIQUES, V. (2021). *Modelagem de Volatilidade via GARCH Models*. *Open Code Community, Mendeley Data*, v. 1, 2021.
- HSIEH, D. A. *Modeling heteroscedasticity in daily foreign-exchange rates*. *Journal of Business & Economic Statistics*, v. 7(3), p. 307-317, 1989.
- LI, W.; CHIEN, F.; KAMRAN, H. W.; ALDEEHANI, T. M.; SADIQ, M.; NGUYEN, V. C.; TAGHIZADEH-HESARY, F. *The nexus between COVID-19 fear and stock market volatility*. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, p. 1–22, 2021.
- PAGAN, A. R.; SCHWERT, G. W. *Alternative models for conditional stock volatility*. *Journal of Econometrics*, v. 45, p. 267–290, 1990.
- NELSON, D. B. *Conditionnal heteroskedasticity in asset returns: A new approach*. *Econometrica*, v. 59(2), p. 347–70, 1991.
- R Core Team (2021)**. *R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria*. Disponível em: <<https://www.R-project.org/>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2021.
- YAHOO FINANCE (2021)**. Disponível em: <<https://finance.yahoo.com/>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2021.
- YONG, J. N. C.; ZIAEI, S. M.; SZULCZYK, K. R. *The Impact of Covid-19 Pandemic on Stock Market Return Volatility: Evidence from Malaysia and Singapore*. *Asian Economic and Financial Review*, v. 11(3), p. 191–204, 2021.



**A iniciação científica como motor da formação de pesquisadores:  
uma análise utilizando *Coarsened Exact Matching***

*Scientific initiation as a researcher training engine:  
an analysis using Coarsened Exact Matching*

**DOI:** <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.799>

**Andrea Felipe Cabello<sup>1</sup>**  
**Geisa Novais<sup>2</sup>**  
**André Nunes<sup>3</sup>**  
**Celso Vila Nova<sup>4</sup>**

**Resumo:** No artigo faz-se uma análise do efeito do programa de iniciação científica (ProIC) da Universidade de Brasília (UnB), considerando o desempenho dos discentes beneficiários frente aos não beneficiários no ingresso na pós-graduação e no mercado de trabalho formal. O objetivo é identificar se a participação do aluno no ProIC produz efeito no ingresso em programas de pós-graduação, no mercado de trabalho formal, em sua remuneração auferida e em sua área de atuação (pesquisa e ensino). Utilizou-se procedimento de correspondência *Coarsened Exact Matching* (CEM) e modelos de regressão (*Logit*, *Probit* e Mínimos Quadrados Ordinários). Os resultados revelam um efeito positivo para os beneficiários do ProIC no ingresso na pós-graduação, um efeito negativo para o ingresso no mercado de trabalho e em relação à remuneração média auferida pelos discentes beneficiários. Porém, ao verificar o ingresso no mercado de trabalho em atividades ligadas à pesquisa e ensino, nota-se um efeito positivo do programa.

**Palavras-Chave:** Iniciação Científica. Avaliação de Programas. *Coarsened Exact Matching*.

**Abstract:** In the article analyzes the effect of the scientific undergraduate research program (ProIC) at the University of Brasília (UnB) considering the performance of beneficiary students *vis-à-vis* non-beneficiaries in entering graduate school and formal labor market. The goal is to identify whether the student's participation in ProIC produces any significant differentiation for entry into graduate programs and, also, if participation in ProIC produces a positive effect when entering the formal labor market, in their remuneration earned and in their area of activity (research and teaching). The matching procedure *Coarsened Exact Matching* (CEM) and regression models (*Logit*, *Probit* and Ordinary Least Squares) were used. The results reveal a positive effect for the beneficiaries of ProIC in entering graduate school, a negative effect for entering the labor market and in relation to the average remuneration earned by the beneficiary students. However, when verifying the entry into the job market in activities related to research and teaching, a positive effect of the program is observed.

**Keywords:** Scientific Research Program. Program Evaluation. *Coarsened Exact Matching*.

*Artigo recebido em: 3/4/2021. Aceito em: 13/9/2021.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Economia da UnB. E-mail: [andreafc@gmail.com](mailto:andreafc@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1489-0676>

<sup>2</sup> Mestra em Economia pela UnB. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação da UnB. E-mail: [geisaestatistica@gmail.com](mailto:geisaestatistica@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3821-5210>

<sup>3</sup> Doutor em Economia pela UnB. Professor de Economia na UnB (*Campus* de Planaltina). E-mail: [andrenunes@unb.br](mailto:andrenunes@unb.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9928-6245>

<sup>4</sup> Doutor em Economia pela UnB. Professor de Economia na UnB (*Campus* de Planaltina). E-mail: [celso.vilanova@gmail.com](mailto:celso.vilanova@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3623-9251>

## Introdução

A Iniciação Científica (IC) se insere no ensino superior por meio da vinculação entre o ensino e a pesquisa, na qual discentes de graduação têm acesso a projetos de pesquisa de docentes da instituição de ensino e podem atuar na produção científica, uma vez que a IC tem como finalidade “despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação universitária, mediante participação em projeto de pesquisa, orientados por pesquisador qualificado” (BRASIL, 2006, *np*).

Estudos sinalizam (FAVA-DE-MORAES e FAVA, 2000; MASSI e QUEIROZ, 2010; CGEE, 2017; PINHO, 2017; VILLAS BÔAS, 2003) as contribuições da IC para os discentes que dela participam, tais como: melhor desempenho na graduação, desenvolvimento pessoal em relação às habilidades que são despertadas, maior integração entre a graduação e a pós-graduação, formação de quadros para a pesquisa, entre outras. Pinho (2017) destaca a importância da inserção dos alunos de graduação em programas de iniciação, visto que a atividade de pesquisa possibilita a realização das práticas de aprendizagens além do que é proposto na grade curricular do curso e amplia a formação tanto acadêmica quanto profissional. Já Massi e Queiroz (2010) levantaram as principais contribuições da atividade de IC ao analisar trabalhos publicados no Brasil sobre a temática: discentes beneficiários de IC apresentam melhores coeficientes de rendimento em seus cursos de graduação; desenvolvimento pessoal e profissional; compreensão do “fazer ciência”; maior socialização profissional e favorecimento do bom desenvolvimento das atividades de IC; encaminhamento do aluno para a pós-graduação.

Em 1992, a Universidade de Brasília (UnB) passou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do CNPq, tendo implementado as 100 bolsas que foram concedidas inicialmente (UnB, 1993). Todos os anos são publicados três editais específicos destinados aos discentes e docentes do ensino de graduação, a saber: Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e Programa de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF).

Os editais estabelecem regras relativas à participação dos potenciais beneficiários e docentes orientadores do Programa, aos procedimentos de inscrição, às etapas e critérios de seleção de candidaturas qualificadas, às diretrizes de fomento à concessão e compromissos dos docentes participantes e discentes beneficiários ao evento de iniciação científica e ao cronograma de atividades do Programa (UnB, 2011). Uma das finalidades do Programa é fazer com que o discente da graduação tenha um primeiro contato com o universo da pesquisa científica e, assim, estimular que esse ingresse em um programa de pós-graduação e contribuir para a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho, com viés para a pesquisa.

Na literatura, encontram-se diversos trabalhos que abordam as contribuições da IC para discentes de Instituições de Ensino Superior (IES), ora em cursos específicos ora para a instituição como um todo. Porém, nota-se uma limitação de estudos que trabalhem a temática de forma quantitativa (avaliação com índice econômico e avaliação de impacto) e no âmbito da UnB. Nesse sentido, esse trabalho busca contribuir com essa literatura ao utilizar ferramentas quantitativas de avaliação, por meio de métodos poucos explorados nessa temática e uma avaliação sistemática do programa de iniciação científica a fim de auxiliar a instituição em possíveis tomadas de decisões e aperfeiçoamentos da execução da política. Esses objetivos se justificam pelo escopo proposto pelo programa de iniciação científica. Assim, alguns dos impactos esperados por um programa desse tipo são que beneficiários tenham maior probabilidade de se engajar em atividades de pesquisa, de forma acadêmica ou profissional.

Destarte, o objetivo do trabalho é avaliar os resultados dos egressos do Programa de Iniciação Científica da UnB, considerando os diferenciais dos egressos do programa e dos que não fizeram o programa, em cinco pontos: i) ingresso no mestrado; ii) ingresso no doutorado; iii) ingresso no mercado de trabalho formal; iv) diferenciais de rendimento; v) estar empregado no setor educacional e/ou de pesquisa. Utilizou-se procedimento de correspondência *Coarsened Exact Matching* (CEM) e modelos de regressão (*Logit*, *Probit* e Mínimos Quadrados Ordinários – MQO). Os resultados, para quatro dos cinco pontos, foram apresentados por meio de modelos *logit* e *probit* para amostras completas e amostras pareadas.

Já para a diferenciação da remuneração, os resultados foram apresentados por meio de modelos MQO para amostra completa e amostra pareada. Os resultados revelaram um efeito positivo para os beneficiários do ProIC no ingresso na pós-graduação, com coeficientes iguais a 1,074 para o modelo *logit* de ingresso no mestrado e 1,154 para o modelo *logit* de ingresso no doutorado, ambos para a amostra pareada. Quanto ao ingresso no mercado de trabalho, os resultados apontam um efeito negativo, com coeficiente igual a -0,201 para o modelo *logit* para a amostra pareada. Assim como o ingresso no mercado de trabalho, os resultados indicam que os discentes beneficiários do ProIC recebem, em média, R\$ 398 a menos que os discentes não beneficiários do programa. Por fim, verifica-se que o programa apresenta efeito positivo sobre o ingresso no mercado de trabalho em atividades ligadas à pesquisa e ao ensino. Assim, os resultados sugerem que o ProIC cumpre seu propósito de incentivar uma trajetória acadêmica, seja no ingresso na pós-graduação para uma maior capacitação e atuação não necessariamente na academia, seja para atuação em áreas de educação ou técnicas.

## 1 Avaliação de impacto

Define-se como avaliação de impacto a análise quantitativa do efeito causal de uma determinada política ou programa, ou seja, estimam-se as mudanças que são diretamente atribuíveis àquele conjunto de medidas sobre um resultado de interesse. Para isto, as avaliações de impacto utilizam como base a construção de bons grupos de comparação (contra factual), ou seja, grupos que não sofreram a intervenção e ao serem comparados com o grupo de tratamento (beneficiários do programa/política) são similares nas demais características. O maior desafio em uma avaliação de impacto é a seleção de contra factuais válidos, para que as comparações produzam boas estimativas. Um dos requisitos para que as análises sejam fidedignas ao mensurar o efeito de determinado programa é que as características de ambos os grupos, tratados e contra factuais, sejam em média iguais.

O método de avaliação é definido de acordo com os critérios de elegibilidade utilizados para a seleção dos beneficiários. Nesse sentido, quando o programa a ser avaliado não utilizou para a seleção dos beneficiários um índice de elegibilidade, uma seleção aleatória ou não tem regras de seleção claras, pode-se utilizar o método de pareamento (*matching*) para que o problema de viés de seleção seja minimizado.

O pareamento é um dos métodos que pode ser utilizado no contexto de quase todas as regras de seleção dos beneficiários, contanto que haja um conjunto que não tenha participado do programa/política. Esse método busca identificar uma comparação pareada para cada unidade de tratamento por meio das características observáveis, sendo que as unidades de comparação diferem-se por não terem sofrido a intervenção, ou seja, os resultados das unidades de comparação são utilizados para obter qual seria o resultado da unidade tratada na ausência do programa. Neste estudo, a avaliação de impacto seguiu a linha retrospectiva, na qual as análises ocorrem após a implementação do programa e os grupos de tratamento e de comparação são gerados *a posteriori*.

A literatura relevante de estudos de avaliação de impacto para nosso trabalho se divide em quatro grupos. Nosso foco é em estudos que utilizam métodos de pareamento, seja de *propensity score matching* ou de *coarsened exact matching*, por exemplo. O primeiro grupo, mais amplo, corresponde aos estudos em educação em geral.

A avaliação de impacto de programas por meio de pareamento foi utilizada, por exemplo, na educação de nível fundamental. França e Gonçalves (2010) utilizam os dados do SAEB/2003 para avaliar o desempenho entre escolas públicas e privadas na fase inicial do ensino fundamental. Eles observam impactos relevantes de raça, salários dos professores, nível socioeconômico dos discentes

e especificidades regionais. Felício e Vasconcellos (2007) também utilizaram a mesma base de dados do SAEB/2003 para investigar o efeito da frequência sobre desempenho escolar em matemática, observando efeitos positivos entre as duas variáveis. Lombardi Filho (2015) também avalia a rede pública do ensino fundamental, utilizando dados da Prova Brasil.

O segundo grupo de estudos relevantes considera a avaliação de impacto de programas sobre a educação superior. Nesse grupo, podemos mencionar os trabalhos que se referem à assistência estudantil, como o estudo de Brand (2017), por exemplo, que analisa os efeitos do PNAES na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), encontrando impacto positivo sobre o desempenho acadêmico dos alunos beneficiados no caso dos benefícios de transporte, alimentação mais transporte e alimentação mais moradia. Freitas *et al.* (2017) também avaliam o efeito do PNAES na mesma instituição, com impactos positivos sobre a redução da evasão e melhoria do desempenho acadêmico. Resultados semelhantes foram encontrados por Brand (2017) para o mesmo programa e instituição. Já Conceição *et al.* (2018) analisaram o efeito do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) utilizando microdados do ENADE, concluindo que o programa tem um impacto positivo e significativo nas medidas de desempenho dos discentes presentes na nota do ENADE. Nikaj e Lund (2019) utilizam o método de *coarsened exact matching* para analisar o impacto de um programa de mentoria sobre a carreira de jovens cientistas em um programa com similaridades a um de iniciação científica. O programa fornece financiamento a jovens pesquisadores e, segundo a análise feita pelos autores, ser beneficiário aumenta a chance de receber financiamento individualmente (e de financiamentos maiores) em sua carreira como pesquisador profissional.

No terceiro grupo, podemos mencionar os estudos que analisam a avaliação de impacto de programas de educação superior sobre o mercado de trabalho. Nesse caso, muitos trabalhos se focaram no FIES. Rocha *et al.* (2016) fazem uma análise similar as de impactos dos salários também utilizando a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No entanto, os autores avaliam o impacto do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) sobre o salário do trabalhador formal. Segundo o mesmo estudo, a participação no programa depende da idade, da cor, da região e do setor de trabalho do indivíduo, enquanto o programa tem efeito positivo. Após o pareamento, os dados mostram o efeito médio do tratamento sobre o salário mensal de quem utilizou o Fies, com um salário médio aproximadamente 20% maior do que aqueles que não concluíram o ensino superior. Não foram encontradas, no entanto, diferenças entre os formados que utilizaram e não utilizaram o programa – ou seja, o programa apenas tem efeitos como indutor de conclusão.

Sousa (2017) também estudou o impacto do Fies sobre o mercado de trabalho utilizando métodos de pareamento e de diferenças em diferenças, com foco na taxa de ocupação. Nessa análise, a participação se relaciona com sexo, região, idade e grau de instrução, e os resultados indicam que o programa teve um impacto negativo e significativo sobre a taxa de ocupação dos beneficiários. Ainda sobre o Fies, Becker e Mendonça (2019) analisam o efeito do programa sobre o tempo de conclusão dos beneficiários – observando um aumento nesse tempo, principalmente após um período de “afrouxamento nas regras de concessão e pagamento do empréstimo”. Ainda sobre salários, Teixeira e Balbinotto Netto (2016), utilizando métodos semelhantes, não encontraram impactos do programa de Seguro-Desemprego sobre o salário de reinserção dos seus beneficiados.

No quarto grupo, há trabalhos que fazem avaliação de impacto de programas sobre a produtividade científica. Kannebley Júnior *et al.* (2013) analisaram o impacto de projetos de pesquisa financiados pelos Fundos Setoriais sobre a produtividade científica dos pesquisadores universitários envolvidos nesses projetos, utilizando dados da Plataforma Lattes do CNPq – os autores observaram um aumento de 5% a 6% na produção acadêmica. Ayroza *et al.* (2019) analisaram os efeitos do Programa de Produtividade em Pesquisa (PPP) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), utilizando os currículos *Lattes*, modelo de *propensity score matching* e Diferenças em Diferenças. Como resultado, a evolução da produtividade do grupo de controle foi maior que a do tratado, o que fez os autores chamarem a atenção para os limites dos incentivos financeiros desse tipo de programa. De Castro Garcia *et al.* (2017) analisaram os efeitos de colaborações entre universidades e empresas sobre a produtividade acadêmica de grupos de pesquisa no Brasil, observando efeitos positivos principalmente no caso de interação contínua. Sohn (2014) analisou o efeito de P&D de indústrias de biotecnologia local sobre a produtividade acadêmica com o método de *coarsened exact matching* e observou efeitos positivos sobre a produção nos assuntos correlacionados.

Em relação às avaliações de IC, nos anos mil novecentos e noventa, duas avaliações foram produzidas, Marcuschi (1996) e Aragón (1999), e ambas assinalaram os resultados relevantes obtidos pelo programa. Recentemente, mais um estudo de avaliação do programa foi lançado: “A formação de novos quadros para CT&I: avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)” (CGEE, 2017). Apontou, dentre os resultados relevantes para aqueles alunos beneficiários do programa, a redução do tempo de titulação do mestrado e a considerável chance de completar tanto o mestrado quanto o doutorado, quando comparados aos alunos que não foram beneficiários do programa.

## 2 Metodologia

A base de dados do ProIC contempla informações dos discentes que participaram do programa no período de agosto de 2004 a julho de 2018 e edital, tipo de participação, área de conhecimento e orientador.

A base de dados de currículos, extraída da Plataforma Lattes/CNPq, contempla informações dos discentes que graduaram na UnB. As informações utilizadas para as análises da presente pesquisa foram aquelas relacionadas à formação acadêmica/titulação, atuação profissional, produções e orientações. Ressalta-se que as informações são autodeclaradas e não possuem obrigatoriedade quanto ao preenchimento e à atualização.

A RAIS fornece, a cada ano, informações sobre o trabalhador vinculado ao mercado de trabalho formal no Brasil. Neste contexto, a base disponibilizada para o estudo tem como ano-base 2017. Para os casos com mais de um vínculo empregatício, considerou-se como critério de seleção aquele entendido como o vínculo principal, isto é, com maior carga horária contratada, maior tempo de serviço no emprego e maior remuneração média nominal.

A base de graduados da UnB, extraída do Sistema de Informação Acadêmica da Graduação (SIGRA), abrange informações dos indivíduos que concluíram alguma graduação na universidade até 2017, tais como: ano de ingresso e ano de conclusão, idade ao concluir a graduação, área do curso, Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), curso, grande área de conhecimento do curso segundo a Classificação Internacional Padronizada da Educação (*International Standard Classification of Education*, ISCED), entre outras. O recorte temporal definido para o estudo, período de 2004 a 2017, levou em consideração o período contemplado por duas bases de dados do conjunto de informações. Nesse sentido, selecionou-se, para compor a base de graduados da UnB, os discentes que se graduaram entre 2004 e 2017.

Por fim, a base da pós-graduação provê dados de todos os discentes que ingressaram na modalidade *stricto sensu* da UnB até o primeiro semestre de 2019, informando o ano de ingresso, o ano de saída, o curso e seu nível (mestrado ou doutorado).

As variáveis utilizadas para as regressões logísticas e lineares estão descritas no Quadro 1. As variáveis desse estudo foram escolhidas considerando as recomendações da literatura e as variáveis utilizada no estudo do CGEE (2017), por exemplo, que avaliou o impacto do PIBIC para a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

**Quadro 1 – Descrição das Variáveis**

Variável	Descrição
Vínculo empregatício	Variável binária: assume valor 1 se o discente apresentou vínculo laboral ocorrido ou em curso no ano de 2017, valor 0 caso contrário.
Vínculo empregatício nas seções “Educação” ou “Atividades profissionais, científicas e técnicas”	Variável binária: assume valor 1 se o discente que apresentou vínculo laboral estava empregado nas seções “Educação” ou “Atividades profissionais, científicas e técnicas” de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), valor 0 caso contrário.
Remuneração	Remuneração média do trabalhador (valor nominal).
ProIC	Variável binária: assume valor 1 se beneficiário ProIC, valor 0 caso contrário.
Ingresso Mestrado	Variável binária: assume valor 1 se o discente ingressou no mestrado, valor 0 caso contrário.
Ingresso Doutorado	Variável binária: assume valor 1 se o discente ingressou no doutorado, valor 0 caso contrário.
Salário Médio RAIS 2017	Salário médio dos egressos por curso (valor nominal).
Licenciatura	Variável binária: assume valor 1 se o curso do discente era licenciatura, valor 0 caso contrário.
Cotas – PPI <sup>5</sup>	Variável binária: assume valor 1 se o discente ingressou na UnB por meio das cotas para pretos, pardos ou indígenas, valor 0 caso contrário.
Cotas – Baixa Renda	Variável binária: assume valor 1 se o discente ingressou na UnB por meio das cotas para baixa renda, valor 0 caso contrário.
Índice de Rendimento Acadêmico (ajustado)	Variável discreta: construída a partir do Índice de Rendimento Acadêmico do Aluno e estratificado por níveis.
Idade ao sair - Até 24 anos	Variável binária: assume valor 1 se o discente tinha até 24 anos ao concluir a graduação, valor 0 caso contrário.
Idade ao sair – De 25 a 29 anos	Variável binária: assume valor 1 se o discente tinha entre 25 e 29 anos ao concluir a graduação, valor 0 caso contrário.
Idade ao sair – De 30 a 34 anos	Variável binária: assume valor 1 se o discente tinha entre 30 e 34 anos ao concluir a graduação, valor 0 caso contrário.
Idade ao sair – Mais que 35 anos	Variável binária: assume valor 1 se o discente tinha mais que 35 anos ao concluir a graduação, valor 0 caso contrário.
Sexo - Feminino	Variável binária: assume valor 1 se feminino, valor 0 caso contrário.
Grande Área do Conhecimento: Ciências Exatas	Variável binária: assume valor 1 se a área de conhecimento do curso do aluno for exatas, valor 0 caso contrário.
Grande Área do Conhecimento: Saúde e Vida	Variável binária: assume valor 1 se a área de conhecimento do curso do aluno for saúde e vida, valor 0 caso contrário.
Ano de Saída: 2004-2017	Variável binária: serão criadas 14 variáveis, cada uma referente a um ano do intervalo. Para cada uma dessas assume valor 1 se a variável é igual ao ano de saída do aluno na UnB, valor 0 caso contrário.

**Fontes:** Base de graduados UnB 2004-2017. Base ProIC 2004-2017. Base *Lattes*. Base pós-graduação UnB. Elaboração própria.

O número de discentes graduados pela UnB entre 2004 e 2017 que apresentam CPF válido<sup>6</sup> foi de 42.512. Desses, 26,72% participaram do ProIC durante sua graduação. A Tabela 1 apresenta o perfil dos beneficiários e não beneficiários para o período considerado nesse estudo.

5 A variável Cotas (PPI) é o somatório das seguintes cotas: escola pública alta renda (PPI), escola pública baixa renda (PPI), indígenas e negros.

6 Os alunos sem CPF válido foram descartados da análise.



Tabela 1 – Perfil de beneficiários e não beneficiários do programa ProIC da UnB (2004-2017)

Variáveis	Beneficiário ProIC		Não beneficiário ProIC		Total	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Licenciatura	1.714	15,09	7.290	23,40	9.004	21,18
Bacharelado	9.646	84,91	23.862	76,60	33.508	78,82
Feminino	6.744	59,37	15.904	51,05	22.648	53,27
Masculino	4.616	40,63	15.248	48,95	19.864	46,73
Cotas <sup>7</sup>						
<i>Escola Pública Alta Renda – Não PPI</i>	24	0,21	39	0,13	63	0,15
<i>Escola Pública Alta Renda - PPI</i>	31	0,27	57	0,18	88	0,21
<i>Escola Pública Baixa Renda – Não PPI</i>	10	0,09	9	0,03	19	0,04
<i>Escola Pública Baixa Renda – PPI</i>	15	0,13	24	0,08	39	0,09
<i>Indígena</i>	13	0,11	16	0,05	29	0,07
<i>Negro</i>	1.073	9,45	2.528	8,12	3.601	8,47
<i>Universal</i>	10.194	89,74	28.479	91,42	38.673	90,97
Idade ao concluir a graduação						
<i>Até 24 anos</i>	8.496	74,79	19.492	62,57	27.988	65,84
<i>De 25 a 29 anos</i>	2.554	22,48	8.726	28,01	11.280	26,53
<i>De 30 a 34 anos</i>	218	1,92	1.550	4,98	1.768	4,16
<i>Mais que 35 anos</i>	92	0,81	1.384	4,44	1.476	3,47
IRA (ajustado)						
<i>Ira 5</i>	1	0,01	5	0,02	6	0,01
<i>Ira 10</i>	-	-	5	0,02	5	0,01
<i>Ira 15</i>	2	0,02	36	0,12	38	0,09
<i>Ira 20</i>	19	0,17	440	1,41	459	1,08
<i>Ira 25</i>	183	1,61	2.336	7,50	2.519	5,93
<i>Ira 30</i>	1.504	13,24	6.065	19,47	7.569	17,80
<i>Ira 35</i>	3.510	30,90	9.579	30,75	13.089	30,79
<i>Ira 40</i>	4.359	38,37	9.185	29,48	13.544	31,86
<i>Ira 45</i>	1.782	15,69	3.501	11,24	5.283	12,43
Grande Área do Conhecimento						
<i>Ciências Exatas</i>	3.610	31,78	7.989	25,65	11.599	27,28
<i>Ciências Humanas</i>	4.095	36,05	18.392	59,04	22.487	52,90
<i>Saúde e Vida</i>	3.655	32,17	4.771	15,32	8.426	19,82
Ano de Saída						
2004	51	0,45	1.512	4,85	1.563	3,68
2005	265	2,33	1.727	5,54	1.992	4,69
2006	428	3,77	2.013	6,46	2.441	5,74
2007	622	5,48	2.327	7,47	2.949	6,94
2008	641	5,64	2.321	7,45	2.962	6,97

7 Cota Escola Pública Alta Renda = renda familiar bruta superior a 1 ½ salário mínimo *per capita*; Cota Escola Pública Baixa Renda = renda familiar bruta igual ou inferior a 1 ½ salário mínimo *per capita*.

Variáveis	Beneficiário ProIC		Não beneficiário ProIC		Total	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)
2009	713	6,28	2.355	7,56	3.068	7,22
2010	695	6,12	2.213	7,10	2.908	6,84
2011	682	6,00	2.255	7,24	2.937	6,91
2012	832	7,32	1.972	6,33	2.804	6,60
2013	957	8,42	2.161	6,94	3.118	7,33
2014	1.157	10,18	2.265	7,27	3.422	8,05
2015	1.279	11,26	2.454	7,88	3.733	8,78
2016	1.471	12,95	2.719	8,73	4.190	9,86
2017	1.567	13,79	2.858	9,17	4.425	10,41

**Fontes:** Base de graduados UnB 2004-2017. Base ProIC 2004-2017. Base *Lattes*. Base pós-graduação UnB. Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta os dados das variáveis utilizadas nos modelos de regressão.

**Tabela 2 – Perfil de beneficiários e não beneficiários do programa ProIC da UnB após a graduação – ingresso na Pós-Graduação e no Mercado de Trabalho**

Variáveis	Beneficiário ProIC		Não beneficiário ProIC		Total	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Ingresso Mestrado						
<i>Sim</i>	4.203	37,00	4.970	15,95	9.173	21,58
<i>Não</i>	7.157	63,00	26.182	84,05	33.339	78,42
Ingresso Doutorado						
<i>Sim</i>	1.348	11,87	1.215	3,90	2.563	6,03
<i>Não</i>	10.012	88,13	29.937	96,10	39.949	93,97
Vínculo empregatício em 2017						
<i>Sim</i>	5.554	56,71	19.211	67,90	24.765	65,02
<i>Não</i>	4.239	43,29	9.083	32,10	13.322	34,98
Empregado nas seções “Educação” ou “Atividades profissionais, científicas e técnicas” da CNAE						
<i>Sim</i>	1.120	20,17	2.669	13,89	3.789	15,30
<i>Não</i>	4.434	79,83	16.542	86,11	20.976	84,70

**Fontes:** Base de graduados UnB 2004-2017. Base ProIC 2004-2017. Base *Lattes*. Base pós-graduação UnB. Base RAIS 2017. Elaboração própria.

Observa-se que um pouco mais de 20% dos discentes graduados na UnB, entre 2004 e 2017, ingressaram em um mestrado. Porém, o percentual dos discentes beneficiários do ProIC é superior ao de não beneficiários. De modo semelhante, o ingresso no doutorado tem maior representatividade no grupo de beneficiários do ProIC. Já em relação ao emprego formal, pouco mais de 65% dos discentes que concluíram a graduação até 2016 estavam empregados em 2017, sendo que a distribuição percentual de empregados e não empregados entre os beneficiários do ProIC são próximas, enquanto

que no grupo de não beneficiários a maioria dos discentes (67,9%) estavam empregados. Quanto aos que estavam empregados em 2017, aproximadamente 15% possuíam vínculo nas seções de educação ou atividades profissionais, científicas e técnicas da CNAE, sendo que a representatividade dessas atividades econômicas é maior para o grupo de beneficiários do ProIC (20,1%).

## 2.1 *Coarsened Exact Matching (CEM)*

Para verificar se os discentes beneficiários do ProIC diferem em seus ingressos na pós-graduação e no mercado de trabalho formal em relação aos discentes não beneficiários, utilizou-se procedimento de correspondência. Verificou-se a necessidade de correspondência no estudo ao compararmos um grupo pequeno (beneficiários ProIC,  $N = 11.360$ ) com um grupo maior (discentes não beneficiários ProIC,  $N > 31.000$ ). Nesse sentido, supõe-se que gêmeos estatísticos possam ser encontrados para cada discente beneficiário do ProIC nas variáveis: sexo, habilitação da graduação (bacharelado ou licenciatura), grande área do conhecimento do curso, IRA, cotas e idade.

O método utilizado foi *Coarsened Exact Matching (CEM)* (IACUS *et al.*, 2008; BLACKWELL *et al.*, 2010; IACUS *et al.* 2012), uma vez que permitiu abordar a amostra com combinações observacionais equivalentes, dada sua capacidade de reduzir o desequilíbrio, dependência, erro de estimação, viés, variância, erro quadrático médio e outros critérios. O método CEM é simples e requer menos suposições.

O método CEM baseia-se em um algoritmo que fornece um estratificado das variáveis incluídas no modelo por meio de recodificação, ou seja, cada uma das variáveis é temporariamente categorizada, até que ocorra “correspondência exata” nas variáveis que foram recodificadas. Nesse sentido, o algoritmo cria um conjunto de estratos de tamanhos variados, diga  $s \in S$ , em que cada estrato possui unidades com valores coesos nas características observáveis  $X$ . Unidades em estratos que contêm pelo menos uma unidade tratada e uma unidade de controle são retidas e as unidades sem correspondência nos estratos restantes são removidas da amostra.

Os seguintes passos são adotados pelo algoritmo CEM:

- i) são feitas cópias das covariáveis  $X$ , denotadas por  $X^*$ ;
- ii) as cópias  $X^*$  são engrossadas de acordo com as definições de corte (número de categorias) do usuário ou, caso elas não sejam especificadas, com aquelas definidas automaticamente no algoritmo;
- iii) para cada observação de  $X^*$ , é criado um estrato, e cada observação é colocada em um dos estratos;
- iv) os estratos são atribuídos aos dados originais,  $X$ , e são eliminadas todas as observações cujos estratos não contêm, pelo menos, uma unidade de controle e uma tratada.

As unidades tratadas são denotadas por  $T^S$  no estrato  $s$  e o número de unidades tratadas por estratos por  $m_T^S = T^S$ , de forma similar, as unidades controle são denotados por  $C^S$  e  $m_C^S = C^S$ . Para cada unidade  $i$  correspondida no estrato  $s$ , o método CEM atribui os seguintes pesos:

$$W_i = 1, i \in T^S \text{ ou } \frac{m_C m_T^S}{m_T m_C^S}, i \in C^S$$

onde:

$m_C = \cup_{s \in S} m_C^S$  são as unidades correspondidas para controle;

$m_T = \cup_{s \in S} m_T^S$  são as unidades correspondidas para tratamento.

Os pesos gerados pelo algoritmo servem para calcular o diferencial no tamanho dos estratos. Nesse sentido, posteriormente ao pareamento, o efeito médio do tratamento pode ser obtido mediante uma regressão linear da variável resposta pela variável de tratamento, ponderada pelos pesos gerados pelo método CEM.

A mensuração do efeito do aluno beneficiário do ProIC na UnB exerce sobre a probabilidade de ingresso na pós-graduação e no mercado de trabalho formal ocorrerá por modelos *logit* e *probit*. Já o efeito do programa de iniciação científica sobre a variável resposta renda será avaliado por meio de um modelo de mínimos quadrados ordinários.

Para analisar a influência do ProIC nas duas situações diferentes de análise propostas nesse artigo (pós-graduação e mercado de trabalho), será necessário fazer dois pareamentos: no primeiro serão considerados todos os discentes que concluíram a graduação entre 2004 e 2017; no segundo, serão considerados os discentes que concluíram a graduação até 2016 (ou seja, entre 2004 e 2016), pois é necessário considerar um espaço de tempo para que os discentes consigam ingressar no mercado de trabalho (CGEE,2017).

As Tabelas 3 e 4 apresentam o desbalanceamento das covariadas nas amostras antes dos pareamentos. De acordo com Blackwell *et al.* (2010), a estatística L1 indica o desbalanceamento em relação à distribuição conjunta, considerando todas as interações das covariadas, sendo que o equilíbrio global perfeito é indicado pela estatística L1=0 e valores maiores indicam maior desequilíbrio entre os grupos analisados, com o máximo de L1=1, o que indica uma separação completa entre os grupos. Ela serve como um ponto de comparação entre as soluções de pareamento, assim, permitindo mensurar o aumento no balanceamento obtido. As medidas de L1, para cada variável, têm o mesmo papel. As colunas de média, mínimo, 25%, 50%, 75% e máximo indicam a diferença entre médias e quantis das distribuições dos dois grupos para cada variável.

**Tabela 3 – Estatística L1 – amostra para pareamento 1 referente a pós-graduação**

Variável	L1	Média	Mínimo	25%	50%	75%	Máximo
<b>Amostra para Pareamento 1 – Pós-Graduação</b>							
Licenciatura	0,083	-0,083	0	0	0	0	0
Grande Área – Ciências Exatas	0,061	0,061	0	0	0	0	0
Grande Área – Saúde e Vida	0,169	0,169	0	0	0	1	0
Índice de Rendimento Acadêmico (ajustado)	0,135	2,002	0	5	5	0	0
Cotas – Baixa Renda	0,001	0,001	0	0	0	0	0
Cotas – Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI)	0,015	0,015	0	0	0	0	0
Sexo – Feminino	0,083	0,083	0	0	0	0	0
Idade ao Ingressar	0,100	-12,091	4	0	0	-1	-14
Idade ao Concluir	0,122	-12,948	2	-1	-1	-1	-1
Distância L1 Multivariada	0,428						

**Fontes:** Base de graduados UnB 2004-2017. Base ProIC 2004-2017. Base *Lattes*. Base pós-graduação UnB. Elaboração própria.

**Tabela 4 – Estatística L1 – amostra para pareamento 2 referente ao mercado de trabalho**

Variável	L1	Média	Mínimo	25%	50%	75%	Máximo
<b>Amostra para Pareamento 2 - Mercado de trabalho</b>							
Licenciatura	0,085	-0,085	0	0	0	0	0
Grande Área – Ciências Exatas	0,061	0,061	0	0	0	0	0
Grande Área – Saúde e Vida	0,169	0,169	0	0	0	1	0
Índice de Rendimento Acadêmico (ajustado)	0,144	21,009	0	5	5	0	0
Cotas – Baixa Renda	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Cotas – Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI)	0,017	0,017	0	0	0	0	0
Sexo - Feminino	0,084	0,084	0	0	0	0	0
Idade ao Ingressar	0,103	-12,447	2	0	0	-1	-14
Idade ao Concluir	0,128	-13,523	2	-1	-1	-2	-15
Distância L1 Multivariada	0,436						

**Fontes:** Base de graduados UnB 2004-2017. Base ProIC 2004-2017. Base *Lattes*. Base pós-graduação UnB. Elaboração própria.

No geral, as diferenças são pequenas, indicando pequeno desbalanceamento em ambos os casos. As Tabelas 5 e 6 apresentam os resultados após os pareamentos pelo método CEM.

**Tabela 5 – Estatística L1 após os pareamentos – pós-graduação**

Variável	L1	Média	Mínimo	25%	50%	75%	Máximo
<b>Amostra para Pareamento 1 - Pós-Graduação</b>							
Licenciatura	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Grande Área – Ciências Exatas <sup>8</sup>	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Grande Área – Saúde e Vida	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Índice de Rendimento Acadêmico (ajustado) <sup>9</sup>	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Cotas – Baixa Renda	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Cotas – Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Sexo – Feminino	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Idade ao Ingressar	0,028	-0,025	0	0	0	0	0
Idade ao Sair	0,020	-0,038	1	0	0	0	0
Distância L1 Multivariada	0,217						
<b>Observações</b>	<b>Não Beneficiário ProIC</b>			<b>Beneficiário ProIC</b>			
Pareadas	28.293			11.231			
Não Pareadas	2.859			129			

**Fontes:** Base de graduados UnB 2004-2017. Base ProIC 2004-2017. Base Lattes. Base pós-graduação UnB. Elaboração própria.

**Tabela 6 – Estatística L1 após os pareamentos – mercado de trabalho**

Variável	L1	Média	Mínimo	25%	50%	75%	Máximo
<b>Amostra para Pareamento 2 - Mercado de trabalho</b>							
Licenciatura	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Grande Área – Ciências Exatas	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Grande Área – Saúde e Vida	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Índice de Rendimento Acadêmico (ajustado)	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Cotas – Baixa Renda	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Cotas – Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Sexo – Feminino	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Idade ao Ingressar	0,029	-0,041	0	0	0	0	0
Idade ao Sair	0,030	-0,060	1	0	0	0	1
Distância L1 Multivariada	0,225						
<b>Observações</b>	<b>Não Beneficiário ProIC</b>			<b>Beneficiário ProIC</b>			
Pareadas	25.551			9.683			
Não Pareadas	2.743			110			

**Fontes:** Base de graduados UnB 2004-2017. Base ProIC 2004-2017. Base Lattes. Base pós-graduação UnB. Elaboração própria.

Após o pareamento, feito pelo método CEM, a medida que fornece o desequilíbrio do modelo final passou de 0,428 para 0,217, indicando um bom balanceamento entre as covariadas. Segundo Blackwell *et al.* (2010), ocorre um bom pareamento quando a estatística L1, depois do pareamento, é inferior ao valor que apresentava antes. Já Firestone (2015) considera, em seu estudo, uma estatística L1 aceitável após o pareamento próximo a 0,2. Verifica-se que apenas as variáveis de idade não

8 As variáveis de área de conhecimento foram construídas com base na classificação *ISCED* (de 8 categorias) e agrupadas em 3 para facilitar a análise.

9 Para este estudo o rendimento acadêmico varia entre 0 e 50. Os níveis utilizados são: **5** = [0,10[; **10** = [10,15[; **15** = [15,20[; **20** = [20,25[; **25** = [25,30[; **30** = [30,35[; **35** = [35,40[; **40** = [40,45[ e **45** = [45,50[.

atingiram estatística L1 igual a zero, entretanto ficaram menores que antes do pareamento e próximo a zero, o que atende a literatura a respeito do método. Nesse sentido, após o pareamento, a amostra para as análises do ingresso na pós-graduação passou a ter 39.4524 discentes, sendo 28.293 discentes que não participaram do ProIC e 11.231 discentes beneficiários.

Ressalta-se que 129 discentes (1,13%) que participaram do ProIC e 2.859 (9,18%) não beneficiários do ProIC não encontram contra factuais e, assim, foram descartados. Já na Tabela 6, a medida de distância multivariada L1 para amostra que será utilizada para analisar o ingresso no mercado de trabalho, reduziu de 0,436 para 0,225, indicando bom pareamento. De forma similar à amostra anterior, a estatística L1 para as covariadas foi igual a zero para quase todas, sendo a exceção as covariadas de idade. Assim, após o pareamento, foi possível parear 25.551 discentes que não participaram do ProIC e 9.683 discentes que participaram do ProIC, sendo que 110 discentes (1,12%) beneficiários do ProIC e 2.743 (9,69%) discentes não beneficiários do ProIC não foram pareados.

Segundo Firestone (2015), se os grupos de tratamento e controle são equilibrados em suas covariáveis, os indivíduos de cada grupo não devem ser mensurados de forma diferente entre si em fatores que influenciem a probabilidade de exposição. Dessa maneira, se for encontrada uma diferença entre os grupos expostos e não expostos no resultado de interesse, o único motivo dessa diferença deve ser o programa do qual o grupo exposto fazia parte.

Assim, por meio dos resultados finais das comparações entre os grupos obtidos mediante a aplicação do método CEM, verifica-se que o pareamento reduziu a distância multivariada L1 de ambas as amostras, garantindo uma qualidade satisfatória das amostras após o pareamento para que sejam feitas as análises posteriores.

### **3 Resultados**

Em relação ao ingresso na pós-graduação, foi analisada a probabilidade do discente ter ingressado em algum programa de mestrado, ou seja, a variável resposta é binária (Ingresso Mestrado = 1 ou Não Ingresso Mestrado = 0). Logo a seguir, a Tabela 7 apresenta os resultados dos modelos *logit* e *probit* para a amostra completa e a amostra pareada pelo método CEM.

**Tabela 7 – Modelos Logit e Probit, amostra completa e pareada, variável explicada – Ingresso no Mestrado**

Variáveis	LOGIT	LOGIT	PROBIT	PROBIT
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
<b>Ingresso Mestrado</b>				
ProIC	1,171*** (0,03)	1,074*** (0,03)	0,685*** (0,02)	0,636*** (0,02)
Salário médio RAIS 2017	-0,000*** (0,00)	-0,000*** (0,00)	-0,000*** (0,00)	-0,000*** (0,00)
Licenciatura	-0,094** (0,04)	-0,076 (0,04)	-0,055** (0,02)	-0,046 (0,03)
Saúde e Vida	-0,081* (0,04)	-0,040 (0,04)	-0,043* (0,02)	-0,016 (0,02)
Ciências Exatas	0,792*** (0,03)	0,832*** (0,04)	0,461*** (0,02)	0,495*** (0,02)
Sexo – Feminino	-0,216*** (0,03)	-0,241*** (0,03)	-0,123*** (0,02)	-0,141*** (0,02)
IRA (ajustado)	0,056*** (0,00)	0,058*** (0,00)	0,031*** (0,00)	0,033*** (0,00)
Cotas - PPI	-0,078 (0,05)	0,011 (0,06)	-0,043 (0,03)	0,012 (0,04)
Cotas - Baixa Renda	0,176 (0,37)	0,428 (1,07)	0,095 (0,21)	0,209 (0,58)
Idade ao sair – Até 24 anos	0,895*** (0,10)	0,832*** (0,19)	0,480*** (0,05)	0,469*** (0,10)
Idade ao sair – De 25 a 29 anos	0,583*** (0,10)	0,507** (0,19)	0,303*** (0,05)	0,281** (0,10)
Idade ao sair – De 30 a 34 anos	0,504*** (0,12)	0,314 (0,21)	0,262*** (0,06)	0,171 (0,12)
Ano Saída - 2005	-0,370*** (0,08)	-0,301** (0,10)	-0,218*** (0,05)	-0,180** (0,06)
Ano Saída - 2006	-0,531*** (0,07)	-0,459*** (0,09)	-0,310*** (0,04)	-0,276*** (0,06)
Ano Saída - 2007	-0,768*** (0,07)	-0,698*** (0,09)	-0,448*** (0,04)	-0,417*** (0,05)
Ano Saída - 2008	-0,893*** (0,07)	-0,850*** (0,09)	-0,516*** (0,04)	-0,503*** (0,06)
Ano Saída - 2009	-0,855*** (0,07)	-0,803*** (0,09)	-0,498*** (0,04)	-0,478*** (0,06)
Ano Saída - 2010	-0,754*** (0,07)	-0,737*** (0,09)	-0,440*** (0,04)	-0,444*** (0,05)
Ano Saída - 2011	-0,844*** (0,07)	-0,772*** (0,09)	-0,491*** (0,04)	-0,460*** (0,06)
Ano Saída - 2012	-0,980*** (0,07)	-0,937*** (0,09)	-0,569*** (0,04)	-0,557*** (0,06)



Variáveis	LOGIT	LOGIT	PROBIT	PROBIT
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
Ano Saída - 2013	-0,931*** (0,07)	-0,854*** (0,09)	-0,545*** (0,04)	-0,512*** (0,05)
Ano Saída - 2014	-1,214*** (0,07)	-1,185*** (0,09)	-0,706*** (0,04)	-0,704*** (0,05)
Ano Saída - 2015	-1,290*** (0,07)	-1,231*** (0,09)	-0,751*** (0,04)	-0,733*** (0,05)
Ano Saída - 2016	-1,462*** (0,07)	-1,441*** (0,09)	-0,843*** (0,04)	-0,850*** (0,05)
Ano Saída - 2017	-1,650*** (0,07)	-1,621*** (0,09)	-0,949*** (0,04)	-0,952*** (0,05)
Constante	-3,435*** (0,16)	-3,315*** (0,25)	-1,945*** (0,09)	-1,921*** (0,14)
<b>N</b>	<b>42.512</b>	<b>39.524</b>	<b>42.512</b>	<b>39.524</b>
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>0,1069</b>	<b>0,092</b>	<b>0,1069</b>	<b>0,092</b>

Fonte: elaboração própria.

Nota 1: desvio padrão entre parênteses.

Nota 2: níveis de significância: \*p<0.1, \*\*p<0.05, \*\*\* p<0.01.

Observa-se que ter sido ou não beneficiário do ProIC/UnB é estatisticamente significativo a 1% em todos os modelos referentes ao ingresso no mestrado com efeito positivo. Ao analisar o módulo do coeficiente, tanto no modelo *logit* quanto no *probit*, verifica-se que o efeito é um pouco menor na amostra pareada, mas igualmente significativo como na amostra completa.

Por meio da variável “salário médio RAIS 2017”, buscou-se verificar se o salário médio dos discentes da UnB, por curso, influenciaria um estudante de ingressar em uma pós-graduação *Stricto Sensu*. Nota-se, no entanto, que, apesar da variável ser estatisticamente significativa a 1%, o seu efeito é próximo a zero, ou seja, o custo de oportunidade salarial não parece ter um efeito robusto sobre a escolha de ingresso em mestrado. Quanto à habilitação do curso de graduação, ou seja, se é um curso de licenciatura ou não, o efeito é estatisticamente significativo (negativo) apenas na amostra não pareada. Ou seja, não há evidências de que o discente ter feito uma licenciatura interfira na probabilidade de ingresso em um mestrado.

Em relação às grandes áreas de conhecimento dos cursos, a comparação foi feita em relação às Ciências Humanas, omitida do modelo. Assim, a única área que se mostrou estatisticamente significativa a 1%, nos quatro modelos, foi Ciências Exatas com um efeito positivo. Logo, discentes que concluíram um curso da área de Ciências Exatas têm maior probabilidade de ingressar em um mestrado do que um discente que concluiu algum curso da área de Ciências Humanas e esse efeito é maior quando se controla todas as variáveis em um método de pareamento. No caso de discentes da área de Saúde e Vida, o coeficiente não é estatisticamente significativo na amostra pareada.

A variável “Sexo Feminino” apresentou um efeito negativo e estatisticamente significativo a 1%. Ou seja, as mulheres têm uma probabilidade menor de ingressar em um mestrado do que os homens, e esse efeito é maior quando se considera o pareamento. Quanto às variáveis de cotas (PPI e Baixa Renda), estas não são estatisticamente significativas, e assim não demonstram evidência ao influenciar o ingresso em um mestrado. No que se refere ao rendimento acadêmico, observou-se que um maior índice de rendimento acadêmico (IRA) aumenta a probabilidade do discente ingressar em um mestrado.

Também foi analisado o efeito da idade ao concluir uma graduação, por meio das faixas etárias, no ingresso em um mestrado. Nota-se que os alunos que concluíram a graduação até os 24 anos ou entre os 25 e 29 anos de idade, respectivamente, ao nível de significância de 1% e 5%, têm maior probabilidade de ingressar em um mestrado do que os discentes que concluíram após os 35 anos. Entretanto, ao verificar os modelos para a amostra pareada, não há evidências de que os discentes que graduaram entre 30 e 34 anos de idade difiram na probabilidade de ingresso no mestrado em relação aos discentes que graduaram após os 35 anos.

Por fim, as variáveis *dummies* de ano de saída foram todas estatisticamente significativas a 1% e negativas quando comparadas ao ano de 2004 – ou seja, todas indicam uma menor probabilidade de ingresso no mestrado. No entanto, seu comportamento comparado não é linear. Observa-se que aqueles ex-discentes, concluintes entre 2013 e 2018, têm probabilidades semelhantes de ingresso no mestrado. Ou seja, há três padrões claros: i) um momento com probabilidades menores de ingresso para aqueles que concluíram após 2013, mas linearmente crescentes; ii) um momento com probabilidades um pouco maiores e semelhantes para aqueles que concluíram entre 2013 e 2018; iii) de novo, um momento com probabilidades linearmente crescentes e maiores para os que concluíram antes de 2008. Nossa hipótese é que, nesse momento intermediário de carreira, há uma consolidação no mercado de trabalho que tem efeitos sobre o ingresso no mestrado.

Utilizou-se modelos *logit* e *probit* para a amostra completa e a amostra pareada pelo método CEM, elaboradas para explicar o ingresso no doutorado. Os resultados dos modelos utilizados são apresentados na Tabela 8.

**Tabela 8 – Modelos *Logit* e *Probit*, amostra completa e pareada, variável explicada – Ingresso no Doutorado**

Variáveis	<i>LOGIT</i>	<i>LOGIT</i>	<i>PROBIT</i>	<i>PROBIT</i>
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
<b>Ingresso Doutorado</b>				
ProIC	1,304*** (0,05)	1,154*** (0,05)	0,655*** (0,02)	0,593*** (0,03)
Salário médio RAIS 2017	-0,000*** (0,00)	-0,000*** (0,00)	-0,000** (0,00)	-0,000** (0,00)
Licenciatura	-0,175** (0,06)	-0,051 (0,08)	-0,091** (0,03)	-0,023 (0,04)
Saúde e Vida	0,002 (0,06)	0,087 (0,07)	0,012 (0,03)	0,062 (0,04)
Ciências Exatas	0,793*** (0,05)	0,848*** (0,06)	0,408*** (0,03)	0,443*** (0,03)
Sexo – Feminino	-0,380*** (0,05)	-0,441*** (0,06)	-0,187*** (0,02)	-0,220*** (0,03)
IRA (ajustado)	0,070*** (0,00)	0,080*** (0,01)	0,034*** (0,00)	0,040*** (0,00)
Cotas - PPI	-0,092 (0,09)	-0,014 (0,12)	-0,049 (0,04)	-0,009 (0,06)
Cotas - Baixa Renda	Omitida	Omitida	Omitida	Omitida
Idade ao sair – Até 24 anos	1,393*** (0,24)	1,007** (0,38)	0,616*** (0,10)	0,495** (0,17)
Idade ao sair – De 25 a 29 anos	1,061*** (0,25)	0,656 (0,39)	0,455*** (0,10)	0,323 (0,17)
Idade ao sair – De 30 a 34 anos	1,014*** (0,28)	0,560 (0,42)	0,435*** (0,12)	0,279 (0,19)
Ano Saída - 2005	-0,334** (0,11)	-0,286* (0,13)	-0,163** (0,06)	-0,144* (0,07)
Ano Saída - 2006	-0,709*** (0,11)	-0,601*** (0,14)	-0,346*** (0,06)	-0,305*** (0,07)
Ano Saída - 2007	-0,810*** (0,11)	-0,642*** (0,13)	-0,404*** (0,06)	-0,333*** (0,07)
Ano Saída - 2008	-0,988*** (0,11)	-0,898*** (0,13)	-0,491*** (0,06)	-0,461*** (0,07)
Ano Saída - 2009	-0,910*** (0,11)	-0,823*** (0,14)	-0,449*** (0,06)	-0,426*** (0,07)
Ano Saída - 2010	-0,972*** (0,11)	-0,917*** (0,13)	-0,473*** (0,06)	-0,467*** (0,07)
Ano Saída - 2011	-0,907*** (0,11)	-0,853*** (0,14)	-0,447*** (0,06)	-0,436*** (0,07)

Variáveis	<i>LOGIT</i>	<i>LOGIT</i>	<i>PROBIT</i>	<i>PROBIT</i>
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
Ano Saída - 2012	-1,149*** (0,11)	-1,031*** (0,15)	-0,570*** (0,06)	-0,529*** (0,07)
Ano Saída - 2013	-1,122*** (0,11)	-0,978*** (0,14)	-0,562*** (0,06)	-0,504*** (0,07)
Ano Saída - 2014	-1,601*** (0,12)	-1,449*** (0,14)	-0,795*** (0,06)	-0,730*** (0,07)
Ano Saída - 2015	-1,822*** (0,12)	-1,695*** (0,14)	-0,901*** (0,06)	-0,857*** (0,07)
Ano Saída - 2016	-2,454*** (0,14)	-2,365*** (0,16)	-1,191*** (0,07)	-1,163*** (0,08)
Ano Saída - 2017	-4,432*** (0,29)	-4,154*** (0,37)	-1,972*** (0,11)	-1,866*** (0,14)
Constante	-5,646*** (0,33)	-5,613*** (0,49)	-2,909*** (0,15)	-2,991*** (0,23)
<b>N</b>	<b>42.512</b>	<b>39.512</b>	<b>42.512</b>	<b>39.512</b>
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>0,1434</b>	<b>0,1257</b>	<b>0,1439</b>	<b>0,1258</b>

Fonte: elaboração própria.

Nota 1: desvio padrão entre parênteses.

Nota 2: níveis de significância: \*p<0.1, \*\*p<0.05, \*\*\* p<0.01.

De forma semelhante ao encontrado no ingresso no mestrado, discentes que participaram do ProIC/UnB têm maior probabilidade de ingressar em um doutorado do que discentes que não participaram, considerando um nível de significância igual a 1%. Conclui-se, assim, que o programa cumpre um de seus objetivos, que é o de incentivar a entrada na pós-graduação de seus beneficiários.

Em relação às demais variáveis, muitos dos resultados também são similares como para a variável de salário médio por curso, para a variável Licenciatura, para as variáveis de área de conhecimento – Saúde e Vida não teve coeficiente estatisticamente significativo, enquanto Ciências Exatas teve efeito positivo e mais forte na amostra pareada. O mesmo ocorreu com a variável “Sexo Feminino”, ou seja, reforçando a dificuldade das mulheres em ingressarem em programas de pós-graduação. Já o IRA teve efeito positivo, também semelhante ao modelo de ingresso no mestrado e mais forte no modelo pareado. As variáveis de cotas não se mostraram estatisticamente significativas, de forma semelhante à ocorrida no modelo de ingresso no mestrado. Os coeficientes das estratificações de idade também apresentaram resultado semelhante ao modelo de ingresso no mestrado – em que, quanto mais novo é a idade do aluno, ao egressar, maior é a probabilidade de ele ingressar no doutorado.

Em relação ao ano de saída, os resultados são diferentes: eles se mantêm estatisticamente significativos e negativos, mas seu módulo tem um comportamento crescente no sentido de que, quanto mais distante do momento de formatura, maior é a probabilidade do ingresso no doutorado.

Nesse modelo, foram considerados os discentes da UnB que concluíram a graduação até o ano de 2016. Conforme estudo elaborado pelo CGEE (2017), considerou-se um período de 1 ano do fim da graduação até o ingresso no mercado de trabalho. A probabilidade de os discentes estarem empregados formalmente em 2017, de acordo com suas características, são apresentados na Tabela 9.

**Tabela 9 – Modelos *Logit* e *Probit*, amostra completa e pareada, variável explicada**  
**Ingresso no mercado de trabalho formal**

Variáveis	<i>LOGIT</i>	<i>LOGIT</i>	<i>PROBIT</i>	<i>PROBIT</i>
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
<b>Vínculo Empregatício</b>				
ProIC	-0,246*** (0,03)	-0,201*** (0,03)	-0,150*** (0,02)	-0,122*** (0,02)
Licenciatura	0,633*** (0,03)	0,657*** (0,04)	0,373*** (0,02)	0,386*** (0,02)
Saúde e Vida	-0,071* (0,03)	-0,093* (0,04)	-0,043* (0,02)	-0,053* (0,02)
Ciências Exatas	-0,084** (0,03)	-0,110** (0,04)	-0,049** (0,02)	-0,064** (0,02)
Sexo – Feminino	-0,100*** (0,02)	-0,036 (0,03)	-0,060*** (0,01)	-0,021 (0,02)
IRA (ajustado)	0,004 (0,00)	0,004 (0,00)	0,003* (0,00)	0,002 (0,00)
Cotas - PPI	0,234*** (0,04)	0,207*** (0,06)	0,145*** (0,02)	0,130*** (0,04)
Cotas - Baixa Renda	-0,366 (0,74)	Omitida	-0,227 (0,46)	Omitida
Idade ao sair – Até 24 anos	0,161* (0,06)	-0,075 (0,19)	0,114** (0,04)	-0,018 (0,11)
Idade ao sair – De 25 a 29 anos	0,015 (0,07)	-0,202 (0,19)	0,026 (0,04)	-0,094 (0,11)
Idade ao sair – De 30 a 34 anos	0,382*** (0,09)	0,144 (0,23)	0,239*** (0,05)	0,110 (0,13)
Ano Saída - 2005	0,058 (0,08)	-0,011 (0,11)	0,035 (0,05)	-0,005 (0,06)

Variáveis	LOGIT	LOGIT	PROBIT	PROBIT
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
Ano Saída - 2006	0,021 (0,08)	-0,027 (0,11)	0,012 (0,05)	-0,014 (0,06)
Ano Saída - 2007	-0,018 (0,08)	-0,089 (0,10)	-0,010 (0,04)	-0,050 (0,06)
Ano Saída - 2008	-0,144 (0,08)	-0,294** (0,10)	-0,081 (0,04)	-0,167** (0,06)
Ano Saída - 2009	-0,170* (0,08)	-0,334** (0,10)	-0,097* (0,04)	-0,192** (0,06)
Ano Saída - 2010	-0,339*** (0,08)	-0,518*** (0,10)	-0,197*** (0,04)	-0,300*** (0,06)
Ano Saída - 2011	-0,538*** (0,07)	-0,774*** (0,10)	-0,317*** (0,04)	-0,455*** (0,06)
Ano Saída - 2012	-0,652*** (0,07)	-0,947*** (0,10)	-0,385*** (0,04)	-0,560*** (0,06)
Ano Saída - 2013	-0,895*** (0,07)	-1,132*** (0,10)	-0,534*** (0,04)	-0,675*** (0,06)
Ano Saída - 2014	-1,109*** (0,07)	-1,416*** (0,10)	-0,668*** (0,04)	-0,852*** (0,06)
Ano Saída - 2015	-1,395*** (0,07)	-1,727*** (0,10)	-0,847*** (0,04)	-1,046*** (0,06)
Ano Saída - 2016	-1,693*** (0,07)	-2,027*** (0,10)	-1,032*** (0,04)	-1,231*** (0,05)
Constante	1,031*** (0,12)	1,457*** (0,25)	0,603*** (0,07)	0,841*** (0,14)
<b>N</b>	<b>38.087</b>	<b>35.234</b>	<b>38.087</b>	<b>35.234</b>
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>0,0774</b>	<b>0,0932</b>	<b>0,0772</b>	<b>0,093</b>

Fonte: elaboração própria.

Nota 1: desvio padrão entre parênteses.

Nota 2: níveis de significância: \*p<0.1, \*\*p<0.05, \*\*\* p<0.01.

O fato de o discente ter participado do ProIC/UnB mostrou-se estatisticamente significativo a 1% quanto ao ingresso no mercado de trabalho formal, mas o coeficiente dessa vez é negativo. Desta maneira, verifica-se que esse discente tem menor probabilidade de estar empregado no ano de 2017, corroborando com os resultados do estudo do CGEE (2017). Esse resultado, no entanto, é condizente com os dos modelos anteriores de ingresso na pós-graduação, uma vez que discentes que participam de atividades de iniciação científica têm maior probabilidade de ingressar em uma pós-graduação (mestrado e doutorado) e o esperado é que esses concluam seus estudos para depois ingressarem no mercado de trabalho.

A variável Licenciatura, diferente dos resultados para os modelos de ingresso na pós-graduação, revelou-se estatisticamente significativa ao avaliar o ingresso no mercado de trabalho, e com sinal positivo. Deste modo, o resultado sugere que os discentes que cursaram a habilitação em Licenciatura têm maior probabilidade de estarem empregados formalmente. Isso sugere que tais cursos têm um viés mais profissionalizante do que acadêmico, uma vez que, no caso do ingresso da pós-graduação, não foi observado tal efeito.

Em relação à área do curso, há um indicativo de que os discentes que se graduaram em cursos de Ciências Exatas têm menor probabilidade de estarem empregados do que os discentes de Humanas – deve-se lembrar que esses discentes tinham maior probabilidade de ingressar na pós-graduação (em situação semelhante ao que ocorre com os beneficiários do próprio programa ProIC/UnB, sugerindo um viés mais acadêmico para essa área). Em relação aos discentes que se graduaram em cursos de Saúde e Vida, neste modelo, o coeficiente também é estatisticamente significativo, todavia, negativo, indicando menor probabilidade de estarem empregados do que os discentes de Humanas.

A variável “Sexo Feminino” não apresentou significância estatística quando verificada a amostra pareada, isto é, não há evidência suficiente que aponte diferença na probabilidade de homens e mulheres estarem empregados formalmente em 2017.

Em relação às cotas, nota-se que estas foram o único modelo em que Cotas PPI apresentaram estatística significativa a 1% na amostra completa e pareada. A este quadro, ressalta-se a importância em averiguar tal resultado em estudos futuros, que controlem por vínculo empregatício (Consolidação das Leis Trabalhistas e Serviço Público). Quanto à idade, ao concluir a graduação, não há evidências de que essa influencie no ingresso no mercado de trabalho quando se controla as demais variáveis pelo método de pareamento. As variáveis *dummies*, de ano de saída, foram estatisticamente significativas a partir do ano de 2008 quando comparadas ao ano de 2004, com efeito negativo e módulo do coeficiente crescente. Ou seja, a probabilidade de ingressar no mercado de trabalho formal, em relação aos discentes que concluíram em 2004, diminui à medida que os anos vão passando.

Prosseguindo com as análises no âmbito do mercado de trabalho formal, buscou-se verificar a remuneração média mensal dos discentes graduados até 2016 que possuíam vínculo empregatício formal em 2017. A Tabela 10 mostra os resultados dos modelos de regressão linear, para amostra completa e amostra pareada.

**Tabela 10 – Modelo MQO Amostra completa e pareada, variável explicada  
Remuneração média mensal dos discentes graduados**

Variáveis	MQO	
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
ProIC	-542,081*** (94,82)	-398,528*** (90,77)
Licenciatura	-3125,550*** (88,21)	-3331,034*** (104,50)
Saúde e Vida	-952,719*** (104,32)	-1041,549*** (98,74)
Ciências Exatas	1169,014*** (94,15)	1108,623*** (99,65)
Sexo – Feminino	-2025,196*** (79,72)	-2122,530*** (82,11)
IRA (ajustado)	143,925*** (7,35)	165,570*** (8,82)
Cotas - PPI	-612,520*** (136,90)	-515,118*** (137,50)
Cotas - Baixa Renda	799164 (3373,13)	Omitida
Idade ao sair – Até 24 anos	-1936,428*** (202,55)	-1663,422** (508,91)
Idade ao sair – De 25 a 29 anos	-2316,078*** (209,75)	-2001,056*** (513,92)
Idade ao sair – De 30 a 34 anos	-1991,505*** (258,50)	-1732,722** (570,69)
Ano Saída - 2005	93398 (221,80)	43189 (208,58)
Ano Saída - 2006	-911,947*** (213,58)	-1111,417*** (203,33)
Ano Saída - 2007	-1637,958*** (207,01)	-1945,587*** (198,37)
Ano Saída - 2008	-2204,200*** (208,06)	-2797,679*** (200,11)
Ano Saída - 2009	-2727,417*** (207,34)	-3171,891*** (199,17)
Ano Saída - 2010	-3882,929*** (211,18)	-4216,734*** (201,75)
Ano Saída - 2011	-4525,812*** (213,03)	-5065,971*** (207,21)
Ano Saída - 2012	-5681,515*** (217,06)	-6385,969*** (211,13)
Ano Saída - 2013	-7032,564*** (216,60)	-7677,815*** (211,39)
Ano Saída - 2014	-7810,949*** (217,42)	-8448,104*** (211,93)
Ano Saída - 2015	-8398,686*** (219,84)	-9138,267*** (216,92)
Ano Saída - 2016	-8916,867*** (222,56)	-9871,991*** (219,87)
Constante	11745,741*** (375,41)	11162,994*** (636,57)
N	24.765	22.527

**Fonte:** elaboração própria.

**Nota 1:** desvio padrão entre parênteses.

**Nota 2:** níveis de significância: \*p<0.1, \*\*p<0.05, \*\*\* p<0.01.



Assim como o modelo anterior revelava menor probabilidade de ingresso no mercado formal para os beneficiários do programa de iniciação científica, os resultados apontam que discentes participantes do programa também têm menor rendimento médio mensal do que os não participantes do programa. Porém, esse efeito é menor quando feito o pareamento.

Quanto às características dos cursos, os resultados sugerem que os discentes licenciados auferem menor remuneração em relação aos bacharéis (apesar de maior probabilidade de ingresso no mercado formal vista no modelo anterior – sugerindo que, apesar de um perfil mais profissionalizante, são voltados para ocupações pouco valorizadas do ponto vista remuneratório).

Quando comparadas as áreas de Ciências Exatas e Saúde e Vida com Ciências Humanas, os discentes que se graduaram em cursos da área de Exatas recebem remunerações mais significativas – enquanto àqueles da área de Saúde e Vida recebem menores remunerações em relação aos graduados na área de Humanas. Isso pode ser explicado com base nos resultados anteriores: graduados na área de Exatas possuem menor chance de ingresso no mercado de trabalho formal, porém, maior possibilidade de admissão na pós-graduação. Logo, quando de fato entram no mercado, presume-se que o façam com maior capacitação que seus pares.

Quanto aos graduados na área de Saúde e Vida, apresentavam menor contingência de inserção no mercado formal sem uma viabilidade de ingresso na pós-graduação que a compensasse. Deve-se chamar a atenção, no entanto, que muitas carreiras da área de saúde seguem padrões de vínculo trabalhistas que não são percebidos pela RAIS, o que pode provocar viés de análise.

As variáveis “Sexo Feminino” e Cotas PPI são estatisticamente significantes a 1% e com efeito negativo. Para a variável sexo, percebe-se, pelo modelo anterior, que não há diferença para ingressar no mercado de trabalho formal entre homens e mulheres, mas homens, em média, auferem melhores remunerações. Para a variável Cotas PPI, essas apresentam consideráveis expectativas de admissão no mercado de trabalho, mas recebem menos (apesar de o módulo do coeficiente ser relativamente pequeno quando comparado ao da variável “Sexo Feminino”). A variável de rendimento acadêmico, mais uma vez, mostrou-se estatisticamente significativa a 1% e com coeficiente positivo, isto é, esses discentes se privam de rendimentos mais elevados, reforçando o fato de que os alunos com melhor rendimento na graduação estão à frente dos demais.

Em relação à idade, ao concluir a graduação, todas as faixas etárias são estatisticamente significativas, e com efeito negativo ao serem comparadas com os discentes que graduaram com mais de 35 anos de idade. Quanto às *dummies* de ano de saída, foram estatisticamente significativas a partir do ano de 2006, quando comparadas a 2004, com efeito negativo e módulo do coeficiente crescente. Ou seja, quanto mais recente o ano de conclusão, menor a remuneração dos discentes.

Por fim, este estudo se preocupou em analisar a viabilidade de se estar empregado em áreas de “Educação” e “Atividades profissionais, científicas e técnicas”, com o objetivo de avaliar o efeito do programa sobre a inserção de discentes em atividades ligadas à pesquisa e ao ensino, conforme visto na Tabela 11.

**Tabela 11 – Modelo *Probit* e *Logit*, amostra completa e pareada, variável explicada Empregado nas seções “Educação” ou “Atividades profissionais, científicas e técnicas” da CNAE**

Variáveis	LOGIT	LOGIT	PROBIT	PROBIT
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
<b>Vínculo “Educação” ou “Atividades profissionais, científicas e técnicas”</b>				
ProIC	0,434*** (0,04)	0,414*** (0,05)	0,246*** (0,02)	0,234*** (0,03)
Licenciatura	0,364*** (0,04)	0,340*** (0,05)	0,198*** (0,02)	0,188*** (0,03)
Saúde e Vida	-0,552*** (0,06)	-0,530*** (0,07)	-0,290*** (0,03)	-0,281*** (0,04)
Ciências Exatas	-0,103* (0,05)	-0,129* (0,06)	-0,055* (0,02)	-0,070* (0,03)
Sexo – Feminino	0,201*** (0,04)	0,112* (0,05)	0,111*** (0,02)	0,061* (0,03)
IRA (ajustado)	0,001 (0,00)	0,008 (0,01)	0,000 (0,00)	0,004 (0,00)
Cotas PPI	-0,195** (0,07)	-0,209* (0,09)	-0,111** (0,04)	-0,118* (0,05)
Cotas baixa renda	Omitida	Omitida	Omitida	Omitida
Idade ao sair - Até 24 anos	1,160*** (0,14)	1,189*** (0,31)	0,595*** (0,07)	0,622*** (0,15)
Idade ao sair - De 25 a 29 anos	0,992*** (0,14)	1,055*** (0,31)	0,506*** (0,07)	0,549*** (0,15)
Idade ao sair - De 30 a 34 anos	0,642*** (0,16)	0,967** (0,38)	0,327*** (0,08)	0,512** (0,19)
Ano Saída - 2005	-0,257* (0,11)	-0,219 (0,15)	-0,148* (0,06)	-0,124 (0,08)
Ano Saída - 2006	-0,281* (0,11)	-0,288* (0,14)	-0,164** (0,06)	-0,165* (0,08)
Ano Saída - 2007	-0,329** (0,11)	-0,276* (0,14)	-0,191*** (0,06)	-0,159* (0,07)
Ano Saída - 2008	-0,435*** (0,11)	-0,279 (0,14)	-0,236*** (0,06)	-0,148 (0,08)
Ano Saída - 2009	-0,334** (0,11)	-0,324* (0,14)	-0,192*** (0,06)	-0,182* (0,08)

Variáveis	LOGIT	LOGIT	PROBIT	PROBIT
	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA	AMOSTRA COMPLETA	AMOSTRA PAREADA
Ano Saída - 2010	-0,153 (0,11)	-0,090 (0,14)	-0,092 (0,06)	-0,054 (0,07)
Ano Saída - 2011	-0,007 (0,11)	-0,044 (0,14)	-0,016 (0,06)	-0,033 (0,07)
Ano Saída - 2012	0,242* (0,10)	0,284* (0,13)	0,124* (0,06)	0,153* (0,07)
Ano Saída - 2013	0,247* (0,10)	0,194 (0,14)	0,124* (0,06)	0,101 (0,08)
Ano Saída - 2014	0,408*** (0,10)	0,326* (0,13)	0,218*** (0,06)	0,174* (0,07)
Ano Saída - 2015	0,412*** (0,10)	0,384** (0,13)	0,217*** (0,06)	0,205** (0,07)
Ano Saída - 2016	0,506*** (0,10)	0,395** (0,13)	0,269*** (0,06)	0,209** (0,07)
Constante	-2,996*** (0,21)	-3,216*** (0,39)	-1,683*** (0,11)	-1,822*** (0,20)
<b>N</b>	<b>24.762</b>	<b>22.810</b>	<b>24.762</b>	<b>22.810</b>
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>0,0377</b>	<b>0,0316</b>	<b>0,0372</b>	<b>0,0314</b>

**Fonte:** elaboração própria.

**Nota 1:** desvio padrão entre parênteses.

**Nota 2:** níveis de significância: \*p<0.1, \*\*p<0.05, \*\*\* p<0.01.

Em relação à variável do programa de iniciação científica, ela é estatisticamente significativa e com coeficiente positivo, indicando maior probabilidade dos beneficiários do programa de atuarem em áreas de “Educação” e “Atividades profissionais, científicas e técnicas”. O mesmo ocorre com a variável Licenciatura – o que pode ser explicado por egressos trabalhando em ocupações ligadas ao ensino fundamental e médio. Quanto às variáveis relacionadas à área do conhecimento, estas têm efeito estatisticamente significativo e negativo, tanto para as Ciências Exatas quanto para a Saúde e Vida, ao serem comparadas com as Ciências Humanas. Isso implica que essas duas áreas de conhecimento atuam em áreas menos ligadas à pesquisa e de caráter mais diretamente relacionadas à atividade produtiva.

A variável “Sexo Feminino” tem efeito estatisticamente significativo e positivo, indicando um viés desse grupo para a atuação na área de educação. A variável de desempenho acadêmico não se mostrou estatisticamente significativa, não mostrando evidências de efeito sobre a atuação nessas áreas.

Somente a variável de Cotas PPI tem efeito estatisticamente significativo e negativo, indicando menor probabilidade de atuação em áreas de “Educação” e “Atividades profissionais, científicas e técnicas”. Em relação à idade, os coeficientes são estatisticamente significativos, positivos e se reduzem à medida que o discente é mais velho, indicando que quanto mais velho é o aluno, menor é a chance de ele atuar nas áreas de “Educação” e nas “Atividades profissionais, científicas e técnicas”. Isso leva ao entendimento de que essas sejam áreas de início de carreira somente para alguns profissionais.

As variáveis de ano de saída têm comportamento diverso, em que apenas algumas são estatisticamente significativas, indicando também menor possibilidade de atuação nas áreas de “Educação” e na “Atividades profissionais, científicas e técnicas” para aqueles que se formaram há menos tempo.

Conclui-se, deste modo, que, pelo fato de o programa de IC ser voltado para uma atuação acadêmica, pressupõe-se estar relacionado a vários fatores. Em primeiro lugar, com o próprio desenho do programa, que busca formar pesquisadores, criando assim um efeito sinalização em seus egressos para a academia e não para o mercado de trabalho de modo a prejudicar tais egressos quando esses tentam atuar em outras atividades não acadêmicas de pesquisa. Nesse sentido, o transbordamento dos efeitos do programa para outras profissões, no mercado de trabalho, não parece ocorrer de forma ampla, isto é, sem considerações em relação à área de atuação, uma vez que há diferenças bastante interessantes em relação à área de atuação.

Em segundo lugar, o viés acadêmico do programa pode estar relacionado a restrições do próprio mercado de trabalho brasileiro, em que setores de baixa produtividade podem ter dificuldade de absorção de mão de obra altamente qualificada, em um fenômeno não dissociado de uma fuga de cérebros – só que, neste caso, não para o exterior (e talvez para o setor público), e sim voltada para a academia, que oferece estabilidade, já que muitos dos cargos são estatutários, algo que merece investigação, mas foge do escopo desse trabalho. Essa talvez seja menos grave se os laços da academia com empresas fossem fortes e permitissem parcerias ativas e desenvolvimentos contínuos de tecnologias.

## Considerações finais

O objetivo no presente trabalho foi avaliar os resultados do Programa de IC da UnB, comparando o desempenho de seus participantes com não participantes em cinco pontos: i) ingresso no mestrado; ii) ingresso no doutorado; iii) ingresso no mercado de trabalho formal; iv) diferenciais de rendimento; v) estar empregado no setor de educação ou não. Utilizou-se procedimento de correspondência *Coarsened Exact Matching* (CEM) e modelos de regressão (*Logit*, *Probit* e Mínimos Quadrados Ordinários – MQO). Os resultados, para quatro dos cinco pontos, foram apresentados por meio de modelos *logit* e *probit* para amostras completas e amostras pareadas. Já para a diferenciação da remuneração, os resultados foram apresentados por meio de modelos MQO para amostra completa e amostra pareada.

Os resultados mostraram efeito positivo para os beneficiários do ProIC no ingresso na pós-graduação, tanto no mestrado quanto no doutorado, além de efeito negativo na inserção no mercado de trabalho, inclusive com uma remuneração inferior aos não participantes. Além disso, ainda há o ingresso no mercado de trabalho em atividades ligadas à pesquisa e ensino.

Desta maneira, os resultados sugerem que o ProIC cumpre seu propósito de incentivar uma trajetória acadêmica, podendo inclusive atuar como mecanismo de sinalização nesse sentido. A atuação de seus egressos de forma concentrada na academia pode sugerir uma possível incapacidade do mercado de trabalho brasileiro de absorver esses quadros que poderiam ser remediados por uma maior aproximação das universidades com as empresas.

## Referências

ARAGÓN, Virgílio (Coord.). **O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e sua relação com a formação de cientistas (Relatório Final)**. Brasília: NESUB/UnB, 1999.

AYROZA, Igor Feitosa Lacorte; RODRIGUES, Waldecy; ROCHA, Hainnan Souza; FILHO, Manoel Xavier Pedroza. Avaliação do programa de produtividade em pesquisa da Universidade Federal do Tocantins: um olhar sob a ótica da economia comportamental. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 23, n. 1, p. 1-24, jan./abr. 2019.

BECKER, Kalinca Lea; MENDONÇA, Mário Jorge. Políticas de financiamento estudantil: análise de impacto do Fies no tempo de conclusão do ensino superior. **Texto para Discussão do IPEA nº 2507**, Setembro, 2019.

BLACKWELL, M.; IACUS, S.; KING, G.; PORRO, G. Cem: *Coarsened Exact Matching in Stata*. **The Stata Journal**, v. 9, n. 4, p. 524–546, 2009. Disponível em: <<https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/%20handle/1/cem-stata.pdf;jsessionid=A62A4FE9C13799BC51F6E93524337447?sequence=4314511>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

BRAND, Joice Backes. **Análise do impacto dos benefícios PNAES no desempenho acadêmico dos estudantes nos cursos noturnos das áreas sociais e aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande.** Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas. 61f. ICEAC, FURG, Rio Grande, 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Anexo II da RN-017/2006 – Bolsas por Quota no País.** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC - Norma Específica. Brasília: BRASIL, 2012. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/100352](http://www.cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100352)>. Acesso em: 22 dez. 2021.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **A Formação de novos quadros para CT&I:** avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica (Pibic). Brasília: CGEE, 2017. Disponível em: <[https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PIBIC\\_relatorio\\_completo.pdf/259e9590-08fc-40a6-9c1c-86646a6132e3?version=1.0](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PIBIC_relatorio_completo.pdf/259e9590-08fc-40a6-9c1c-86646a6132e3?version=1.0)>. Acesso em: 22 dez. 2021.

CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. O Programa Ciência sem Fronteiras contribui na formação dos estudantes? Uma análise a partir do ENADE 2013. *In:* Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia, Rio de Janeiro, 2018.

DE CASTRO GARCIA, Renato; ARAÚJO, Veneziano de Castro; SANTOS, Emerson Gomes dos; MASCARINI, Suelene; COSTA, Ariana. Uma análise dos efeitos da interação da universidade com empresas sobre a produtividade acadêmica. **Economia Aplicada**, v. 21, n. 1, p. 5-28, 2017.

DE FELÍCIO, Fabiana; VASCONCELLOS, Lígia. O efeito da educação infantil sobre o desempenho escolar medido em exames padronizados. *In:* Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, Recife, 2007.

FAVA-DE-MORAES, Flávio; FAVA, Marcelo. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 73-77, jan./mar. 2000.

FIRESTONE, Rebecca. *Evaluating Program Effectiveness: Key Concepts and How to Use Coarsened Exact Matching.* Washington (D.C.): PSI, 2015. *Population Services International.* Disponível em: <<https://www.psi.org/publication/evaluating-program-effectiveness-key-concepts-and-how-to-use-coarsened-exact-matching/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Provisão pública e privada de educação fundamental: diferenças de qualidade medidas por meio de propensity score. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 4, p. 373-390, 2010.

FREITAS, Tiarajú Alves de; SCHIRMER, Sirlei; GONCALVES, Helen Sibelle Nogueira; SILVA, Juliano Pereira. Análise do desempenho dos discentes beneficiados pelo programa PNAES na Universidade Federal do Rio Grande em 2015. *In:* 3º Simpósio de Avaliação da Educação Superior, Florianópolis, 2017.

IACUS, Stefano M.; KING, Gary; PORRO, Giuseppe. *Causal Inference without Balance Checking: Coarsened Exact Matching.* **Political Analysis**, v. 20, Issue 1, p. 1-24, Winter 2012.

IACUS, Stefano M.; KING, Gary; PORRO, Giuseppe. *Matching for causal inference without balance checking.* June 2008. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1152391>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; CAROLO, Murilo Damião; DE NEGRI, Fernanda. Impacto dos Fundos Setoriais sobre a produtividade acadêmica de cientistas universitários. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 43, n. 4, p. 647-685, 2013.

LOMBARDI FILHO, Stélio Coêlho. **Ensaio sobre educação na rede pública de ensino fundamental**: análises a partir dos Microdados da Prova Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia). 77f. Curso de pós-graduação em Economia. UFPB, João Pessoa, 2015.

MARCUSCHI, Luiz. **Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq e Propostas de Ação (Relatório Final)**. Recife: UFPE, 1996.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Saete Linhares. Estudo Sobre Iniciação Científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 173-197, jan./abr. 2010.

NIKAJ, Silda; LUND, P. Kay. *The Impact of Individual Mentored Career Development (K) Awards on the Research Trajectories of Early-Career Scientists*. **Academic Medicine**, v. 94, n. 5, p. 708-714, 2019.

PINHO, Maria José de. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação**, 2017, v. 22, n. 3, p. 658-675, 2017.

ROCHA, Wilsimara M.; MONASTERIO, Leonardo M.; EHRL, Philipp. Qual foi o impacto do FIES nos salários? **Radar**, n. 46, p. 33-38, 2016.

SOHN, Eunhee. *The Impact of Local Industry R&D on Academic Science: Evidence From the Agricultural Biotechnology Industry*. **Organization Science**, v. 32, n. 3, p. 675-707, 2014.

SOUSA, José Eduardo Gonçalves de. **Avaliação de impacto do FIES sobre a taxa de ocupação dos beneficiários**. Monografia de Conclusão de Curso. 36f. Departamento de Economia. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TEIXEIRA, Gibran; NETO, Giácomo Balbinotto. Seguro-desemprego brasileiro e salário de reinserção: análise empírica com regressão com descontinuidade e propensity score matching. **Nova Economia**, v. 26, n. 3, p. 943-980, 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Você Pesquisa? Então... Mostre!. **In**: Anais do 2º Seminário de Pesquisa da UnB – graduação e pós-graduação. Brasília: UnB, 1993.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. **Resolução da CPP N.001/2011**. Brasília: UnB, 2011.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de Ciências Sociais. **Tempo Social**, v. 15, n. 1, p. 45-62, abr. 2003.

O “espírito” do capitalismo: apontamentos sobre a segunda parte do primeiro ensaio de *A Ética Protestante* de Max Weber

*The “spirit” of capitalism: notes on the second part of the first essay in Max Weber’s The Protestant Ethic*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.960>

Eduardo José Monteiro da Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva contribuir para melhor compreensão do texto de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber. Neste desiderato, escolheu, para ser alvo do compartilhamento de apontamentos, a segunda parte do primeiro ensaio denominada *O “espírito” do capitalismo*, trazendo à baila elementos que muitas vezes não estão explícitos em sua leitura, porém contribuem sobremaneira para a compreensão da tese e dos argumentos desenvolvidos. Desta forma: (i) disserta sobre o indivíduo histórico e a influência de Heinrich Richkert; (ii) apresenta Benjamin Franklin como expressão do indivíduo histórico motriz, tipo ideal apresentado; (iii) apresenta a influência do Romantismo Alemão e a interlocução estabelecida com as ideias de Georg Simmel e Werner Sombart.

**Palavras-chave:** “Espírito” do capitalismo. Ética protestante. Max Weber.

**Abstract:** This article aims to contribute to a better understanding of the text of *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* by Max Weber. In this regard, he chose, to be the target of sharing notes, the second part of the first essay called *The “spirit” of capitalism*, bringing up elements that are often not explicit in his reading, but which contribute greatly to the understanding of the thesis and of the arguments developed. Thus: (i) dissertation on the historical individual and the influence of Heinrich Richkert; (ii) presents Benjamin Franklin as an expression of the driving historical individual, presented ideal type; (iii) presents the influence of German Romanticism and the dialogue established with the ideas of Georg Simmel and Werner Sombart.

**Keywords:** “Spirit” of capitalism. Protestant ethic. Max Weber.

*Artigo recebido em: 6/10/2021. Aceito em: 9/12/2021.*

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Faculdade de Economia (FACECON) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGGP/NAEA), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: [ejmcosta@ufpa.br](mailto:ejmcosta@ufpa.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7990-6232>



## Introdução

A obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (doravante *A Ética Protestante*), do pensador polímata alemão Max Weber, é indiscutivelmente uma das que mais forte influência exerceu no pensamento social e econômico ocidental e brasileiro ao longo do século XX.<sup>2</sup>

Publicada originalmente como dois ensaios, o primeiro em novembro de 1904 e o segundo em junho de 1905, na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo de Sociologia e de Política Social)<sup>3</sup>, foi relançada em 1920 com uma redação revista e ampliada, pouco antes da morte de seu autor, como parte do primeiro volume do *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião*, incorporando a revisão de um autor mais maduro que rebateu algumas críticas formuladas sobre a versão original, sem alterar a tese ou a estrutura originariamente apresentada. Assim, *A Ética Protestante*, em sua versão derradeira, tornou-se uma obra composta por duas partes. A primeira, denominada *O problema*, corresponde ao ensaio originalmente publicado em 1904, composto por três partes: 1. *Confissão religiosa e estratificação social*; 2. *O “espírito” do capitalismo*; 3. *O conceito de vocação em Lutero. O objeto da pesquisa*. E a segunda, *A Ética Profissional do Protestantismo Ascético*,<sup>4</sup> corresponde ao ensaio publicado em 1905 dividido em duas partes: 1. *Os fundamentos religiosos da ascese intramundana*; 2. *Ascese e capitalismo*.

Para se ter uma ideia da dimensão e da influência desta obra, a Associação Internacional de Sociologia organizou, em 1998, o Congresso Mundial de Sociologia em Montreal (Canadá) que realizou uma avaliação crítica da herança sociológica no século XX. Neste contexto, no ano anterior (1997), foi promovida uma pesquisa na qual foi solicitado que os membros associados listassem os cinco livros mais influentes em seus trabalhos como sociólogos.<sup>5</sup> Como resultado, *A Ética Protestante*, com 10,3% dos votos, foi eleito o quarto livro mais influente do século.

---

2 Dentre os principais autores que, em maior ou menor grau, foram impactados pelo pensamento de Weber podemos listar: Thorsten Veblen, Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Arnol Gehlen, Max Scheler, Karl Jaspers, Leopold von Wiese, Karl Mannheim, Alfred Schütz, Evin Goffman, Eric Voegelin, Norbert Elias, Ernest Gellner e Anthony Giddens. Já em termos do pensamento social brasileiro merecem menção: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Octávio Ianni, Guerreiro Ramos, Juarez Brandão Lopes, Cândido Procópio Camargo, Viana Moog, Mário Wagner Vieira da Cunha, Emílio Willems, Simon Schwartzman, Florestan Fernandes e Celso Furtado (Dias, 1974; D’Aguiar, 2020; Souza, 2020).

3 Doravante qualquer menção a esta revista será feita apenas pelo nome *Archiv*.

4 Na versão de 1905 o título do ensaio era “A Ideia de Profissão do Protestantismo Ascético”. Contudo, na versão derradeira (1920) Weber alterou o título substituindo a palavra *Berufsidee* (ideia de profissão) por *Berufsethik* (ética profissional). Optamos por manter o título da versão derradeira.

5 A pesquisa obteve resposta de 16% dos membros associados (455 dos 2.785), que elencaram ao todo 978 livros. *Economia e Sociedade*, também de Weber, foi eleito o livro mais influente do século XX com 20% dos votos. A pesquisa pode ser acessada no link: <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa/books-of-the-xx-century>. Acesso em 22/12/2021.

No Brasil, em 1999 o jornal *A Folha de São Paulo* realizou uma pesquisa entre uma dezena de importantes intelectuais brasileiros sobre quais seriam os livros de não ficção mais importantes do século XX.<sup>6</sup> Nesse levantamento, Weber logrou com duas publicações o primeiro e o terceiro lugar entre os 100 livros ou ensaios mais importantes do século XX. No Brasil, a obra *A Ética Protestante* foi eleita a mais importante, tendo *Economia e Sociedade* ficado na terceira colocação.

Mais recentemente, na onda de “redescobrimto” da cultura como chave para a compreensão das trajetórias de desenvolvimento das nações, a tese seminal de Weber, exposta em *A Ética Protestante*, vem sendo paulatinamente resgatada com maior intensidade. Como exemplos podem ser citados: Fukuyama (1996; 2004), Landes (2004), Sachs (2004), Harrison (2004), Grondona (2004), Pye (2004), Higgins (2005) e Acemoglu e Robinson (2012).

Isto posto, este artigo tem por objetivo contribuir para melhor compreensão do texto de *A Ética Protestante*. Neste desiderato, escolheu-se, para ser alvo do compartilhamento de apontamentos, a segunda parte do primeiro ensaio, denominada *O “espírito” do capitalismo*, trazendo à baila elementos que muitas vezes não estão explícitos em sua leitura, porém contribuem sobremaneira para a compreensão da tese e dos argumentos desenvolvidos. Desta forma, está organizado em quatro partes, além desta breve introdução. Na primeira, disserta sobre o indivíduo histórico e a influência do filósofo neokantiano alemão Heinrich Richkert; na segunda, apresenta Benjamin Franklin como expressão do indivíduo histórico motriz, tipo ideal apresentado por Weber em sua tese; na terceira, apresenta a influência do Romantismo Alemão e a interlocução que Weber estabeleceu com as ideias de Georg Simmel e Werner Sombart; finalmente, a última parte está reservada a breves conclusões.

## **1 O indivíduo histórico e a influência de Heinrich Richkert**

Weber inicia a segunda parte do primeiro ensaio de *A Ética Protestante* destacando a utilização do termo “espírito do capitalismo” no título do seu estudo, momento em que lança um questionamento: “O que se deve entender por isso?” (WEBER, 2004, p. 41).

---

6 O júri foi composto pela seguinte banca: o crítico literário e escritor Modesto Carone, o antropólogo Roberto DaMatta, o físico Rogério César de Cerqueira Leite, o economista Eduardo Giannetti, os historiadores Evaldo Cabral de Mello e Nicolau Sevcenko e os professores de filosofia Maria Sylvania Carvalho Franco, Olgária Matos, Bento Prado Jr. e Renato Janine Ribeiro. A este respeito consultar: Natali (1999).

No esboço para elucidar a questão, ainda que provisoriamente, alerta que tal conceito precisa ser percebido como uma “individualidade histórica” (ou seja, um conceito histórico); e, por isso, caracterizado por sua complexidade (um “complexo de conexões”). Assim, somente pode ser desvelado parcialmente (jamais em sua completude), por intermédio de seu significado cultural mediante análise histórica capaz de expor progressivamente os elementos eleitos como pertinentes para o seu desiderato.<sup>7</sup>

Weber, com isto, clareia dois pontos importantes em sua análise: o primeiro é que existem traços desse “espírito” que não serão abordados por ele em seus ensaios, posto não serem pertinentes para o desiderato proposto. Isso evita que se cometa o equívoco de reduzir o “espírito do capitalismo” weberiano a uma única dimensão, ignorando as próprias advertências de Weber. O segundo é que apenas na conclusão de sua pesquisa, dada à natureza epistemológica de construção de “indivíduos históricos”, terá condições de apresentar o conceito de forma mais ampla. Esta é uma percepção importante para a leitura e a compreensão da estrutura dos dois ensaios.

Apesar de Weber não tecer nenhuma referência, é perceptível que o seu processo epistemológico carrega de forma evidente a influência do pensamento do filósofo neokantiano alemão Heinrich Richkert (1863-1936), o qual estabelecia que a cultura era uma totalidade no “espírito” (*Geist*) em movimento; um conjunto de fenômenos alheios ao universo da natureza, investido de sentido e possuidor de significados para o todo social no qual se origina.<sup>8</sup> A cultura, nesta perspectiva, é, portanto, resultante de um fenômeno histórico – produto de instituições religiosas, políticas, jurídicas, artísticas e científicas – que estabelece valores os quais se convertem em forças coletivas de caráter normativo e definem a teleologia de uma sociedade e de uma época.<sup>9</sup>

Para Richkert, é através da utilização deste conceito de cultura que a História adquire caráter de ciência. Dito de outra forma: a História é, em síntese, uma ciência da cultura humana que tem como objeto a análise de fenômenos que se tornam singulares na medida em que são investidos de valor (significado). Consequentemente, o desafio para a compreensão do sentido de um todo social em determinado contexto histórico perpassa pela apreensão do sentido de ação individual do agente histórico condicionado por valores – cabendo ao intérprete escolher apenas o que é essencial na realidade efetiva.

---

7 É em virtude desse entendimento que Weber (2004, p. 42, *itálico do autor*) ressalta que: “[...] não se pode ou não se deve necessariamente entender ‘espírito’ do capitalismo *somente* aquilo que *nós* apontaremos nele como essencial para a nossa concepção”.

8 A respeito do pensamento de Heinrich Richkert e sua influência em Max Weber recomenda-se: Mata (2006); Whimster (2009); Oliveira (2010); Campos (2011); Jahnke (2014); Precioso; Ricetto (2015).

9 A este respeito, a obra de Heinrich Rickert que exerceu mais forte influência foi *Ciência da Cultura e Ciência da Natureza* publicada em 1899. Já a expressão “indivíduo histórico” foi apropriada por Weber de *Os limites da formação de conceitos nas ciências naturais*, publicado em 1902.

A partir disso, é claramente perceptível que *A Ética Protestante* está, em sua estrutura e construção, totalmente embebida com esta visão epistemológica (percepção) que traz para o centro da análise a importância de se identificar, para a compreensão dos fenômenos sociais históricos, o indivíduo histórico que atuou como força motriz de fenômenos sociais mais amplos. É em função disto que é possível afirmar que Heinrich Richkert é um personagem que, apesar de oculto (não citado explicitamente), se torna fundamental para a lógica epistemológica de *A Ética Protestante*.

## **2 Benjamin Franklin como expressão do indivíduo histórico motriz**

Weber (2004) identifica o protestante calvinista (ascético) como o sujeito histórico motriz de forças societárias importantes, lançando-se no desafio de descrever os seus valores e a sua ética peculiar; e, com isto, o sentido de sua ação individual e, conseqüentemente, cultural e social.<sup>10</sup> Com este propósito, seleciona Benjamin Franklin (1706-1790) como referência para a modelagem de um tipo ideal de um indivíduo histórico, possuidor de uma essência empreendedora e de virtudes específicas, personificação de uma ética matizada de uma conduta de vida que encara o trabalho de forma sistemática e como dever; contraponto do tradicionalismo econômico medieval pré-capitalista e expressão máxima do “espírito” do Capitalismo. Contudo, antes de abordar a caracterização que Weber (2004) elabora de Franklin como representação do tipo ideal, convém dissertar sobre esse recurso epistemológico.

### **2.1 A análise compreensiva e o tipo ideal como recurso epistemológico**

Em termos epistemológicos, Weber se notabilizou por sua análise compreensiva da sociedade, expressa no pressuposto de que toda ação social é fundada em um ato intencional dos indivíduos (num motivo, numa racionalidade), e pela utilização do tipo ideal como recurso analítico.

Ao analisar a causalidade dos fenômenos sociais, Weber entende que a realidade concreta das relações sociais implica em inesgotáveis possibilidades, portanto, impossível de ser perscrutado pelo olhar analítico individual, cabendo ao intérprete à eleição de determinada fração da realidade para ser estudada compreensivamente. Ou seja, sendo a sociedade um sistema aberto, todo fato social se constitui como um feixe de infinitas possibilidades (de resultados imprevisíveis). Por conseguinte, ao

---

<sup>10</sup> Não por acaso, adverte em sua argumentação que a apreensão conceitual definitiva do termo “espírito do capitalismo” somente será possível na conclusão da investigação.

combater a explicação monocausal dos fenômenos sociais, dentro de uma perspectiva pluridimensional (multicausal), em um claro contraponto ao materialismo histórico e dialético, colocava como questão importante a explicação da forma como os indivíduos que vivem sob diferentes estruturas civilizacionais atribuem sentido às suas vidas.

Weber não nega a importância das determinações econômicas, porém não as torna único vetor explicativo da dinâmica social. Indo mais além, para ele, até mesmo as atividades econômicas precisam ser compreendidas por meio do sentido que os indivíduos dão as suas ações, a sua conduta de vida (*Lebensführung*). E, ao compreender esta conduta de vida e as motivações das ações individuais, é possível abstrair um curso para a história (SAINT-PIERRE, 2004; HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009).

Essa leitura fenomenológica da sociedade, é importante repisar, acabou tendo importante rebatimento no legado metodológico weberiano, que se baseou na busca pela ênfase no comportamento do indivíduo como importante categoria para a compreensão social e na utilização do tipo ideal como recurso.

Na medida em que a ordem social é resultante de múltiplas conexões de sentido, estabelecidas pelos indivíduos, Weber (2004) elege a fração da sociedade que passa a estudar compreensivamente. O motor da história se centra, portanto, na conexão de sentidos que os indivíduos estabelecem em suas ações sociais e em suas múltiplas esferas de atuação.

Nesta senda, toda ação individual é motivada quer por uma racionalidade, possuindo objetivos extrínsecos e valores intrínsecos (hábitos, costumes e crenças), quer por impulsos momentâneos de consciência do ator social. Assim, as atitudes médias dos indivíduos são, ao fim e ao cabo, expressão de suas múltiplas conexões de sentidos, não havendo, desta forma, uma ordem social imanente ou uma linearidade histórica determinada.

É justamente como recurso heurístico para compreender os fenômenos sociais e econômicos que Weber se apropria da metodologia do tipo ideal – a partir das influências originárias de Karl Bücher, da Escola Histórica Alemã (doravante apenas escola histórica) e dos historiadores Jacob Burckhardt e Theodor Mommsen –,<sup>11</sup> um recurso de abstração que estabelece uma espécie de “caricatura” do objeto alvo de análise, acentuando as suas principais características culturais distintivas, porém tendo clareza de que tal recurso é uma mera abstração analítica (uma utopia), que não existe concretamente em sua forma pura, muito menos dá conta da totalidade dos fatos sociais.

---

11 A este respeito ver: Grigorowitschs (2012). Para uma análise do tipo ideal como recurso metodológico em Weber se recomenda ver: Kalberg (2010); Saint-Pierre (2004); Carvalho (2005); Hervieu-Léger; Willaime (2009).

Ou seja, o tipo ideal é construído com base em uma imputação causal e numa significação cultural assentada em valores sociais estabelecidos, valendo-se de manifestações coletivas de uma sociedade na qual o indivíduo está imerso.

## 2.2 Benjamin Franklin, o tipo ideal: expressão do indivíduo histórico motriz

Um bom exemplo da aplicação do tipo ideal como recurso é encontrado na caracterização do calvinista ascético de *A Ética Protestante*, elegendo Benjamin Franklin como uma abstração analítica que auxilia Weber (2004) na compreensão de uma cosmovisão específica, no estabelecimento de conexões de sentido e relações entre esferas de atuação, bem como na modelagem da essência do que ele denominou de “espírito” do Capitalismo.

Franklin era um vulto histórico bastante conhecido, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa e em outras partes do mundo, por ter tido grande protagonismo como homem público, sendo considerado um dos pais fundadores (*founding fathers*) dos Estados Unidos e um dos cinco redatores da Declaração de Independência (1776). Esta imagem foi reforçada pela sua célebre autobiografia e por seus diversos escritos, como *A sciencia do bom homem Ricardo*,<sup>12</sup> uma coletânea de provérbios, alguns de sua autoria, que se tornou sucesso editorial, possuindo, inclusive, na perspectiva de alguns analistas, um importante papel na formação da mentalidade capitalista, e que contém, para Weber (2004, p. 42), “em pureza quase clássica”, aquilo que lhe interessava demonstrar.

Weber teve acesso a esta obra, tanto que lança mão de uma série de extratos com o objetivo de estabelecer a personificação de seu sujeito histórico (tipo ideal) e realçar as suas virtudes utilitárias:<sup>13</sup> “Lembra-te que *tempo é dinheiro*”, “*crédito é dinheiro*”, “*dinheiro é procriador por natureza é fértil*”, “*bom pagador é senhor da bolsa alheia*”, “*nada pode contribuir mais para um jovem subir na vida do que pontualidade e retidão em todos os seus negócios*”.<sup>14</sup> Como mencionado, para Weber estas advertências morais acabam se tornando de cunho utilitarista: “[...] a honestidade é *útil* porque traz crédito, e o mesmo se diga da pontualidade, da presteza, da frugalidade também, e é *por isso que são virtudes*” (WEBER, 2004, p. 45, *itálicos do autor*).

---

12 A obra *A sciencia do bom homem Ricardo* foi elaborada a partir do *Almanaque do Pobre Ricardo*, anualmente publicado por Benjamin Franklin entre 1732 e 1758. Sobre obra em tela recomenda-se ver: Sales; Bonfim (2013); Sales (2014); Arriada; Tambara; Duarte (2015).

13 Os extratos apresentados por Weber são basicamente do segundo e terceiro capítulos do *A sciencia do bom homem Ricardo*, respectivamente *Dicas necessárias para aqueles que querem ser ricos* (1936) e *Conselhos para um jovem comerciante* (1748).

14 A este respeito, ver Weber (2004, pp. 42-44).

Franklin, enquanto vulto histórico e expressão do indivíduo histórico que Weber procurava caracterizar, foi propositalmente selecionado com o objetivo de enfatizar as virtudes morais de uma cultura protestante, em especial de sua linhagem calvinista, base da colonização originária norte-americana.<sup>15</sup> Nesse sentido, dentre as virtudes que são enaltecidas nos diversos capítulos de *A sciencia do bom homem Ricardo*, bem como na autobiografia de seu autor (FRANKLIN, 2019), podem ser mencionadas: ordem, limpeza, tranquilidade, castidade, resolução, silêncio, justiça, sinceridade, humildade, obediência, temperança; e, em especial, trabalho, ascese, frugalidade, moderação, poupança e aplicação.

Para Weber, as virtudes deste indivíduo histórico são a expressão de uma ética revelada metafisicamente. Um *Leitmotiv* do Capitalismo que estabelece o acúmulo de dinheiro moderado por disciplina e autocontrole do corpo e do espírito – preservando-se da busca da felicidade (eudemonismo) e da busca pelo prazer (hedonismo) – como o bem maior (*summum bonum*) que um indivíduo pode lograr.<sup>16</sup>

Esta ética, transcendente e irracional para os não religiosos,<sup>17</sup> constitui-se, ao mesmo tempo, “uma revelação de Deus” que se torna utilitária para o indivíduo. Foi, assim, procurando desvelar a origem desta ética comportamental, que Weber encontrou, na formação colonial calvinista herdada nos Estados Unidos, a hipótese que passa a ser trabalhada em sua argumentação.<sup>18</sup> Nessa perspectiva, a leitura de uma importante biografia de Benjamim Franklin, realizada por Isaacson (2015), torna esse ponto ainda mais claro.

Para Isaacson (2015), Franklin incorporou determinadas virtudes em sua imagem pública que eram a expressão da identidade cultural da classe média norte-americana e a sua moral se baseava numa crença sincera em uma vida virtuosa, na medida em que acreditava que as virtudes terrestres tinham ligação com as celestiais, uma herança cultural familiar advinda de uma crença religiosa. O seu trisavô, Thomas Franklink, nascido por volta de 1540 na aldeia de Ecton em Northamptonshire (Inglaterra), fez parte da primeira geração de cristãos reformados do país, notabilizando-se pelo legado de sua descendência, homens que exerciam atividades práticas (“artesãos inteligentes” e “ferreiros inventivos”) e que eram ativos escritores e leitores, em especial da Bíblia.

---

15 De acordo com Sales (2014), o *Almanaque do Bom Homem Ricardo*, dada a sua ampla circulação e fácil entendimento dada a linguagem do senso comum, foi bastante influente na educação da população norte-americana.

16 Conforme Weber (2004, pp. 46-47): “o ser humano em função do ganho como finalidade de vida, não mais o ganho em função do meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais. Essa inversão de ordem, por assim dizer, ‘natural’ das coisas, totalmente sem sentido para a sensibilidade ingênua, é tão manifestamente e sem reservas um *Leitmotiv* do capitalismo, quanto é estranha a quem não foi tocado por seu bafo.”

17 Na perspectiva de Weber (2004), para o irreligioso a conduta ascética intramundana de alguém dotado de motivações transcendentais seria, em perspectiva, irracional.

18 Weber (2004), nesse sentido, menciona a importância da influência que o pai de Benjamim Franklin, Josiah Franklin, um “calvinista estrito”, teve na conformação de sua visão de mundo.

Algumas gerações depois, a família Franklin se viu no meio da disputa religiosa entre a Igreja Anglicana e os puritanos – dissidentes calvinistas que defendiam o total expurgo dos vestígios papistas e que fundamentavam a sua doutrina no estudo bíblico com interpretação pessoal, na exposição sistemática (sermão) e na autonomia congregacional. Com o fim do governo puritano de Oliver Cromwell e a restauração do regime monárquico em 1660, muitos puritanos encontraram como única alternativa para a preservação de sua liberdade religiosa, mas não só isso, a emigração para as colônias americanas. Conforme Isaacson (2015, p. 16):

Desse modo, a migração puritana estabeleceu a base para algumas características de Benjamin Franklin, e dos Estados Unidos da América: a crença de que salvação espiritual e sucesso secular não precisam estar em desacordo, que a laboriosidade está próxima da santidade e que o pensamento livre e a livre iniciativa estão integralmente relacionados.

Foi então, neste contexto, que Josias Franklin (pai de Benjamin) emigrou para a colônia americana de Massachusetts, fazendo parte de uma geração portadora de uma cosmovisão que não estabelecia dicotomia entre sagrado e secular;<sup>19</sup> tal como era predominante no cristianismo católico medieval (que Weber chama de tradicionalismo econômico e que via o trabalho como necessário, porém desprovido de valor intrínseco). Conforme Isaacson (2015, p. 15):

Esses puritanos não faziam uma distinção excludente entre motivos espirituais e seculares, pois entre as ideias úteis que legaram para a América estava uma ética protestante segundo a qual liberdade religiosa e liberdade econômica estavam ligadas, empreender era uma virtude e o sucesso financeiro não tinha de excluir a salvação espiritual.

Neste sentido, “[...] os puritanos desprezavam a crença monástica da Igreja romana antiga de que a santidade exigia a retirada das preocupações econômicas mundanas e pregavam que ser industrioso era um imperativo tanto celestial quanto terreno” (ISAACSON, 2015, p. 15).

Essas informações ajudam a consolidar o entendimento do por que, para Weber (2004), o “espírito” do Capitalismo, mesmo que em um delineamento ainda que provisório, nada mais seria do que a expressão de uma conduta de vida racional-metódica expressa por uma ética sistemática do trabalho movida por valores em relação ao mundo e um propósito; expressão de um dever que ambicionava o ganho de forma legítima e racional. Ou seja, uma conduta ética de vida moldada, ainda que subliminarmente, por impulsos religiosos derivados da ascese cristã (de viés calvinista).<sup>20</sup> Weber,

19 Esta perspectiva fica muito clara ao se analisar o sermão *Um cristão em sua profissão* do ministro puritano Cotton Mather (1663-1728), que enfatiza que o trabalho diligente era uma forma de glorificar a Deus na medida em que promovia o bem-estar de outros e de si mesmo.

20 Cabe, contudo, estabelecer uma ressalva neste ponto advertindo que tinha clareza de que o conceito de “espírito” do Capitalismo, justamente por ser um conceito histórico, portanto conformado por múltiplas conexões de sentido e,



neste ponto, enfatiza que essa ética peculiar é inerente ao capitalismo ascendente na Europa ocidental e América do Norte, inexistindo em outros lugares e outros tempos históricos, tais como China, Índia, Babilônia, Antiguidade ou Idade Média.

Weber (2004, p. 164) deixa isso muito claro em uma passagem extraída do segundo capítulo do segundo ensaio, mas que se julga pertinente expor aqui para reforçar o seu entendimento:

Um dos elementos componentes do espírito capitalista [moderno], e não só deste, mas da própria cultura moderna: a conduta de vida racional fundada na ideia de profissão como vocação nasceu – como queria demonstrar esta exposição – do espírito da *ascese cristã*. Basta ler mais uma vez o tratado de Benjamin Franklin citado no início deste ensaio para ver como os elementos essenciais da disposição ali designada de “espírito do capitalismo” são precisamente aqueles que aqui apuramos como conteúdo da ascese profissional puritana [...].

Whimster (2009), nesta mesma linha, chama atenção de que Weber sugere uma continuidade entre Franklin e o puritanismo, uma vez que o pai de Franklin era um calvinista.<sup>21</sup> Desse modo, havia uma predisposição mental baseada na crença da predestinação que influía na forma de condução da vida, com o calvinismo fornecendo um importante “gene cultural” que moldou a forma de comportamento no nascente capitalismo dos Estados Unidos, embutindo a ideia do dever profissional como vocação.

Neste ponto convém, sem o risco de perder a direção, inserir duas importantes observações interligadas que são feitas por Weber. A primeira é que, de forma sucinta, estabelece uma crítica ao materialismo histórico que coloca a superestrutura social como um mero reflexo da base de reprodução material da sociedade. Para Weber, a conduta de vida que moldou o “espírito” do Capitalismo, antes de se firmar como elemento cultural (e, portanto, histórico), precisou emergir não apenas em indivíduos singulares, mas, sobretudo, como expressão de um grupo de pessoas.<sup>22</sup> A segunda, em conexão com a primeira, é que o referido “espírito” do Capitalismo, no sentido por ele adotado, ao menos na terra natal de Benjamin Franklin, “[...] existiu incontestavelmente *antes* do ‘desenvolvimento do capitalismo’” (WEBER, 2004, p. 48, *italico do autor*). Neste caso, arremata Weber (2004, p. 49): “[...] a relação de causalidade é de todo modo inversa àquela que se haveria de

---

justamente por isto, complexo, não pode ser simplesmente resumido desta forma. A citação de Weber (2004, p. 42, *italico do autor*), neste sentido, se torna conveniente: “[...] não se pode ou não se deve necessariamente entender por ‘espírito’ do capitalismo *somente* aquilo que *nós* apontaremos nele como essencial para a nossa concepção.”

21 O próprio Weber (2004) destaca a influência do pai de Benjamin Franklin em sua formação, enfatizando que o mesmo relatava os ensinamentos de seu pai com destaque para o provérbio bíblico que o seu pai sempre lhe recitava em sua juventude: “você já observou um homem habilidoso em seu trabalho? Será promovido ao serviço real; não trabalhará para gente obscura” (Pr. 22.29, NVI).

22 Conforme Weber (2004, p. 48): “portanto, é essa emergência de um modo de ver que se trata propriamente de explicar. Só alhures teremos ocasião de tratar no pormenor daquela concepção do materialismo histórico ingênuo segundo a qual “ideias” como essa são geradas como “reflexo” ou “superestrutura” de situações econômicas.”

postular a partir de uma posição ‘materialista’.”<sup>23</sup> Em síntese, para Weber, essa ética social, inerente da cultura capitalista, porém não a sua única determinante, antecedeu o próprio Capitalismo Moderno, não sendo, portanto, resultante das relações históricas materialistas, mas sim de relações históricas culturais.<sup>24</sup>

Com base nisso, após delinear (ainda que provisoriamente) o que entendia por “espírito” do Capitalismo, Weber (2004, p. 49) destaca que este, para se impor, “[...] teve que travar um duro combate contra um mundo de forças hostis”, tendo no tradicionalismo (também enquanto conceito histórico) uma ética que precisou ser superada.

### **3 A influência do Romantismo Alemão e a interlocução com Simmel e Sombart**

Para Weber o tradicionalismo – outro conceito histórico por ele trabalhado sem a pretensão de oferecer uma definição absoluta (concludente) – era a expressão de um determinado estilo de vida; uma ética que se colocava como obstáculo ao aumento da produtividade, elemento integrante da lógica do Capitalismo Moderno. Neste sentido, relata que este modo de vida se caracterizava por buscar apenas reproduzir o seu padrão existencial, tornando inelástica a relação entre remuneração e produtividade. Ou seja, o elemento motivador do trabalhador tradicional não era a busca pelo aumento da remuneração a partir do trabalho executado com maior produtividade ou por mais tempo, mas apenas a manutenção da remuneração que permitisse a manutenção do estilo de vida habitual.<sup>25</sup> Consequentemente, o resultado normal, advindo do aumento de produtividade decorrente da introdução de alguma inovação no processo produtivo, era a resistência e o enfrentamento desta inovação, ou a diminuição da carga de trabalho suficiente para manter a remuneração anterior, não havendo anelo sobre melhoria do padrão de vida e mobilidade social.

---

23 Conforme Whimster (2009, pp. 65-66): “Weber exige uma confirmação para as origens históricas específicas desse espírito derivado religiosamente, porque os desenvolvimentos posteriores do capitalismo, com sua inevitável secularização da disciplina religiosa transformada em disciplina capitalista, obscurecem sua origem histórica específica. Isso conduz ao erro, cometido pelo ‘materialismo histórico ingênuo’, de inverter a relação causal, isto é, considerar que o capitalismo produz uma atitude religiosa, e não que o espírito capitalista é produzido por um tipo de religião. O que Weber expõe como sendo um erro correspondente exatamente à posição articulada por Sombart, que como vimos, descarta a influência do protestantismo e do calvinismo como fatores causais”.

24 Weber (2004) enfatiza que a ordem econômica capitalista se materializa como um imenso cosmo, um imutável envoltório, no qual o indivíduo nasce e tem de viver.

25 O próprio Weber (2004) destaca que Sombart na mesma senda nomina esta lógica social, que Weber chama de tradicionalismo, como “sistema de economia de satisfação de necessidades”.

O tradicionalismo, enquanto cosmovisão pré-capitalista, não enxergava o trabalho como fim em si mesmo e a profissão como “vocação”, ao mesmo tempo condenava a prática da usura e via a “pulsão aquisitiva” apenas como expressão da avareza. Nesse sentido, a ética tradicionalista (pré-capitalista) se tornou um obstáculo a ser vencido tanto para a valorização racional do capital no âmbito empresarial, quanto para a organização racional capitalista do trabalho. Foi necessária, dessa forma, uma mudança de hábitos patrocinada por fatores religiosos que ensejaram, por meio de um processo educativo de longo prazo, uma nova ética que veio e se estabelecer enquanto “força motriz espiritual mais adequada” para a empresa capitalista moderna (WEBER, 2004, p. 57).

Weber, assim, traz à tona o debate sobre a conformação desta nova cosmovisão que elevou a compreensão da profissão enquanto prática vocacional importante para a ordem econômica do Capitalismo Moderno questionando:

De que círculo de ideias originou-se pois a inclusão de uma atividade voltada puramente para o ganho na categoria de “vocação”, à qual o indivíduo se sentia *vinculado pelo dever*? Pois foi essa ideia que conferiu à conduta de vida do empresário de “novo estilo” base e consistência éticas (Weber, 2004, p. 66, *itálico do autor*).

É neste momento que Weber introduz no debate a importância do racionalismo econômico (outro conceito histórico para ele relevante) como importante fundamento da cultura capitalista moderna, posto estar na base da ideia de vocação profissional e de dedicação ao trabalho.<sup>26</sup> Conforme Weber (2004, p. 67, *itálico do autor*):

E com todo o direito, se entendermos por essa expressão o aumento da produtividade do trabalho que, pela estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista *científicos*, eliminou sua dependência dos limites “fisiológicos” da pessoa humana impostos pela natureza. Ora, esse processo de racionalização no plano da técnica e da economia sem dúvida condiciona também uma parcela importante dos “ideais de vida” da moderna sociedade burguesa: o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos representantes do “espírito capitalista”, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida.

---

26 Ainda conforme Weber (2004, p. 69, *itálico do autor*): “o ‘racionalismo’ é um conceito histórico que encerra um mundo de contradições, e teremos ocasião de investigar de que espírito nasceu essa forma concreta de pensamento e de vida ‘racionais’ da qual resultaram a ideia de ‘vocação profissional’ e aquela dedicação de si ao *trabalho* profissional – tão irracional, como vimos, do ângulo dos interesses pessoais puramente eudemonistas –, que foi e continua ser um dos elementos mais característicos da cultura capitalista”.

Esta argumentação de Weber, ao incorporar o conceito de “espírito”, expressa uma construção secular mais ampla que fora desenvolvida pela escola histórica a partir da influência do movimento romântico alemão. Ao mesmo tempo, carrega um importante debate de época sobre a origem do Capitalismo Moderno que teve, em especial, nas obras *Filosofia do Dinheiro* (1900) de George Simmel e *O Capitalismo Moderno* (1902) de Werner Sombart, as principais referências – fato que normalmente passa despercebido nas leituras contemporâneas de *A Ética Protestante*.<sup>27</sup> Vejamos em maior detalhe estes dois pontos.

### 3.1 Cultura, cosmovisão e “espírito”

A escola histórica se notabilizou por fortes críticas ao individualismo metodológico, assentado em decisões maximizadoras de agentes movidos por interesses egoístas e utilitaristas (*homo oeconomicus*), e ao viés positivista e materialista advindo do iluminismo francês. Em contraponto, os membros desta escola, da qual Weber se tornou um dos mais importantes expoentes, foram profundamente influenciados pelo Romantismo Alemão.<sup>28</sup>

O movimento romântico alemão, com destacado papel na formação da sociedade germânica, foi responsável pela difusão de termos como *Weltanschauung* (cosmovisão) e *Geist* (espírito), que foram incorporados e disseminados nos debates mais amplos sobre a sociedade alemã.

O termo cosmovisão foi utilizado como neologismo pela primeira vez por Immanuel Kant em sua obra *Crítica do juízo* (1790), procurando, por meio dele, enfatizar o poder de percepção (intuição) da mente humana; ou seja, a percepção do mundo pelos sentidos.<sup>29</sup> A partir desta formulação original de Kant, e por meio de seus seguidores, o termo cosmovisão se difundiu no âmbito do emergente e fervoroso ambiente intelectual germânico.<sup>30</sup>

---

27 A este respeito recomenda-se ver Whimster (2009).

28 Além do Romantismo Alemão, o Cameralismo e o contraponto ao pensamento liberal inglês exerceram importante influência para a conformação da *escola histórica*. A este respeito recomendo Costa (2020).

29 Sobre o uso do termo *Weltanschauung* (cosmovisão), recomendo Naugle (2017). Neste livro, o autor realiza uma excelente reconstrução histórica da origem e história do termo, bem como o seu impacto na produção do conhecimento em várias áreas, com destaque para a Filosofia, Teologia e Sociologia.

30 Exemplos de filósofos que incorporaram o termo em suas análises são vários, mas convém destacar: Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), um kantiano progressista, que utilizou o termo em sua obra *Uma tentativa de crítica da revelação* (1792) como a percepção do mundo sensível; e, Friedrich Wilhelm von Schelling (1775-1854), que nas *Cartas filosóficas* (1795) enfatizou que a principal finalidade da Filosofia é a resolução do problema existencial do mundo, usando o termo como uma maneira autorrealizada, produtiva e consciente de apreender e interpretar o universo.

Paulatinamente, o significado do termo transitou de uma percepção sensorial para uma percepção intelectual do universo que rodeia o homem, integrando, no século XIX, o vocabulário corrente do círculo intelectual germânico, tendo um papel destacado nas obras de George Hegel (1770-1831), Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), três dos mais destacados filósofos germânicos do século XIX e que vieram a desempenhar um importante papel na formação do pensamento da sociedade alemã.<sup>31</sup>

O filósofo Georg Hegel incorporou o termo cosmovisão em sua filosofia dialética. E, em sua *Fenomenologia da mente* (1807), apresentou a biografia da consciência do “espírito” como objeto de análise, destacando que pode haver diversas formas de consciência, que representam variadas ordens morais de mundo, expressões de variações culturais. A cosmovisão seria, desta forma, um produto cognitivo derivado de um processo histórico, podendo estar, conforme a sua obra póstuma *Filosofia da História* (1837), incorporada tanto na consciência do indivíduo como na de uma nação.

Há, desta forma, para Hegel, uma dinâmica histórica dialética que conforma, por meio de múltiplas manifestações culturais (religião, artes, leis, ciência, política, etc.) um *Weltgeist* (“espírito do mundo”), expressão de um todo orgânico indissociável que permite a compreensão dos estágios civilizacionais, bem como a compreensão do *Volksgeist* (“espírito do povo”). Toda nação é, portanto, herdeira de uma cosmovisão singular, conformada historicamente. Assim, o “espírito do povo” nada mais é do que a expressão de sua cosmovisão resultante da dialética histórica.

Posteriormente, Wilhelm Dilthey apresentou a ideia de que a compreensão do mundo histórico-social pode ser realizada pela análise do comportamento, ou seja, pelo estudo da psicologia existencial humana. Neste sentido, a estrutura metafísica, axiológica e moral de uma cosmovisão seria derivada da psique humana. E as diversas cosmovisões surgiriam intelectualmente da cognição da realidade, afetivamente na avaliação da vida e no desempenho ativo da vontade. Desta forma, concordâncias sociais compõem singularidades históricas, o que leva a um desafio para a historiografia como “ciência do espírito”: enxergar aquilo que é universal no particular, relacionando as diversas manifestações culturais.<sup>32</sup>

---

31 Naugle (2017) destaca que no início do século XX, determinado trabalho acadêmico (tese de Meier) listou um conjunto de mais de mil trabalhos acadêmicos na Alemanha que utilizavam o termo *Weltanschauung* (cosmovisão) em seu título. Para uma análise do uso do termo por Georg Hegel, Soren Kierkegaard, Wilhelm Dilthey e Friedrich Nietzsche, ver em especial Naugle (2017, cap. 4).

32 Friedrich Nietzsche, finalmente, representou o ápice na Filosofia ocidental da revolução copernicana de Kant (Naugle, 2017). E, no seio de sua reflexão, a cosmovisão foi definida como uma perspectiva sobre a realidade e uma concepção básica da vida; estruturando pensamentos, crenças e comportamentos. Assim, as cosmovisões seriam constructos culturais fundamentais para a existência humana, reificados e moldados em determinado espaço geográfico e contexto histórico.

Finalmente, Heinrich Richkert, citado no início deste artigo, conceituou, convém lembrar, a cultura como uma totalidade no “espírito” em movimento, ou seja, um fenômeno histórico que, ao mesmo tempo em que é moldada por instituições sociais, estabelece importantes forças coletivas de caráter normativo, que se tornam características de determinadas épocas e sociedades – uma visão integralmente apropriada por Max Weber em seu processo de análise. Essa visão se torna subjacente na leitura da segunda parte do primeiro ensaio de *A Ética Protestante* que, nas suas entrelinhas, traz o assunto à baila (diga-se de passagem, um debate de época difícil de ser apreendido numa leitura contemporânea).

### 3.2 Racionalização e Capitalismo Moderno

Não resta dúvida de que este debate sobre o papel da cultura e a conformação de um “espírito” em movimento foi cumulativo e influenciou as três gerações da chamada escola histórica.<sup>33</sup> Coube, contudo, à última geração, em especial a de Simmel, Sombart e Weber, o desafio de, por meio de análises historiográficas, compreender a dinâmica cultural mais ampla, enxergando nela singularidades e regularidades, bem como questões institucionais importantes capazes de explicar o desenvolvimento do Capitalismo Moderno.

Apesar da contribuição originária de Friedrich List (considerado um proto-histórico alemão), o efetivo nascimento da escola histórica pode ser efetivamente atribuído à publicação de três obras: *Esboço para palestras sobre economia do Estado usando o método histórico* (1843) de Wilhelm Roscher; *Economia do presente e do futuro* (1848) de Bruno Hildebrand; e *Economia Política do ponto de vista do método histórico* (1853) de Karl Knies.<sup>34</sup> Contudo, foi com Gustav Schmoller, que veio a se tornar o principal economista do Império Alemão, que a escola histórica ganhou maior notoriedade.

---

33 De acordo com Schumpeter (1964), a escola histórica pode ser dividida em três gerações: (i) a Velha Escola, formada por Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898); (ii) a Nova Escola, formada por Etienne Laspeyres (1834-1913), Karl Bücher (1847-1930), Lujo Brentano (1844-1931) e Gustav von Schmoller (1837-1917); (iii) a Novíssima Escola, tendo como principais expoentes Arthur Spiethoff (1873-1957), Werner Sombart (1863-1941) e Max Weber (1864-1920).

34 A contribuição de Karl Knies é um exemplo desta forma de compreensão. Conforme Ringer (2004), Knies destacava a importância da análise cultural para a formação de uma nação, ajudando a moldar o seu “espírito”. Assim, a atividade econômica era a expressão da vida unificada de um povo, com o indivíduo sendo decisivamente influenciado pela cultura nacional.

Marcadas por um claro antipositivismo, as análises desenvolvidas por essa escola partiam do pressuposto de que as categorias econômicas são detentoras de um caráter histórico singular, sendo inadequada a transposição de metodologias utilizadas nas Ciências Naturais para as Ciências Sociais. Haveria, assim, a necessidade de elaboração de uma metodologia específica capaz de dar sustentabilidade às análises históricas e capaz de identificar tendências de comportamento humano oriundas de atitudes psicológicas, compreendendo este ser como imerso em um complexo social.

Portanto, em contraposição ao individualismo metodológico, assentado nas decisões maximizadoras, egoístas e utilitaristas do *homo oeconomicus*, haveria um “espírito” enquanto expressão de uma coletividade que atuaria condicionando o processo de desenvolvimento das sociedades.<sup>35</sup> Assim, partindo da premissa da complexidade do comportamento humano, a análise econômica jamais poderia prescindir de elementos subjetivos, o que compelia ao desafio de elaborar – é importante repisar, sem o risco de redundância – uma história não universalista, capaz de compreender as singularidades de cada complexo social. Ou seja, a cultura de um povo, e os seus aspectos éticos e morais, os seus valores religiosos e as suas crenças (em síntese, os aspectos subjetivos) exerceriam decisiva influência em sua trajetória como sociedade.<sup>36</sup>

Este firme posicionamento metodológico ficou patente quando Schmoller travou com Carl Menger a *Methodenstreit*, a “Batalha dos Métodos”,<sup>37</sup> tendo retornado manifesto nas obras de seus sucessores: a *Filosofia do Dinheiro* (1900) de Georg Simmel, *O Capitalismo Moderno* (1902) de Werner Sombart e *A Ética Protestante* (1904/05) de Max Weber; que se lançaram no desafio de compreender o “espírito” como representação das motivações dos agentes, que, nas suas perspectivas, deveriam ser compreendidos como imersos em determinados sistemas socioculturais.

Assim, enquanto Simmel fez uso do termo espírito como um conjunto de atributos psicológicos que precisavam ser analisados em sua relação com a natureza do dinheiro,<sup>38</sup> Sombart procurou identificar as origens do Capitalismo Moderno compreendendo o espírito de competição e acumulação aliado à racionalidade econômica. Por seu turno, Weber, inspirado pelos trabalhos de

---

35 Conforme Screpanti e Zamaguini (1997, p. 103, tradução nossa): “os historicistas estavam mais interessados no que chamavam de ‘leis de desenvolvimento’, ou seja, na regularidade com que – segundo eles – se realizava a evolução histórica dos povos e das nações; mas inclusive neste caso evitavam formular leis universais”.

36 O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da escola histórica acabou exercendo influência na formação de novas escolas de pensamento, como a Escola Institucionalista Americana no século XX, trazendo efetivamente as instituições para dentro de uma agenda sistemática de pesquisa. Sobre esse aspecto ver: Schumpeter (1964), Hodgson (2001) e Máximo (2010).

37 Sobre a *Methodenstreit* ver: Schumpeter (1964); Screpanti; Zamaguini (1997).

38 Conforme Whimster (2009, p. 70): “o Capítulo 3 da *Filosofia do Dinheiro*, intitulado “o Dinheiro na sequência das finalidades” (*Das Geld in den Zweckreihe*) é um ponto de referência crucial tanto para Sombart como para Weber. Este capítulo fornece pretexto para pensar o capitalismo moderno com uma busca do dinheiro enquanto um fim em si mesmo”.

Sombart e Simmel (WHIMSTER, 2009; GRIGOROWITSCHS, 2012), encontrou, no segmento calvinista advindo da Reforma Protestante, a conformação de um padrão de comportamento (uma ética do trabalho) mais adequado à lógica do Capitalismo, que, em sua análise, também se manifesta por uma lógica de racionalização em última instância.

A exegese de *A Ética Protestante* demonstra cabalmente que o colóquio com as teses de Simmel e Sombart foi extremamente fecunda para a produção intelectual de Weber, mesmo que isso não apareça de forma tão explícita. Em função disso, é importante conhecer, mesmo que *à vol d'oiseau*, os apontamentos seminais destes autores.

Em 1900 Simmel publicou a *Filosofia do Dinheiro*, uma obra que teve importante repercussão na formação do pensamento social de sua época, e que destacava como pontos importantes a relação da modernidade com o dinheiro, em especial com fenômenos sociais ligados à aceleração do tempo, monetização das relações, expansão dos mercados e racionalização e quantificação da vida (cálculo racional).

Simmel, em uma clara crítica ao materialismo histórico, acabou elaborando o esboço de uma teoria da ação social ao afirmar que toda ação humana existe em uma forma psicológica prévia, cabendo ao analista social a compreensão de seus motivos subjetivos. Ou seja, a compreensão das ações econômicas dos indivíduos requer a busca pelas pré-condições psicológicas, ou até mesmo metafísicas. Simmel, assim, destacou que não há uma sobre determinação dos fatores materiais sobre a conformação da vida humana, mas esta se molda a partir de uma relação dialética entre fatores materiais e psicossociais.<sup>39</sup>

Em 1902, Sombart publicou *O Capitalismo Moderno*, alcançando grande sucesso editorial e se consolidando no principal manual acadêmico de Economia na Alemanha; e uma reorientação teórica no âmbito da economia nacional germânica em torno da questão do Capitalismo, integrando História Econômica, com Economia e Teoria Sociológica, além de definir claramente o Capitalismo como um problema de pesquisa que deveria ser enfrentado (WHIMSTER, 2009).<sup>40</sup>

---

39 Para uma análise mais detalhada ver: Whimster (2009), em especial o capítulo 2.

40 Conforme Whimster (2009, p. 64): “O título do capítulo de Weber faz deliberadamente eco ao título de Sombart para a primeira parte do *mK*, “*A Gênese do espírito capitalista*”. Weber desculpa-se pelo caráter pretencioso do termo “espírito”, mas curiosamente deixa de reconhecer que Sombart já cunhara esse termo dois anos antes.”



Com uma nítida influência marxiana, porém crítico da filosofia dialética da história,<sup>41</sup> Sombart se propôs a compreender a lógica de movimento do Capitalismo e as perspectivas futuras de sua superação. Nesta senda, procurou compreender o processo de valorização capitalista e a formação do “empreendimento capitalista”. E, a partir da influência metodológica da escola histórica, viu no Capitalismo muito mais do que apenas um Modo de Produção, o que lhe fez procurar a sua compreensão, também, nos fatores extraeconômicos que seriam capazes de lhe conferir uma significação cultural.<sup>42</sup>

É nesta senda que enxergou o processo de racionalização como um elemento constitutivo importante do sistema capitalista e que conformaria o seu espírito, assentado em uma ação consciente em relação aos seus objetivos e fomentador da ampliação da produtividade do trabalho. Para ele, o Capitalismo Moderno pressupõe, então, uma forma racional de pensar e agir que busca, na valorização do capital, a finalidade de todo empreendimento capitalista. É, assim, em última instância, que Sombart vê nessa lógica um processo psicológico que passa pelo desejo em busca do lucro (*auri sacra fames*), enquanto um fim em si mesmo, somente atingido por meio do cálculo racional.<sup>43</sup> Sombart aponta a “satisfação das necessidades” e a “aquisição” como os dois grandes *Leitmotive* que movimentaram a História Econômica.

Contudo, enquanto Sombart localiza esse desejo no final da Idade Média, Weber, em contraponto, observa que ele é tão antigo quanto à história humana, não havendo nada de novo nele. Conforme Whimster (2009, p. 66):

[...] o que Sombart toma como sendo novo (a disposição para a aquisição), Weber considera com velho; ele insiste também que o que era velho – a atitude tradicional com respeito à aquisição – teve que ser transformado com o aparecimento do novo espírito de vida ética. Até esse ponto Sombart não faz nenhuma aparição formal no texto principal, embora ele seja claramente o objeto central da exposição weberiana.

Sombart formula, dessa maneira, o surgimento do Capitalismo Moderno em termos de motivações psicológicas, procurando explicar a sua “psicogênese” na mudança de mentalidade que ocorreu no final da Idade Média e que engendrou uma nova forma de racionalidade da qual a contabilidade passa a ser um elemento importante (WHIMSTER, 2009).

---

41 Conforme Whimster (2009, p. 61): “ambos, Weber e Sombart, eram resolutamente contrários a Hegel; Sombart considerava parte de seu papel extirpar Hegel de Marx e isso significava remover uma filosofia dialética da história”.

42 Conforme Whimster (2009, p. 60): “para Sombart, os resultados do capitalismo avançado eram inaceitáveis e indesejáveis, e ele continuava um crítico socialista de certas formas de capitalismo. Mas ele sustentava que havia fatores individuais e institucionais em jogo que produziam um resultado particular”.

43 Conforme Whimster (2009, p. 66): “[...] Weber contesta formalmente a divisão oferecida por Sombart para as motivações econômicas: satisfação de necessidades e “novo” espírito aquisitivo”.

Simmel e Sombart se fazem, portanto, presentes na construção teórica de Weber, e são perceptíveis nas entrelinhas de *A Ética Protestante* (ou mesmo em *Economia e Sociedade*). Contudo, é de bom alvitre destacar que é de Sombart, em especial de seu livro *O Capitalismo Moderno*,<sup>44</sup> que Weber herdou o Capitalismo e a sua lógica de racionalização como componente central da “sociedade burguesa moderna” enquanto problema de pesquisa a ser enfrentado;<sup>45</sup> fato claramente exposto na introdução conjunta da *Archiv* (WHIMSTER, 2009; GRIGOROWITSCHS, 2012)<sup>46</sup> e que é incorporado como epílogo da segunda parte do primeiro ensaio.

Nesse sentido, para Weber (2004, p. 61), o “racionalismo econômico” foi caracterizado de forma afortunada e profícua por Sombart “[...] como o motivo fundamental da economia moderna em geral”. Sendo, contudo, um conceito histórico, era importante para o desiderato de sua investigação estabelecer as relações que geraram uma forma concreta de viver e pensar fundado na racionalidade que se materializou na ideia de “vocação profissional”, base para o desenvolvimento do trabalho profissional e “[...] um dos componentes mais característicos da nossa cultura capitalista” (Weber, 2004, p. 63).

Aqui Weber (2004), ao arrematar o item com a menção ao conceito de “vocação”, estabelece o vínculo com o que será trabalho na terceira parte do primeiro ensaio, base de uma ética do trabalho que vê a sua transgressão não como uma simples falha, mas como o não cumprimento de um dever determinado transcendentemente. Ou seja, a conformação do “espírito” do capitalismo não decorreu a partir de impulsos materialistas, ou foi conformado por uma nova classe dominante (burguesia), mas surge das entranhas culturais a partir da ideia de vocação propalada por determinada linhagem religiosa advinda da Reforma Protestante, o calvinismo.

---

44 Conforme Whimster (2009, p. 68): “em praticamente cada etapa da exposição de Weber no Capítulo 2, Sombart é quase sempre o alvo oculto de seu argumento e, nessa medida, a argumentação de Weber deriva de Sombart”.

45 Conforme Whimster (2009, p. 66): “Weber pode diferir de Sombart quanto aos conteúdos dos argumentos, mas a estrutura subjacente (oculta) de sua reflexão sobre a relação da Economia com os agentes econômicos de uma perspectiva comparativa é a mesma de Sombart”.

46 Contudo, encontramos em Grigorowitschs (2012), menção ao fato de que a lógica da racionalização weberiana teria sido, também, um elemento de influência da Escola Austríaca. Reconhecemos que este assunto, para validação desta inferência, merece um necessário aprofundamento a partir de novas pesquisas específicas.

## Conclusão

Este artigo teve por objetivo contribuir para melhor compreensão do texto de *A Ética Protestante*, em especial a segunda parte do primeiro ensaio denominada *O “espírito” do capitalismo*, trazendo à baila elementos que muitas vezes não estão explícitos em sua leitura, porém contribuem sobremaneira para a compreensão da tese e dos argumentos desenvolvidos. Neste desiderato, foram trabalhados três pontos: (i) o indivíduo histórico e a influência do filósofo neokantiano alemão Heinrich Richkert; (ii) Benjamin Franklin como expressão do indivíduo histórico motriz, tipo ideal apresentado pelo autor; (iii) a influência do Romantismo Alemão e a interlocução que Weber estabeleceu com as ideias de Georg Simmel e Werner Sombart.

Antes de sumarizar os principais aspectos apresentados, é forçoso reconhecer que *A Ética Protestante* não é uma obra de fácil leitura, na medida em que Weber o tempo todo dialoga (mesmo que nem sempre o faça de forma explícita) com um debate de época sobre a explicação causal do desenvolvimento do Capitalismo (e na versão derradeira com algumas das críticas recebidas na versão original).

Outrossim, ao mesmo tempo em que dialoga permanentemente com autores e obras contemporâneas, *A Ética Protestante* foi redigida dentro de uma agenda pessoal de seu autor que estava, ao mesmo tempo, sistematizando elementos epistemológicos que o levariam a conformação da análise compreensiva, e tentando entender melhor a dinâmica e a formação de complexos societários e as razões do surgimento e desenvolvimento do Capitalismo na Europa Ocidental em detrimento das outras partes do mundo. É sim possível, deste modo, perceber que o tempo todo Weber busca compreender o que dotava o ocidente de singularidade(s); sendo que *A Ética Protestante* acabou se consolidando como um importante passo nesta agenda.

Uma importante influência na obra de Weber, em especial na segunda parte de seu primeiro ensaio, é o filósofo neokantiano alemão Heinrich Richkert que se notabilizou por ter destacado a cultura como um fenômeno histórico que determina valores sociais que se convertem em forças coletivas de caráter normativo, estabelecendo a teleologia de uma época e de uma sociedade (uma totalidade no “espírito”). Para Richkert, a História é uma ciência da cultura humana, devendo a análise histórica perscrutar os fenômenos sociais singulares que modelam o sentido da ação individual de agentes históricos condicionados por valores. É a partir desta influência que Weber vai estudar o protestante ascético de linhagem calvinista como sendo o sujeito histórico motriz de uma conduta de vida que era a expressão do “espírito” do Capitalismo; ao menos uma parte dele.

Como parte deste desiderato de pesquisa, e entendendo que o “espírito” do Capitalismo era um conceito histórico caracterizado por sua complexidade, Weber seleciona Benjamin Franklin como expressão do tipo ideal deste sujeito histórico, com a finalidade de ilustrar os seus valores e a sua ética peculiar (virtudes morais de uma cultura protestante), revelada metafisicamente; bem como o sentido de sua ação individual, cultural e social. Ou seja, Franklin ilustra adequadamente a essência empreendedora e as virtudes específicas de um indivíduo histórico que pugnava pelo trabalho de forma sistemática e como dever; expressão máxima do “espírito” do que Weber procurava descrever.

Outros conceitos históricos trabalhados por Weber, nesta parte do ensaio, são o tradicionalismo e o racionalismo econômico (base da ideia de vocação profissional e de dedicação ao trabalho), que o ajudam na conformação das cosmovisões pré-capitalista e capitalista, respectivamente. Weber, assim, traz à tona o debate sobre a conformação desta nova cosmovisão que elevou a compreensão da profissão enquanto prática vocacional importante para a ordem econômica do Capitalismo Moderno. Esta argumentação de Weber, ao incorporar o conceito de “espírito”, expressa uma construção secular mais ampla que fora desenvolvida pela escola histórica a partir da influência do movimento romântico alemão. Ao mesmo tempo, carrega um importante debate de época sobre a origem do Capitalismo Moderno que teve, em especial, nas obras *Filosofia do Dinheiro* (1900) de George Simmel e *O Capitalismo Moderno* (1902) de Werner Sombart as principais referências.

Em suma, a melhor compreensão dos argumentos e da tese desenvolvida por Weber em *A Ética Protestante* perpassa pela compreensão das influências epistemológicas que moldaram a construção deste clássico da literatura social e o debate travado em alguns momentos, implicitamente ou explicitamente, por Weber.

## Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro; DUARTE, Sheila. *A Sciencia do Bom Homem Ricardo: Um texto de leitura escolar no Brasil Imperial*. **Hist. Educ.**, v. 19, n. 46, p. 243-259, Maio/ago., 2015.

CAMPOS, Daniel Vasconcelos. O Historicismo em Max Weber. **Perspectivas**, São Paulo, v. 40, p. 147-175, jul./dez. 2011.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. O Pensamento Econômico de Max Weber: Um necessário resgate. *In*: Anais do 48º Encontro Nacional de Economia (ANPEC). Brasília: Universidade Católica de Brasília, dez. 2020.

D'AGUIAR, Rosa Freire. Celso Furtado – um retrato intelectual. *In*: SOUZA, Cidival Moraes; THEIS, Ivo Marcos; BARBOSA, José Luciano Albino (Orgs.). Celso Furtado: a esperança militante. v. 1. [Livro Eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

DIAS, F. C. Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 14, n. 4, p. 47-62, jul. 1974.

FRANKLIN, Benjamin. **Autobiografia**. Campinas: Editora Auster, 2019.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Roco, 1996.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social. *In*: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). A cultura importa: valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

ISAACSON, Walter. **Benjamin Franklin**: Uma vida americana. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. **Um outro espírito, um outro capitalismo**: O papel da economia antiga na tipologia do capitalismo de Max Weber. Tese de Doutorado. 304f. Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.

GRONDONA, Mariano. Uma Tipologia Cultural do Desenvolvimento Econômico. *In*: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A cultura importa**: valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e Religião**: Abordagens Clássicas. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

HODGSON, Geoffrey H. **How Economics Forgot History: The problem of historical specificity in social science**. London: Routledge, 2001.

JAHNKE, Hans-Richard. **O Conceito de Compreensão na Sociologia de Max Weber**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LANDES, David. Quase toda a diferença está na cultura. *In*: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). A cultura importa: valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

MATA, Sérgio da. O mito de “A ética protestante e o espírito do capitalismo” como obra de sociologia. **Lócus: Revista de História**, v. 12, n. 1, p. 113-126, 2006.

MÁXIMO, Mário Motta de Almeida. A Guerra dos Métodos: A visão da Escola Histórica Alemã. **In: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO**, Rio de Janeiro, p. 19-23, jul. 2010.

NATALI, João Batista. O século de Max. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 abr. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs11049904.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

NAUGLE, David K. **Cosmovisão: a história de um conceito**. Brasília: Editora Monergismo, 2017.

OLIVEIRA, Arilson Silva de. Max Weber: indologia e historicismo na obra weberiana. **Revista de História**, v. 162, p. 311-333, 1º semestre de 2010.

PRECIOSO, Daniel; RICETTO, Petrus Ferreira. Ciência, Método e Conceitualização na Filosofia da História de Heirich Rickert (1899-1905). **Revista de Teoria da História**, v. 14, ano 7, n. 2, nov. 2015.

PYE, Lucian W. “Valores asiáticos”: de dínamos a dominós? **In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). A cultura importa: valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2004.

RINGER, Fritz. **A Metodologia de Max Weber**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SACHS, Jeffrey. Notas para uma nova sociologia do desenvolvimento econômico. **In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). A cultura importa: valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

SAINT-PIERRE. Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SALES, Tâmara Regina Reis. **O Almanaque do Bom Homem Ricardo: práticas educacionais norte-americanas e sua circulação no Brasil oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Educação). 80f. Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, 2014.

SALES, Tâmara Regina Reis; Bonfim, Ellen de Souza. Almanaque do Pobre Ricardo: Princípios da Cultura Norte-Americana como Prática Educativa no Brasil. **In: Anais do VII Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão/SE/Brasil, 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **História da Análise Econômica**. Volume 2. Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança para o Progresso, 1964.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **Panorama de Historia del Pensamiento Económico**. Barcelona: Editora Ariel S.A., 1997.

SOUZA, Jessé de. A atualidade de Max Weber no Brasil. **Revista Cult**, 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-atualidade-de-max-weber-no-brasil/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHIMSTER, Sam. **Weber**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

(Re)discutindo as implicações socioeconômicas do “milagre” econômico brasileiro  
(Re)discussing the socioeconomic implications of the Brazilian economic “miracle”

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.948>

Rita Inês Paetzhold Pauli<sup>1</sup>  
Gabriel Eduardo Gonçalves<sup>2</sup>  
Mariana Camboim Viola<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo contribui para o debate acerca das implicações socioeconômicas do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973). Os procedimentos metodológicos consistem na revisão da literatura especializada e documental que compreende o período em análise e a evolução da economia brasileira do início do período militar e de governos anteriores. Em suma, realiza uma breve análise dos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Os resultados mostram um inegável crescimento econômico, apesar da ampliação de um modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro. Houve aumento das desigualdades na renda, em que os pobres exacerbaram sua situação de vulnerabilidade socioeconômica via compressão salarial do proletariado urbano. Os Planos Trienal e PAEG, apesar dos objetivos semelhantes, não atingiram o mesmo êxito no que concerne às suas contribuições para o quadro favorável posterior sendo que o segundo, especialmente pela conjuntura externa favorável e pelas reformas institucionais implementadas, influenciou decisivamente no êxito econômico observado no período de 1968-1973.

**Palavras-chaves:** “Milagre” econômico brasileiro. Crescimento econômico. Desenvolvimento socioeconômico.

**Abstract:** The paper contributes to the debate about the socioeconomic implications of the Brazilian “economic miracle” (1968-1973). The methodological procedures consist of a review of the specialized literature and documents that comprise the period under analysis and the evolution of the Brazilian economy since of the military period and previous governments. In short, it makes a brief analysis of the governments of Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) and João Goulart (1961-1964). The results show an undeniable economic growth, despite the expansion of an economic model that is dependent and associated with foreign capital. There was an increase in income inequalities, in which the poor exacerbated their situation of socioeconomic vulnerability due to wage compression of the urban proletariat. The “Trienal” and PAEG Plans, despite similar objectives, did not achieve the same success in terms of their contributions to the later favourable scenario. The second, especially due to the favourable external situation and the institutional reforms implemented, had a decisive influence on the economic success observed in the period of 1968-1973.

**Keywords:** Brazilian economic “miracle”. Economic growth. Socioeconomic development.

*Artigo recebido em: 16/10/2021. Aceito em: 19/12/2021.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora titular e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGED/UFSM). E-mail: [rita.pauli@gmail.com](mailto:rita.pauli@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9910-5301>

<sup>2</sup> Graduando do curso de Letras da UFSM.

E-mail: [gabo.eduardo88@gmail.com](mailto:gabo.eduardo88@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7415-0444>

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFSM.

E-mail: [violamari29@gmail.com](mailto:violamari29@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7415-9167>



## Introdução

A abordagem acerca das implicações socioeconômicas do “milagre” econômico brasileiro remete à necessária recomposição histórica, na qual a compreensão do período militar (1964-1973) e dos governos antecessores a ele são vitais para analisar o cenário que se desenvolveu. Nesse sentido, a apreensão de aspectos relevantes desse momento histórico incita a busca de elementos da política econômica adotadas nos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), de maneira a entender como esses mecanismos contribuíram para o desenrolar do “milagre” econômico durante o período militar, juntamente às suas implicações socioeconômicas.

O início da análise se dará na ordem cronológica dos governos, de modo que as consequências possam ser observadas de maneira organizada. Portanto, o primeiro governo é o de Juscelino Kubitschek, com duração de cinco anos, entre 1965-1961. Esse período destacou-se, essencialmente, pela implementação do Plano de Metas, considerado a força motriz do desenvolvimento econômico durante seu governo. Ademais, Kubitschek deixou uma herança inflacionária para seus sucessores governamentais, com níveis elevados não somente de inflação e déficit público, mas também da deterioração das contas externas (VILLELA, 2011).

Os governos que sucederam a Juscelino Kubitschek foram os de Jânio Quadros e de João Goulart, respectivamente. No primeiro teria ocorrido uma piora no quadro econômico após a renúncia ao cargo presidencial. No segundo, o Plano Trienal não teria se constituído em estratégia suficiente para reverter a situação controversa que se acumulou na conjuntura econômica de todo àquele período histórico (VILLELA, 2011).

Em decorrência das políticas econômicas adotadas nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart, no ano de 1964 ocorreu uma queda nos investimentos e na taxa de crescimento da renda brasileira, com subida da taxa de inflação superior a 90% após 1964 (GREMAUD *et al.*, 2017). Portanto, tal problemática inflacionária foi uma herança dos três governos anteriores ao período militar, devido à instabilidade das políticas econômicas implementadas.

Com a tomada do poder e o novo governo, Emílio Garrastazu Médici desenvolveu o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tratou de balizar o “milagre” econômico brasileiro. Nesse sentido, o PAEG tornou-se um meio de estabilização dos preços, além de contribuir para reformas estruturais, influenciando na organização do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). É a partir deste compilado de acontecimentos governamentais e das ações socioeconômicas tomadas que serão observadas as consequências do “milagre” econômico.

Diante dessas ponderações, é válido salientar que este trabalho realiza a análise exploratória acerca do período do “milagre” econômico e da política econômica adotada nos anos que o antecedem, com base na literatura especializada e em dados de fontes secundárias. A divisão do artigo é realizada na seguinte ordem: na primeira seção é promovida uma abordagem contextualizada acerca do tema, enquanto na segunda descreve-se sobre as dinâmicas socioeconômicas que antecederam o “milagre” econômico, envolvendo o governo de Kubitschek, Quadros e Goulart. Na seção três são descritas particularidades acerca do período militar, com divisão entre o período do PAEG e o do “milagre” econômico, de maneira a relacionar ambos no cenário de causa e efeito, respectivamente. Por fim, promove-se a análise das consequências do “milagre” econômico e, após, a conclusão desenvolvida sobre essa temática.

### **1 Dimensão socioeconômica pré-milagre econômico**

As discussões acerca das consequências geradas pelo “milagre” econômico brasileiro durante o período militar são, antes de tudo, consequências das políticas econômicas desenvolvidas em governos anteriores. O período que teve maior prevalência a ser analisado neste estudo compreende o governado por Juscelino Kubitschek (1965-1961) e, de forma complementar, os de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

Juscelino Kubitschek destacou-se desde a sua eleição para a presidência em 1956, pois sublinhava em seus discursos a busca pela realização de um projeto que permitisse mudanças profundas no país e gerasse desenvolvimento socioeconômico ao Brasil (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). Todavia, mesmo com a intenção de melhoria no cenário socioeconômico, havia problemas para enfrentar, devido ao “fato de o país estar atravessando uma fase de transição, entre um passado agrário e um futuro industrial e urbano” (GIAMBIAGI *et al.*, 2011, p. 27).

Os mecanismos utilizados para alcançar essa proposta de Kubitschek foram organizados em torno do Plano de Metas. Esse projeto foi considerado o auge do período da industrialização brasileira, dentro da perspectiva da lógica de substituição de importações (GREMAUD *et al.*, 2017), mas a organização de Kubitschek para o desenvolvimento brasileiro foi além da substituição de importações. Tratou-se de uma organização de 31 objetivos a serem atingidos, bem como a construção de Brasília, que viria a ser a capital do Brasil. Conforme destaca Lessa (1983, p. 70):

[...] constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país [...] e conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores.

Ademais, o Plano de Metas contemplava, principal e resumidamente, os investimentos em cinco dimensões: energética, de transportes, alimentícia, industrial de base e educacional (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 2014). Para a formulação dessas estratégias macroeconômicas, a base do pensamento para a criação do Plano de Metas foi fundada:

[...] nos estudos do grupo BNDE-Cepal, que identificava a existência de uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis, e via nesse setor importante fonte de crescimento pelos efeitos interindustriais que geram sobre a demanda por bens intermediários e, por meio da geração de emprego, sobre os bens de consumo leves. Além disso, estimularia o desenvolvimento de novos setores na economia, principalmente os fornecedores de componentes para o setor de bens de consumo duráveis como, por exemplo, o setor de autopeças (GREMAUD *et al.*, 2017, p. 401).

Para que o plano de desenvolvimento fosse realizado, ele utilizou de “pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica” (VILLELA, 2011, p. 28). Lacerda *et al.* (2018, p. 86) corroboram essa interpretação, afirmando que “o desenvolvimento industrial durante o Plano de Metas foi liderado pelo crescimento do departamento produtor de bens de capital e do departamento produtor de bens de consumo duráveis” e que “a participação desses setores nos investimentos industriais apresentaria um desempenho ainda mais notável”.

No ano de 1961 o produto interno bruto (PIB) aumentou apenas 2,9%, por conta da diminuição da produção agrícola. Contudo, dentre os anos de 1957 a 1960, esse crescimento expandiu-se, respectivamente, para 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4% (VILLELA, 2011). Desse modo, pôde-se ver a efetividade de sua ação.

**Tabela 1 – Taxas de crescimento do PIB e dos setores econômicos (Brasil, 1955-1961, em %)**

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1955	8,8	11,7	7,7	9,2
1956	2,9	5,5	-2,4	0
1957	7,7	5,4	9,3	10,5
1958	10,8	16,8	2	10,6
1959	9,8	12,9	5,3	10,7
1960	9,4	10,6	4,9	9,1
1961	8,6	11,1	7,6	8,1

**Fonte:** IBGE (*apud* GREMAUD *et al.*, 2017, p. 404).

À medida que o Plano de Metas vingava, o PIB aumentou entre 1957 a 1961. A taxa anual média foi de 8,2%, gerando aumento da renda *per capita* em 5,2%. Superou as próprias expectativas do Plano de Metas (LACERDA *et al.*, 2018). Sob esta ótica, de acordo com a tabela 1, destaca-se a diminuição na participação da agricultura como fator preponderante na economia. No ano de 1958, ocorreu aumento de somente 2% na agricultura, sendo que no ano anterior este aumento foi de 9,3%. Enquanto isso, os setores da indústria e dos serviços, respectivamente, cresceram no ano de queda da agricultura – de 5,4% foi para 16,8% e de 10,6% foi para 10,7%, respectivamente.

Analogamente, Lacerda *et al.* (2018) destacam o investimento estrangeiro que a indústria nacional recebeu, gerando a oligopolização da economia brasileira (logo, maior concentração de empresas). Villela (2011) corrobora essa percepção, ao afirmar que a ocorrência do Plano de Metas descende da adoção de uma tarifa aduaneira protecionista, complementada por um sistema cambial que contribuiu tanto para a importação de bens de capital quanto de insumos básicos, sendo atrativo para o investimento direto por parte do capital estrangeiro.

A partir desse investimento estrangeiro, vale destacar que foi juntamente com empresas estatais e capital privado nacional (sócio minoritário) que se formou o tripé do crescimento e desenvolvimento do governo Kubitschek (Lacerda *et al.*, 2018). Ademais, o setor a ser investido não era somente o público, mas também o privado, de modo que se criou estímulos para gerar melhoria no que era considerado prioritário (PIRES, 2019). Nesse sentido, conforme Villela (2011, p. 36), “as inversões do Programa de Metas a cargo do setor privado (tanto o nacional quanto o estrangeiro) direcionaram-se, sobretudo, aos setores automobilístico, de construção naval, mecânica pesada e equipamentos elétricos”.

No que tange aos objetivos desejados, Lafer (1970) destaca que na implementação do Plano de Metas, quando avaliadas as metas setoriais, em sua maioria houve êxito. Com a expansão da indústria automobilística e de autopeças, o capital privado nacional teve o papel de fornecer insumos e componentes. As indústrias estrangeiras que vieram entre o período de 1956-1961 se estabeleceram de modo a ofertar capacidade produtiva bem à frente da demanda preexistente – se preparavam também para financiar suas próprias importações (TAVARES, 1998).

Lacerda *et al.* (2018) destacam que ocorreu uma parte do processo de substituição de importações (PSI), especialmente no setor em que o capital estrangeiro investia (bens de consumo duráveis, sobretudo no setor elétrico pesado). Mas, com o passar do tempo, seria preciso que o PSI evoluísse para um modelo autossustentado de crescimento. Ademais, Tavares (1998) vislumbrara o esgotamento do PSI no período, pois seus efeitos positivos esmaeciam-se progressivamente.

Diante das questões para a realização do Plano de Metas, Orenstein e Sochaczewski (*apud* Villela, 2011, p. 37) afirmam que “o principal mecanismo de financiamento [...] foi a inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito que viabilizava os investimentos privados”. Kubitschek tinha a “visão estruturalista de que economias subdesenvolvidas só poderiam se industrializar com algum nível de inflação, a qual deveria ser administrada, ao invés de se buscar preços controlados com estagnação”. Desse modo,

o esquema financeiro encontrado para a realização do Plano de Metas – o financiamento inflacionário –, gerava através do aumento de lucros (de empresas privadas e públicas), do aumento da tributação nominal e diferencial e, é claro, da emissão de moeda, os recursos necessários à sua consecução. O elevado crescimento do produto, especialmente da renda urbana, permitia uma transferência de renda na margem, sem que os grupos econômicos perdessem posição absoluta (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 2014, p. 165-166).

Com o avanço do Plano de Metas, as contas do país foram se tornando um impasse, pois o déficit em transações correntes foi crescente entre 1956 e 1961 (PIRES, 2010). A situação assolou o país progressivamente. Entre 1955 e 1958 o déficit manteve-se no patamar de 15%, subindo para perto de 35% entre 1959 e 1961 e chegando a 52% em 1962 (PIRES, 2010).

Lacerda *et al.* (2018) alegam que os problemas criados no governo Kubitschek foram advindos principalmente de causas internas e que os investimentos passaram a ser determinantes para as variações ao explicar o movimento cíclico da economia. Sendo assim, Pires (2010, p. 138) traz o cenário que o país enfrentava diante dessas mazelas socioeconômicas da década de 1960:

a população urbana representava 45% do total. O número de analfabetos era de 39,5% da população. [...] aproximadamente 48% da PEA [população economicamente ativa], em 1960, exercia trabalho informal. Os salários sofreram graves perdas. Em 1960, o salário mínimo chegou a valer apenas 34% mais do que em 1940, depois de ser quase 53% maior em 1958. A distribuição da renda apresentava elevado grau de concentração. Em 1960, os 20% mais pobres da população recebiam 3,9% da renda e o 1% composto dos mais ricos, 11,9% da renda. Os 50% mais pobres recebiam o equivalente a 17,4% da renda, e os 10% mais ricos, 39,6%.

Findo o Plano de Metas, verificou-se seu relativo sucesso em diversas áreas. Todavia, consequências negativas foram geradas pela não assistência a outras dimensões da sociedade. Pode-se citar o descaso com a agricultura, o aumento da desigualdade social e a pouca ênfase na educação (VILLELA, 2011).

Ademais, os sucessores no governo – Jânio Quadros e João Goulart – receberam uma economia mais pujante, mas com inflação alta, déficit público elevado e deterioração das contas externas. Com isso, teriam que ter maior engajamento para resolver os impasses macroeconômicos. Nesse sentido, caberia a eles trilhar caminhos para promover a redução da absorção doméstica, induzir

aumento na oferta e reduzir o consumo de bens transacionáveis (MESQUITA, 1992). Além disso, Gremaud *et al.* (2017) destacam que desde a eleição de Jânio Quadros tendo o rival de coligação como seu vice (João Goulart) exibia-se um quadro desafiador em relação às dificuldades a serem enfrentadas – pois estavam juntando forças para solucionar a problemática macroeconômica.

Em relação ao contexto governamental após Kubitschek, Villela (2011, p. 40) conclui que Quadros se utilizou de um “pacote de medidas de cunho ortodoxo, que incluíam uma forte desvalorização cambial [...], a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios ainda concedidos às importações de petróleo e trigo”. Apesar da tentativa de reverter a situação, Quadros renunciou de seu cargo no mesmo ano de posse, em 1961.

Essa renúncia presidencial gerou complicações para o desenvolvimento do país, pois suas políticas, mesmo sendo majoritariamente de curto prazo, não tiveram tempo suficiente para efetivação. Isso resultou em crise política, descontrole monetário, fiscal e creditício (evidenciado pelas estatísticas oficiais mensais) (MESQUITA, 1992). Mesmo com a renúncia de Quadros, Goulart não pôde assumir imediatamente seu posto de presidente, de modo que teve de permanecer no exterior por um período, assumindo o governo do país sob um regime de governo parlamentarista, o que não durou muito tempo, pois houve um plebiscito que reverteu a situação, trazendo-o novamente para o regime de governo presidencialista, com ele no poder (GREMAUD *et al.*, 2017).

Goulart então apresentou seu programa de desenvolvimento econômico, o Plano Trienal, desenvolvido pelo Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado. Mesquita (1992, p. 188) afirma que:

o plano procurava responder ao quadro de deterioração externa e à aceleração inflacionária, o que presumivelmente favoreceria uma aproximação entre o governo e segmentos da classe média e da comunidade empresarial, ampliando a sua base de apoio, com vistas a viabilizar a aprovação das reformas de base pelo Congresso.

Complementarmente, Lacerda (2018) admite que foi um plano de ações anti-inflacionárias de cunho ortodoxo, utilizando-se da política de contenção de gastos públicos e de liquidez. Assim, exibia-se as próprias limitações do enfoque estruturalista, pela utilização de ações bastantes ortodoxas, conforme destacado por Ignácio Rangel e Fernando de Oliveira (*apud* Lacerda, 2018). Contudo, mesmo com a elaboração do Plano Trienal que visava a reverter a situação macroeconômica antagônica que se passava no Brasil, não se obteve o sucesso desejado devido a inúmeros impasses.

Rapidamente, as reivindicações sindicais e as políticas da base de apoio do governo se impuseram, sobretudo com a recusa dos assalariados em suportar novamente o peso do ajuste anti-inflacionário. A tentativa de estabilização fracassou e provocou o crescimento negativo do PIB *per capita*: a economia cresceu 6,6% em 1962, mas apenas 0,6% em 1963, com inflação anual de 83,25%. [...] a desestabilização política interna e externa do governo democraticamente eleito impediu a implementação de qualquer política de gestão econômica mais articulada (LACERDA, 2018, p. 96).

Na perspectiva de Mesquita (1992), o envolvimento do presidente Goulart em reuniões com a esquerda era visto com maus olhos pela população. Por exemplo, na ocasião em que o presidente firmou um decreto que geraria a encampação das refinarias particulares e desapropriação de terras beneficiadas por investimentos públicos. Contudo, ele aceitou tal acordo sem uma conversa oficial com o Congresso Nacional.

Ademais, a radicalização contrária ao governo Goulart foi deflagrada a partir de mobilizações sociais, capitaneadas pela classe média. Assim, em 31 de março de 1964 teve início a rebelião militar que, com amplo apoio do empresariado, da classe média e respaldo ou omissão da maioria parlamentar, pôs fim ao governo de Goulart (MESQUITA, 1992).

## **2 Noções de crescimento, desenvolvimento e o contexto socioeconômico do período militar**

O crescimento econômico se vincula à expansão do produto real de uma economia, isto é, quando em um interregno temporal sua expansão é superior ao do aumento populacional, tal como vislumbrado consensualmente em maior magnitude no Brasil no período do “milagre” econômico. Por sua vez, o desenvolvimento econômico consiste na expansão contínua da renda *per capita*, com melhorias sistemáticas de bem-estar da população (SOUSA, 1996). Apesar disso, em países de elevada renda *per capita* pode persistir um importante contingente população que sequer chega a satisfazer suas necessidades básicas (FURTADO, 1998).

O desenvolvimentismo no Brasil foi implementado nos pós II Guerra Mundial com o ideário da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que consistia na busca pelo desenvolvimento via estratégia de crescimento econômico. Sua fase áurea iniciou no governo Kubitschek, que se valeu de elevados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica reunida em seu Plano de Metas (GIAMBIAGI *et al.*, 2011). Após o fim do governo de Goulart, iniciou-se o período militar e o novo governo veio com propostas de superar tais políticas ditas populistas:

[...] o novo regime manteria um discurso desenvolvimentista, comprometido com a retomada do crescimento econômico. A prioridade inicial do novo governo foi a normalização das relações com os organismos financeiros internacionais. A partir de então, todas as ações buscavam uma integração maior com os países capitalistas desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos. O Brasil assumiu, assim, uma clara subordinação: tratava-se do aprofundamento do modelo de capitalismo dependente e associado, já hegemônico no país desde o Plano de Metas de JK (LACERDA *et al.*, 2018, p. 97).

Com a tomada do poder em 1964, iniciou-se o governo militar que teve na sequência inicial três presidentes, sendo eles o marechal Castello Branco (1964-1967) e os generais Arthur Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1973). Em relação ao governo de Castello Branco, destaca-se a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que objetivava a resolução dos problemas econômicos oriundos dos governos anteriores. Para sua implementação, contou com a orientação dos Ministros do Planejamento e da Fazenda, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, respectivamente (GREMAUD *et al.*, 2017).

Mesmo com o fim do governo de Castello Branco, o desenvolvimento do PAEG continuou sem grandes desvios, tendo em vista o combate à inflação, o aumento das exportações e a retomada do crescimento como seus principais objetivos (VILLELA, 2011). Esses objetivos visavam a reverter a mazela social e econômica que enfrentava a população brasileira, pois era evidente a estagnação em que se encontrava a economia desde 1962 e que persistirá até 1968, momento em que o “boom” econômico teve início (BAER, 2009).

Villela (2011) indica que o governo militar pode ser caracterizado por dois períodos distintos: o primeiro pela implementação e desenvolvimento do PAEG, de 1964-1967; o segundo que veio como consequência do “milagre” econômico fruto do período anterior. Sob esta perspectiva, as seções seguintes visam a analisar mais detidamente os períodos históricos do governo militar e sua relação com o crescimento econômico.

## **2.1 Programa de Ação Econômico do Governo (PAEG)**

É importante deter-se nesta seção nas particularidades dos dois planos governamentais que antecederam o “milagre”. O período que separa o Plano Trienal do PAEG foi marcado por uma ruptura no quadro institucional brasileiro (VILLARINO, 2016). Em uma análise comparativa, as equipes econômicas que elaboraram esses planos têm visões distintas de teoria e política econômica. Celso Furtado (heterodoxo) elaborou o Plano Trienal e Roberto Campos (ortodoxo) o PAEG (VILLARINO, 2016). Eram forças políticas marcadamente distintas e suas bases epistemológicas e perspectivas históricas eram opostas. A primeira, por exemplo, pregava presença ativa do Estado.



Com relação ao PAEG, o enfoque centrou-se nos aprimoramentos institucionais que, como tal, permitem ao Estado manter e incentivar um nível quantitativo de investimento agregado. Sua assertividade e segurança estariam muito mais na forma do que na essência, uma vez não se devem à reconquista de um consenso social amplo, mas, sim, implementado pela força (VILLARINO, 2016).

Em relação às propostas de estabilização contidas nos Planos Trienal e PAEG, Bastian (2013) reitera a existência da forte similaridade. O autor busca responder os motivos pelos quais, apesar da semelhança, os resultados seriam discrepantes. Atribui que a razão estaria nos diferentes contextos políticos internos e nas relações internacionais. Do ponto de vista externo, as evidências revelariam o tratamento diferenciado dado pelos estadunidenses ao governo Castello Branco, sendo este indiscutivelmente o fator decisivo no desempenho de ambos os Planos (BASTIAN, 2013). As políticas do PAEG puderam ser implementadas em um ambiente muito mais favorável devido à generosa ajuda externa (BASTIAN, 2013). Diante da abordagem acerca do PAEG, Gremaud *et al.* (2017) destacam dentre os objetivos a serem atingidos: a busca pela aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico, a contenção da inflação, a redução dos desequilíbrios setoriais e regionais, o aumento dos investimentos e, conseqüentemente, do emprego e, por fim, a correção da tendência ao desequilíbrio externo.

Outro aspecto de relevância que merece ser discutido é a insuficiência de estudos vinculados aos aspectos políticos que em última análise seriam cruciais para a compreensão dos resultados do Plano Trienal. O período de 32 meses do governo de Goulart teria sido o mais conturbado da história da República, em que a pasta da Fazenda fora ocupada alternadamente por 5 diferentes Ministros. Diante desse quadro, as baixas taxas de crescimento econômico e o aumento da inflação não poderiam ser analisados apenas a partir de causas estruturais, tal como efetuado pela maioria dos autores da literatura especializada. Adverte que seria plausível considerar que a falta de credibilidade desse governo associar-se-ia à incapacidade de resistência às pressões e à dificuldade de compor uma aliança política estável capaz de sustentar um projeto, que permitisse promover crescimento econômico com estabilidade (FONSECA, 2004).

Diante desse contexto, foram constatadas dificuldades no período subsequente que impediam uma ação efetiva em prol do crescimento e desenvolvimento econômico. Pires (2010) indica que, de acordo com o diagnóstico dos autores do PAEG, o principal entrave ao desenvolvimento econômico encontrava-se no processo inflacionário dos anos anteriores, cuja origem decorria de três variáveis:

os déficits públicos, a expansão de crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento de produtividade. Essas causas conduzem inevitavelmente à expansão dos meios de pagamento gerando, destarte, o veículo monetário da propagação da inflação (GOVERNO DO BRASIL, 1965, p. 28).

Complementarmente, o PAEG acentuava a manutenção ou recuperação do crescimento:

o combate à inflação estava sempre qualificado no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade produtiva. A restrição do balanço de pagamentos era diagnosticada como séria limitação ao crescimento. Para superá-la, o PAEG propunha uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, promovendo a integração com os centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano (RESENDE, 2014, p. 199).

A partir da execução do PAEG, a avaliação acerca do seu desenrolar como programa de estabilização é positiva, apesar de seus custos para uma parcela importante da população. Outrossim, o plano reduziu a inflação para a faixa de 20% ao ano e executou um amplo conjunto de transformações institucionais fundamentais para o grande crescimento econômico que se seguiria (LACERDA, 2018).

**Tabela 2 – Taxas de crescimento do PIB, da produção industrial e da inflação (Brasil, 1964-1968, em %)**

Ano	PIB	Produção industrial	Inflação (IGP-DI)
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

**Fonte:** Abreu (1990 *apud* GREUMAUD *et al.*, 2017, p. 409).

Devido à necessidade de redução das taxas de inflação, criaram-se mecanismos capazes de viabilizar o crescimento econômico em uma situação de inflacionárias moderada (GREMAUD *et al.*, 2017). Logo, a proposta de atuação do PAEG pode ser descrita a partir de três pontos: i) a política salarial; ii) a política monetária e financeira; iii) a política externa (RESENDE, 2014).

### 2.1.1 A política salarial

Segundo os formuladores do PAEG, a gênese da crise do crescimento econômico do início dos anos 1960 era a inflação que, por sua vez, seria provocada pelos excessos salariais e pela irresponsabilidade fiscal. O problema era visto pelo prisma da demanda, admitindo-se que os problemas econômicos eram de responsabilidade dos gastos irresponsáveis do governo e dos trabalhadores (PIRES, 2010). De forma a buscar solucionar o problema, o PAEG possuía uma política salarial bem definida, que deveria basear-se em três pontos básicos:

(i) manter a participação dos assalariados no produto nacional; (ii) impedir que reajustamentos salariais desordenados realimentassem irreversivelmente o processo inflacionário; e (iii) corrigir as distorções salariais, particularmente no serviço público federal, nas autarquias e nas sociedades de economia mista (RESENDE, 2014, p. 200).

Nesse sentido, os efeitos da política salarial sobre o salário mínimo real foram expressivos. As consequências das ações desta política atingiram não apenas o salário mínimo real médio: o salário daqueles ligados à produção na indústria de transformação também sofreu reduções significativas. Contudo, não somente via política salarial a economia voltaria ao rumo do crescimento, pois também eram necessárias mudanças na política monetária e financeira (RESENDE, 2014).

### 2.1.2 Política monetária e financeira

Nessa dimensão, Gremaud *et al.* (2017) indicam que os objetivos principais eram criar condições de condução independente da política monetária e direcionar os recursos nos montantes e condições adequados às atividades econômicas. Para tanto, dividia-se em quatro bases:

i) Instituição da correção monetária e criação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional); ii) Lei nº 4.595 – criação do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do Bacen (Banco Central do Brasil); iii) Lei nº 4.320 – criação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e do BNH (Banco Nacional da Habitação); iv) Lei nº 4.728 – reforma do mercado de capitais (GREMAUD *et al.*, 2017, p. 416).

Com a criação da ORTN, instituiu-se a correção monetária, sendo uma facilidade para a convivência com taxas de inflação consideravelmente altas durante muitos anos. A Lei nº 4.595 viabilizou a especialização do CMN e do Bacen com a divisão em financeiras (voltadas ao financiamento dos bens de consumo duráveis), bancos comerciais e bancos de investimento. A criação do SFH e do BNH motivou a construção habitacional e o saneamento básico, fez uso dos recursos das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) criado em 1966 (LACERDA, 2018). A Lei nº 4.728, segundo Gremaud *et al.* (2017), possibilitou a segmentação do mercado, com instituições especializadas que seriam responsáveis por atender partes específicas do mercado de crédito.

### 2.1.3. Política externa

A política externa buscava estimular o desenvolvimento econômico, eliminando uma das principais distorções do processo de substituição de importações, ao impedir pressões sobre o balanço de pagamentos. Nesse sentido, buscar aprimorar o comércio externo e atrair capital estrangeiro apresentaram-se como as duas principais linhas de atuação (GREMAUD *et al.*, 2017).

A principal medida adotada na área do comércio externo, de acordo com Gremaud *et al.* (2017,) foi a simplificação e unificação do sistema cambial. Para que tal feito fosse possível, em 1968 adotou-se o sistema de minidesvalorizações cambiais, segundo o qual a variação cambial deveria refletir a diferença entre a inflação doméstica e a internacional.

As reformas instituídas durante os primeiros anos do período militar e os incentivos criados para o capital privado prepararam o terreno para uma nova fase de crescimento a partir de 1968, o período do “milagre” econômico brasileiro (PIRES, 2010).

## 2.2 “Milagre” econômico brasileiro

O período de 1968 a 1973, durante os governos de Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, com Delfim Netto como Ministro da Fazenda, pode ser descrito como o período de maior crescimento econômico no período militar, com que ficou conhecido como o do “milagre” econômico brasileiro. Lago (1989) explica que essa terminologia surgiu e foi adotada a partir do rápido crescimento econômico no Japão e em alguns países europeus. Portanto, por conta dos desdobramentos que vieram a partir das medidas do governo militar no Brasil, pondera-se que as taxas vistas de crescimento eram substanciais e se tratava de um “milagre” econômico.

Esse período foi marcado por taxas elevadas de crescimento do PIB brasileiro, com relativa estabilidade de preços, de forma que a taxa média de crescimento do produto esteve acima dos 10% a.a. (com ênfase para o produto industrial) ao mesmo tempo em que a taxa de inflação conservou-se entre 15 e 20% a.a. (GREMAUD *et al.*, 2017). Além disso, os dados do IBGE (*apud* GREMAUD *et al.*, 2017) indicam que o PIB em 1968 estava em 9,8% e em 1973 encontrava-se em 14%, um incremento grande para a época. Analogamente, ocorreu a manutenção da inflação através do controle de preços e contenção dos salários dos extratos mais baixos dos trabalhadores, além do fortalecimento das classes médias e altas, juntamente à expansão do crédito do consumidor (CAMARGO, 2010).

Lago (1989) mostra que a existência de considerável capacidade ociosa no setor industrial sinalizava que a produção poderia reagir a estímulos adequados. Conforme o autor, ocorreu o crescimento observado na indústria da construção, em função de grandes obras de infraestrutura do governo e da demanda do setor habitacional, estimulada pela política nacional de habitação criada em 1964. O fato de esse setor industrial demandar um volume muito grande de diferentes de insumos (cimento, vidro, ferro, aço, alumínio, *etc.*), além de necessitar de significativa mão de obra, acabou estimulando outros setores da cadeia produtiva (CAMARGO, 2010).

O aumento do consumo, por sua vez, incentivou os demais ramos de atividade, além de consolidar sua posição como a variável mais dinâmica da economia, o que havia sido verificado somente no Plano de Metas. Dessa forma, a grande expansão desse período não significou uma mudança na estrutura econômica, mas, sim, um aprofundamento das tendências manifestadas anteriormente (CAMARGO, 2010).

Outra característica essencial verificada nesse período refere-se à intensificação do processo de abertura da economia brasileira, com início a partir do Plano de Metas (CAMARGO, 2010). No interregno da implementação PAEG, ocorreram diversas reformas facilitadoras no horizonte das relações externas, como a eliminação de obstáculos e procedimentos burocráticos relativos ao comércio externo, incentivos fiscais de exportação e, principalmente, a introdução de minidesvalorizações cambiais a partir de 1968.

Outrossim, Hermann (2011, p. 67) relata que, concomitantemente à grande expansão econômica no período de 1968 a 1973, houve considerável entrada de capitais externos diretos e empréstimos monetários no Brasil.

Os investimentos externos diretos [...] e os empréstimos em moeda cresceram continuamente no período (exceto em 1972, no primeiro caso, e em 1973, no segundo). Esses recursos foram os grandes responsáveis pelo “milagre” brasileiro em relação ao balanço de pagamentos, já que a tendência à deterioração das contas externas, sugerida nos modelos teóricos, foi confirmada para a conta de transações correntes.

Outro aspecto verificado no período foi a diversificação das exportações, especialmente com dos produtos industrializados. Em 1968, os produtos básicos representavam 79,3% das exportações brasileiras, enquanto os produtos industrializados significavam 20,2%. Dentre essas, a exportação de produtos manufaturados correspondia a 10,5% e a de semimanufaturados 9,7%. Em 1973, as exportações de produtos básicos eram de 64,5% do total e as de produtos industrializados de 32,9%, e as de manufaturados representavam 23,1%, e as de semimanufaturados, 9,8%. Isso é indicativo das transformações que estavam em curso na economia brasileira (SERRA, 1984, *apud* CAMARGO, 2010). Destarte, Camargo (2010, p. 201-202) sintetiza os pontos base do “milagre” econômico:

1) aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, assegurada pela alta concentração da renda e pela ampliação do crédito ao consumidor; 2) ampliação do setor de construção civil; 3) aumento das exportações, conseguido graças à expansão do comércio internacional e à política de estímulo governamental às exportações, calcada em fortes subsídios; 4) entrada de volume considerável de capitais estrangeiros; 5) aumento dos investimentos.

A partir da explicação e apreensão do período, na próxima seção serão analisadas as consequências geradas a partir desse *boom* econômico do período militar.

### **3 Breve sumarização do período pré-milagre e consequências socioeconômicas do pós “milagre”**

Conforme visto, observou-se similaridade entre os planos trienal e PAEG, especialmente em função dos diferentes cenários políticos internos e no contexto das relações internacionais. Apesar do PAEG representar uma ruptura em relação às instituições estatais brasileiras no período que antecede 1964, do ponto de vista da execução das políticas de estabilização de curto prazo, a historiografia tende a identificar continuidades entre suas medidas e as do Trienal (VILARINO, 2016).

Com o intuito de justificar alguns aspectos da consensual contribuição do PAEG na deflagração do “milagre” econômico, é importante destacar os aspectos cruciais apontados por Vilarino (2016) em relação à caracterização do planejamento em ambos os planos, Trienal e PAEG. O autor lembra que o planejamento econômico pelo Estado encontra seu princípio de racionalização em um processo de desenvolvimento econômico e este redundaria em alterações estruturais profundas e repentinas. Ademais, a previsão de mudanças estruturais objetivando afastar as possibilidades de instabilidades caberia ao planejamento estatal, sendo que este deveria não apenas incentivar, mas orientar cabalmente à formação de capital. O autor afirma:

no Plano Trienal, é a especificidade histórico-estrutural do subdesenvolvimento econômico que cria condições adversas sob as quais o planejamento estatal deve agir produzindo modificações estruturais corretivas. Vejamos *ipsis litteris* os “princípios pouco convertidos” que o PAEG identifica como específicos dos países economicamente subdesenvolvidos: livre jogo das forças de mercado não garante necessariamente a formação de um volume desejável de poupança (VILARINO, 2016, p. 384).

Outro aspecto diz respeito às políticas salariais, uma vez que estas afetaram de forma decisiva nos resultados alcançados pelos planos. Na época de Goulart vivia-se um momento de grande conflito distributivo e, neste quadro adverso, o Plano Trienal não teria apresentado mecanismos para conter a espiral inflacionária. O governo de Castello Branco, originário do golpe militar de 1964, por não apresentar os mesmos dilemas não teve maiores constrangimentos em cortar a espiral inflacionária a partir do arrocho salarial (BASTIAN, 2013).

Sob a perspectiva de se compreender as consequências do “milagre” econômico, é válido salientar as principais implicações que trouxe à sociedade. De maneira geral, o “milagre” econômico se caracterizou pelas maiores taxas de crescimento do nível do produto brasileiro na história recente, além de apresentar neste período uma relativa estabilidade de preços (GIAMBIAGI, 2011).

Por outro lado, é válido ressaltar que o “milagre” trouxe também óbices à sociedade. Hermann (2011) e Lacerda *et al.* (2018) concordam que houve aprofundamento no período militar das características do modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro.

Hermann (2011) aponta a forte dependência do petróleo, com o aumento da importação desse insumo, que se elevou de 59% do consumo interno para 81%. Com o “choque do petróleo”, teria ocorrido um aumento nos preços desse insumo devido à grande quantidade importada *vis a vis* ao aumento dos preços. Tal fato teria jogado o país em um patamar superior de dependência externa:

a estrutura produtiva da economia brasileira a partir do “milagre” contava com uma capacidade de produção permanentemente ampliada no setor de bens de consumo duráveis. Contudo, sua efetiva utilização dali em diante implicava uma demanda por bens de capital e petróleo que não podia ser atendida pelo parque industrial brasileiro. Consequentemente, o crescimento da economia tornou-se mais dependente da capacidade de importar (bens de capital e petróleo) do país (HERMANN, 2011, p. 75).

Não obstante, a partir da ocorrência do “milagre” econômico as décadas seguintes sofreram grandes influências, principalmente em relação à variável renda. Assim, tem-se destacado na tabela 3 o que ocorreu nos anos de 1960, 1970 e 1980. Vê-se que a renda das pessoas mais pobres diminuiu e a das mais ricas (destaque para os 5% e 1% mais ricos) aumentou.

**Tabela 3 - Distribuição de renda por estratos de rendimentos (Brasil, 1960-1980, em %)**

Estratos	Ano		
	1960	1970	1980
50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
40% renda média	43,0	38,4	36,5
10% mais ricos	39,6	46,7	50,9
Total	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	28,3	34,1	37,9
1% mais ricos	11,9	14,7	16,9

**Fonte:** Censo demográfico do IBGE (*apud* PIRES, 2010, p. 195).

Assim, conforme destacado por Pires (2010), essa situação não surpreende, pois a conjugação da política salarial e da política trabalhista levou a uma compressão da remuneração dos trabalhadores, resultando em uma impressionante concentração de renda entre 1960 e 1970. Com relação às posições críticas em relação às consequências do “milagre” econômico, Giambiagi (2011, p. 429) as descreve da seguinte forma:

os críticos argumentaram que as autoridades tinham a concentração como estratégia necessária para aumentar a capacidade de poupança da economia, financiar os investimentos e com isso o crescimento econômico, para que depois todos pudessem usufruir. Esta ficou conhecida como a “Teoria do Bolo”, segundo a qual o bolo deveria crescer primeiro para depois ser dividido [...]. Defendem ainda que, apesar de a concentração da renda ter aumentado, a renda *per capita* de toda a população cresceu, o que significa que todos devem ter melhorado em termos de condições de vida, embora as classes mais ricas tivessem melhorado mais do que as classes mais pobres.

De maneira geral, apesar da avaliação dos dados durante o período do “milagre” exibirem um quadro favorável no crescimento da economia brasileira, tal fato *per se* não configurou em resultados semelhantes no concernente às variáveis sociais.

Contudo, apesar da ampliação econômica que se foi gerada pelo “milagre” econômico via Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), ainda permeiam o período militar acerca de questões sociais, de modo que a melhora do crescimento econômico não significou melhora na qualidade de vida da população brasileira. Pode-se inferir que o intenso crescimento durante o “milagre” econômico trouxe grandes benefícios para as classes de maior renda, incluindo-se nesse grupo a parte da classe média assalariada que fornecia os quadros técnicos necessários à gestão da economia, como engenheiros, economistas, administradores, analistas de sistemas, *etc.* A renda concentrou-se significativamente em consequência da diminuição do valor real do salário-mínimo (LACERDA *et al.*, 2018, p. 110).

Em similar linha de análise, Pires (2010) destaca que no período do “milagre” vislumbrou-se um aumento da renda das pessoas ricas, com que concentrou renda. Já as pessoas pobres ficaram em uma situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, pois ocorreu compressão dos seus salários.

Sob tal ótica, na análise do período militar, verifica-se que se tratou efetivamente de uma crise cíclica, agravada pelo aumento da instabilidade política e pelas políticas de estabilização recessivas, como o Plano Trienal, num primeiro momento, e o próprio PAEG, num segundo momento (LACERDA *et al.*, 2018).



## Considerações finais

O presente estudo buscou compreender as implicações socioeconômicas do “milagre” econômico com base em informações e análise desse período e, subsidiariamente, a partir de uma reflexão acerca dos antecedentes a esse momento histórico no período militar e nos governos que o antecederam, enfatizando os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Foi possível notar que quando acabou o mandato de Kubitschek, a economia brasileira estava em um estágio maduro e com maior complexidade em relação ao período anterior. Quadros e Goulart receberam essa herança via amadurecimento do Plano de Metas. Reviravoltas ocorreram durante os governos sucessores de Kubitschek, de modo que, com a inesperada renúncia de Quadros e a falha no sucesso do Plano Trienal, a situação macroeconômica ficou mais instável.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, criou-se o PAEG que tinha propostas de estabilização similares ao do Trienal. Porém, aquele acentuava a importância da manutenção, ou da recuperação, das taxas de crescimento da economia. A literatura especializada revisada neste artigo confirma que o superior desempenho do PAEG em relação ao Plano Trienal deve-se ao fato de o primeiro ter sido mais bem-sucedido em função da maior injeção de recursos financeiros tanto no âmbito produtivo quanto da entrada líquida de capitais. Destaca-se a importância da análise de Fonseca (2004), que enfatiza as dificuldades do governo Goulart associada à instabilidade política com alterações sucessivas dos Ministros da Fazenda, o que contribuiu decisivamente às dificuldades de manutenção de estabilidade aliada ao crescimento econômico.

O conjunto de alterações institucionais, com destaque a correção monetária, permitiu a implantação da indústria pesada que fazia crescer a produção de bens duráveis apesar da persistência inflacionária. Como consequência da criação do PAEG, ocorreu o grande “boom” econômico para aquele período histórico, que ficou conhecido como “milagre” econômico brasileiro entre 1968 e 1973, com altas taxas de crescimento econômico. Porém, reitera-se a ocorrência da ampliação de um modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro.

A significativa ampliação da economia em pouco tempo trouxe consequências socioeconômicas para a sociedade brasileira. Elas foram desde a maior dependência do capital estrangeiro, bem como da capacidade de importar bens de produção e petróleo. Vale lembrar que o petróleo era a principal fonte de energia e matéria prima para a indústria química à época.

Conclui-se que se o governo militar não atrapalhou os passos que vinham sendo dados desde o Plano de Metas em prol do crescimento econômico, com taxas médias extraordinárias para o PIB. É relevante também reconhecer que o “bolo” não foi distribuído. Os valores do salário mínimo foram reduzidos em termos reais, diminuindo o poder de compra da população de baixa renda. Os elevados níveis de concentração de renda não apenas foram mantidos, mas os ricos se tornaram ainda mais ricos e os pobres se tornaram ainda mais pobres.

## Referências

BAER, Werner [1979]. **A Economia Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. **Revista Estudos Econômicos**, v. 43 n. 1, p. 139-166, 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (PR). **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 (Síntese)**. Dezembro de 1962. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/15>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

CAMARGO, José Marangoni. Do “milagre” econômico à “marcha forçada” (1968-1980). **In:** PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FONSECA, Pedro C. D. Legitimidade e Credibilidade: Impasses da política Econômica do Governo Goulart. **Estudos Econômicos**, v. 34, n. 3, p. 587-622, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia brasileira contemporânea: 1945 -2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2017.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). **In:** Fabio Giambiagi *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea, 1945 -2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HERMANN, Jennifer. Reforma, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). **In:** Fabio Giambiagi *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea, 1945 -2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LACERDA. Antônio Corrêa de *et al.* **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o plano de metas (1956/1961). **In:** LAFER, Betty M. (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 29-50, 1970.

LAGO, Luiz A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”, 1967-1973. *In:* Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. São Paulo. Editora Brasiliense.1983.

MESQUITA, Mário M. C. [1990]. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. *In:* Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ORENSTEIN Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio [1990]. Democracia com desenvolvimento. *In:* Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RESENDE, André Lara [1990]. Estabilização e reforma: 1964-1967. *In:* Marcelo de Paiva Abreu (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Introdução a Economia**. Porto Alegre: Atlas, 1996.

TAVARES, Maria Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1998.

TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VILLARINO, Leandro Vizin. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2 (143), p. 372-388, abril-junho/2016.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à crise não resolvida, 1956-1963. *In:* Fabio Giambiagi *et al.* (Orgs.). Economia Brasileira Contemporânea, 1945 -2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

## O Auxílio Emergencial e a vulnerabilidade socioeconômica no município de Parnaíba (PI) na pandemia do COVID-19

### *Emergency Assistance and socioeconomic vulnerability in the municipality of Parnaíba (PI state, Brazil) in the COVID-19 pandemic*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.765>    Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves<sup>1</sup>  
Idevan de Sousa Gomes<sup>2</sup>  
Ivaldo de Oliveira Gonçalves Filho<sup>3</sup>  
Tawan de Oliveira Rodrigues Maciel<sup>4</sup>

**Resumo:** Nesta pesquisa objetiva-se apresentar reflexões sobre a condição de vulnerabilidade socioeconômica da população parnaibana no contexto da pandemia do Covid-19 usando como base o perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantiquantitativa. Foi realizado um estudo de caso com a aplicação de 143 questionários com 14 perguntas semiabertas de múltipla escolha à um grupo de pessoas que participaram do projeto de extensão *Ação Auxílio Emergencial da UFDPAr*. Como recurso para tabulação e análise dos resultados foi utilizado o *software* estatístico SPSS. Os primeiros resultados apontam que o perfil predominante dos participantes da pesquisa é de jovens distribuídos equitativamente em ambos os sexos, de elevada escolaridade, desempregados ou inativos, que conviviam com cerca de 4 pessoas na mesma residência, são dependentes financeiramente de outros membros da família e possuíam renda média *per capita* de até R\$ 261,00. Conclui-se que há uma grande participação de trabalhadores “invisíveis” (desempregados, desalentados, ocultos e inativos) no Auxílio Emergencial, cujo quantitativo se aproxima do volume da população economicamente ativa (PEA). Por fim, estimou-se que a massa de renda gerada pelo Auxílio foi de R\$ 253.285.200,00 milhões no ano de 2020. Portanto, o Auxílio Emergencial contribuiu tanto para gerar tal renda para o município quanto para trazer uma maior segurança na frágil condição de renda das famílias nesse período de perturbação econômica e sanitária do Covid-19.

**Palavras-chave:** Pandemia. Covid-19. Vulnerabilidade socioeconômica. Auxílio Emergencial. Parnaíba (PI).

**Abstract:** In this research the aim is to present reflections on the condition of socioeconomic vulnerability of the Parnaíba population in the context of the Covid-19 pandemic, based on the profile of the beneficiaries of Emergency Aid. This is a quanti-qualitative research. A case study was carried out with the application of 143 questionnaires with 14 semi-open multiple-choice questions to a group of people who participated in the *UFDPAr Emergency Action* extension project. As a resource for tabulating and analyzing the results, the SPSS statistical software was used. The first results show that the predominant profile of the research participants are young people equally distributed in both sexes, with high education, unemployed or inactive, who live with about 4 people in the same household, are financially dependent on other family members and have average income *per capita* of up to R\$ 261.00. It is concluded that there is a large participation of “invisible” workers (unemployed, disheartened, hidden and inactive) in Emergency Aid, whose quantity is close to the volume of the economically active population. Finally, it was estimated that the mass of income generated by the Assistance is R\$ 253,285,200.00 million in 2020. Therefore, the Emergency Assistance contributed both to generate such income for the municipality and to bring greater security in the fragile condition of income of families in this period of economic and sanitary disturbance of Covid-19.

**Key words:** Pandemic. Covid-19. Socioeconomic vulnerability. Emergency Aid. Parnaíba (PI).

*Artigo recebido em: 23/2/2021. Aceito em: 14/12/2021.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Docente do Departamento de Ciências da Natureza e Exatas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

E-mail: [wagnamaquis@gmail.com](mailto:wagnamaquis@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6430-4749>

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

E-mail: [idevanmat75@gmail.com](mailto:idevanmat75@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4681-5080>.

<sup>3</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela UFDPAr.

E-mail: [Ivaldo.f\\_phb@hotmail.com](mailto:Ivaldo.f_phb@hotmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4158-6469>.

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela UFDPAr.

E-mail: [tawanrodriguesm@gmail.com](mailto:tawanrodriguesm@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1165-0394>

## Introdução

A produção de reflexões sobre o perfil de vulnerabilidade dos beneficiários do Auxílio Emergencial é uma necessidade legítima, pois trata-se de um instrumento necessário ao poder público para pensar novas estratégias de atenção à população beneficiária que ficará desassistida com o fim do benefício em 2021, tendo que conviver sem o Auxílio e com as consequências adversas econômicas, sociais e de saúde que a Pandemia do Covid-19 está deixando. Por esse motivo, este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre o perfil da vulnerabilidade socioeconômica do município de Parnaíba (PI) no contexto da pandemia do Covid-19 à partir dos dados oficiais e de uma pesquisa realizada com os beneficiários do Auxílio Emergencial no município que participaram do projeto de extensão *Ação Renda Emergencial*<sup>5</sup>.

Com a crise socioeconômica aprofundada com a pandemia do Covid-19 ao longo dos anos 2020 e 2021, a adoção de políticas de transferências de rendas se tornou uma arma para duas grandes frentes de atuação: i) prover renda e consumo em lares impactados negativamente pela crise econômica e pandêmica; ii) atuar como forma de controle de contágio e circulação do vírus, com a política do distanciamento social, pois possibilitou manter parcela da população em suas casas, sobretudo, naqueles lares de trabalhadores onde a principal atividade geradora de renda advinha de atividades desenvolvidas por ambulantes e outros tipos de trabalhadores informais. Nesse sentido, o governo federal sancionou a Lei 13.982/2020, em 2 de abril de 2020, que prevê o pagamento de um Auxílio Emergencial às famílias de baixa renda (BRASIL, 2020).

Dessa forma, o município de Parnaíba, no litoral do estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil, representa um dos muitos locais onde o Auxílio Emergencial fez grande diferença na vida da população mais vulnerável. A preocupação em analisar o perfil de vulnerabilidade socioeconômica dos beneficiários surgiu com o desenrolar de uma Ação de Extensão desenvolvida no âmbito das atividades do combate a pandemia do Covid-19 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), onde um grupo de alunos e professores do curso de Ciências Econômicas se reuniu para auxiliar a população carente a solicitar seu Auxílio durante os momentos mais delicados de distanciamento social, pois o cenário predominante era de aglomerações, confusões e ausência de informações nas agências bancárias, fato observado em todo o Brasil. Dessa forma, ao coletar informações dos beneficiários ajudados pelo grupo, para controle dos relatórios a serem

---

<sup>5</sup> Pesquisa financiada pelo Edital COVID-19 07/2020 da UFDPAr e executada pelo Curso de Ciências Econômicas no período de maio a dezembro de 2020.

apresentados junto à Universidade, surgiu a proposta de ampliar a coleta de informações para além dos atendidos pela Ação desenvolvida pelos alunos. Assim, foi formulado um questionário virtual mais amplo e aplicado aos participantes, e também foi divulgado nas redes sociais dos integrantes do grupo e da Universidade para coleta dessas informações. Ao todo, 142 beneficiários responderam ao questionário.

Dessa forma, o presente trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte apresenta breve revisão bibliográfica e documental acerca do tema transferência de renda no contexto brasileiro. A segunda parte apresenta uma caracterização do contexto socioeconômico do local de estudo, Parnaíba (PI), para entender como se encontrava a condição socioeconômica do município em um período pré-pandemia. A terceira parte discorre acerca da metodologia utilizada na coleta e análise dos dados. Por fim, a quarta parte apresenta a análise dos resultados trazendo o perfil dos respondentes beneficiários e sua condição de vulnerabilidade socioeconômica no contexto da pandemia do Covid-19.

## **1 Transferência de renda no contexto brasileiro**

Foi a partir dos anos 1980 que o tema transferências de renda ganhou visibilidade em âmbito internacional, uma vez que o cenário de globalização, revolução tecnológica, mudanças no mercado de trabalho, no paradigma produtivo e nas formas de acumulação do capital fizeram emergir graves problemas sociais tais como o aumento do desemprego e das desigualdades e a redução da renda do trabalho (GONÇALVES, 2019).

Dessa forma, pensar em programas de transferências de renda no contexto brasileiro é remeter ao legado de extrema desigualdade que o país tem historicamente e dos esforços que determinados governos têm realizado para minimizar essas desigualdades. Segundo dados do Banco Mundial (2020), no Brasil, o Índice de Gini alcançou patamares médios de 59,5 no intervalo de doze anos, compreendidos entre o período de pós constituinte (1988) e as primeiras ações no campo das Políticas Sociais de transferências de renda (2001). No entanto, a partir de 2001 as ações fragmentadas dos programas Bolsa Escola (Ministério da Educação, MEC), Auxílio Gás (Ministério de Minas e Energia, MME), Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde, MS) e o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social (Ministério da Previdência e Assistência Social, antigo MPAS), contribuíram para reduzir o Índice de Gini que alcançou 56,5 em 2004 (BANCO MUNDIAL, 2020), momento em que tais estas ações fragmentadas foram unificadas e incorporadas

ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) dando origem ao Programa Bolsa Família (PBF) (MELO, 2012). O PBF é um dos maiores exemplos de políticas de transferências de renda bem-sucedidos conhecido mundialmente. Dessa forma, os dados do Banco Mundial (2020) atestam que os onze anos que sucederam a criação do PBF, sob a responsabilidade política de seus idealizadores, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2010), permitiram reduzir a desigualdade de renda brasileira de 56,5 para 52,1 (entre 2004 e 2015).

No entanto, as recentes reduções nos gastos sociais do governo federal com o PBF culminaram na redução na quantidade de famílias assistidas, fato que também contribuiu à volta do aumento da desigualdade social, pois em 2018 o Índice de Gini já alcançava patamares de 53,9; um retrocesso de sete anos nos avanços contra a desigualdade (IBGE, 2020b). Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) demonstram que o percentual de domicílios atendidos vem caindo desde 2012, em que 15,9% destes recebiam transferências via PBF; em 2015 esse percentual já alcançava o patamar de 14% e em 2019 já se situava em torno de 13,5% (IBGE, 2020b). No entanto, a despeito desses dados, chama atenção à redução de domicílios beneficiários do PBF por região geográfica, em que na região Sul do Brasil os domicílios atendidos caíram 2,1 pontos percentuais (p.p.); na região Sudeste caiu 0,6 p.p.; na Centro-Oeste caíram 2,4 p.p.; na região Norte caíram 2,7 p.p.; na região Nordeste caíram 6,1 p.p. Destaca-se que é na região Nordeste onde se encontra o maior número de famílias beneficiárias do PBF e também onde há a maior concentração de pessoas com menores rendimentos totais médios no Brasil (R\$ 569,00 Nordeste e R\$ 1.102,00 Sudeste), representando cerca de metade dos rendimentos médios em relação à região Sudeste – que apresentou a menor redução no quantitativo de famílias beneficiárias do PBF (SOUZA; GONÇALVES, 2020).

De fato, não se pode negar que parte dos avanços no combate às desigualdades no Brasil se deve ao Programa de transferência de renda Bolsa Família, uma vez que este inclui a obrigatoriedade dos beneficiários à participação de ações no campo da saúde e educação como condicionantes para receberem um auxílio pecuniário que varia de acordo com o tamanho da família e renda *per capita* conforme instituído na Lei nº 10.836/2004 (BRASIL, 2004). Dessa forma, constitui como objetivo do PBF “combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social” (CATTELAN; MELLO; BEZERRA *et al.*, p. 05). Nesse sentido, os benefícios monetários e sociais são concedidos às famílias que estejam em situação de pobreza e extrema pobreza, cuja renda mensal *per capita* seja menor que R\$ 170,00.

Ressalta-se que a instituição de programas de transferência de renda no Brasil se deu em um cenário de aumento de desigualdades, aumento do desemprego, de redução da renda do trabalho e fragmentação de políticas sociais universalizantes (FAGNANI, 2005). Dessa forma, o PBF representa um programa de transferências de renda de cunho compensatório, focalizado e condicionado, pois visa a compensar problemas de renda atravessados por uma parcela da população. Acerca da focalização das políticas sociais, Pochmann (2002) esclarece que o ajuste no gasto público ensejou reformas no Sistema de Proteção Social brasileiro (SPS), fortalecendo programas sociais de cunho assistenciais voltados à transferência de renda focalizada e fragilizando programas sociais de cunho universais.

Além dos programas citados, no Brasil ainda existe outro tipo de política de transferência de renda. No entanto, esta difere do PBF e nunca foi implementada (LI, 2016; GONÇALVES, 2019). Trata-se do programa de Renda Básica de Cidadania (RBC), cujo Projeto de Lei (PL) foi idealizado e apresentado em 1991, pelo então senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que previa a instituição de um programa de renda mínima para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade. O PL foi aprovado pelo senado e sancionado no ano de 2004 pelo então presidente Lula, correligionário político do idealizador da RBC, do Partido dos Trabalhadores. A RBC representa um tipo de transferência de renda adotada com a finalidade de combater dificuldades de inserção no mercado de trabalho provocadas por impactos produzidos pelo extenso uso da Inteligência Artificial, mas, sem a obrigatoriedade de vincular o beneficiário a alguma condicionalidade (GONÇALVES, 2019).

Segundo Li (2016), os programas de transferências de renda nos moldes da RBC é uma realidade em muitos países; o autor relata que desde 2016, países como Islândia, Suíça, Países Baixos, Namíbia, Quênia, Cuba, Índia e Coréia do Sul tentam introduzir um plano de Renda Básica Universal (RBU) através de experimentos sociais que concedam a grupos controlados uma renda básica. Foi iniciado este tipo de experimento no Canadá, Finlândia e Holanda. Na Suíça, um referendo derrubou a possibilidade de instalar naquele país um programa de renda básica. Na Alemanha, o aumento do número de imigrantes fez com que o governo considerasse a dificuldade na implementação do programa, dada a possibilidade descontrolado das contas públicas. Contudo, na Índia, o Instituto Nacional de Finanças Públicas e Política vem estudando, sob a orientação do Banco Mundial, implementar a RBU como um substituto do sistema de bem-estar social, devido aos grandes impactos da evolução tecnológica e automatização provocadas naquele país (LI, 2016).



De todo modo, percebe-se o quanto que os debates de transferências de renda, com condicionantes ou não, estão atrelados as transformações no mercado de trabalho que foram impactadas com o aumento da tecnologia e automação na estrutura produtiva. Segundo Antunes (2020), essas transformações na estrutura produtiva mantêm trabalhadores permanentemente desempregados e, por consequência, também os deixam despossuídos de renda e marginalizados do sistema de produção e consumo por muito tempo. Um fato que chama atenção é que ainda existe em diversos países vários entraves, por diversos motivos, para a implementação de um sistema de proteção nos moldes de uma RBU (LI, 2016). No entanto, um fato excepcional tomou conta do mundo no início do ano 2020 (a pandemia do Covid-19,) fazendo com que rendas emergenciais fossem a principal política de mitigação das consequências da pandemia no campo socioeconômico.

No contexto da pandemia do Covid-19, a adoção de políticas de transferências de rendas se tornou uma arma para duas grandes frentes de atuação: i) prover renda e consumo naqueles lares impactados pela crise econômica aprofundada com a pandemia; ii) atuar como forma de controle de contágio e circulação do vírus aliada à política do distanciamento social, pois possibilitou manter parcela da população em suas casas, sobretudo, naqueles lares onde a principal atividade geradora de renda vem de atividades comerciais desenvolvidas por ambulantes e outros tipos de informais. Atualmente, o debate sobre a importância dos auxílios financeiros emergenciais concedidos às famílias em situação de vulnerabilidade social em época de pandemia tem demonstrado que essa política seria um legado favorável às próximas gerações como um modelo de proteção social baseado na RBU.

No caso do Brasil, a chegada da pandemia do Covid-19 em março de 2020 encontrou cerca de 25,3% dos brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019), ou seja, com rendimentos inferiores a US\$ 5,50<sup>6</sup> *per capita* por dia. A pandemia encontrou também um mercado de trabalho extremamente fragilizado, em que ter uma ocupação não significa condição suficiente para superar a pobreza, pois os dados do IBGE (2019) indicam que dentre a população ocupada, cerca de 14,3% possuíam rendimentos domiciliares *per capita* inferiores a US\$ 5,50 por dia, sendo que dentro deste universo alguns trabalhadores merecem mais atenção, por exemplo: os trabalhadores informais, os trabalhadores domésticos e os trabalhadores auxiliares familiares, pois, respectivamente, cerca de 23,4%, 24,2% e 38,5% estavam abaixo da linha da pobreza.

---

<sup>6</sup> Aproximadamente R\$ 420,00 mensais, cerca de 44% do salário mínimo vigente em 2018, conforme metodologia calculada pelo Banco Mundial para classificar as pessoas na pobreza – baseado na Renda Nacional Bruta *per capita* dos respectivos países (BANCO MUNDIAL, 2020).

Dado este cenário de degradação das condições sociais de vida, o Estado brasileiro é instado a dar respostas rápidas que vão muito além de ações no campo da saúde e da economia, sendo necessário incluir medidas de proteção social para a população que se situa na extrema pobreza, para assim resguardá-las dos efeitos adjuvantes da pandemia. Nesse caminho, foi aprovada em 02 de abril de 2020 a Lei 13.982/2020, que prevê o pagamento de um auxílio emergencial em 3 parcelas no valor de R\$ 600,00 cada e que seria, caso necessário, prorrogado por mais 3 parcelas de R\$ 600,00. Porém, o Auxílio foi prorrogado com mais 2 parcelas de R\$ 600,00 e depois por 4 parcelas de R\$ 300,00, totalizando até R\$ 4.2000,00 por pessoa (BRASIL, 2020). Segundo a Lei que regulamenta o Auxílio Emergencial, são eletivos para receber este auxílio: i) os brasileiros acima de 18 anos que fazem parte do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, mas que não estão recebendo nenhum tipo de auxílio do governo (exceto Bolsa Família); ii) contribuintes individuais do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); iii) desempregados; iv) trabalhadores informais; v) Microempreendedores Individuais (MEIs). Além desses condicionantes, os beneficiários devem possuir uma renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos (R\$ 3.135) e não ter obtido rendimentos tributáveis, em 2018, acima de R\$ 28.559,70 (BRASIL, 2020).

O elevado contingente de brasileiros dependentes de programas de transferência de renda, somado ao elevado contingente de trabalhadores informais e desempregados, denotam o quão vulnerável socioeconomicamente as famílias estavam em um período anterior a pandemia do Covid-19, sendo que, com a pandemia, a situação tenderia a piorar. Fato comprovado pelo expressivo percentual da população brasileira (58%) contemplados com o Auxílio Emergencial (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2020). Nesse sentido, o Auxílio representa para os atingidos pela atual crise de saúde/sanitária e econômica, uma forma de manutenção de segurança da renda e da vida, tendo em vista que contribui para a manutenção do distanciamento social e redução da probabilidade de infecção pelo vírus. Para Albuquerque *et al.* (2020, p. 116), o Auxílio Emergencial causou um efeito minimizador compensatório “dada a circunstância atual, [em que] populações com baixa renda lutam pela sobrevivência e têm dificuldades de acesso e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequados.

Em outra perspectiva, para o Estado e gestores públicos, o Auxílio Emergencial representa uma das estratégias de medidas restritivas necessárias no combate à pandemia:

com a “manutenção de isolamento social e restrição ao fluxo de pessoas, tanto para controlar o contágio, colocando-o em níveis compatíveis com a capacidade de atendimento dos sistemas de saúde, como para assistir aquela população que se encontra à margem do mercado de trabalho e convive com insegurança de renda” (ALBUQUERQUE *et al.*, 2020, p.57).

Além do mais, o benefício no valor de R\$ 600,00 (e depois de R\$ 300,00) foi fundamental para a economia no período de isolamento social, de paralisação das atividades econômicas não essenciais e de aumento do desemprego (ALBUQUERQUE *et al.*, 2020). Portanto, o Auxílio Emergencial passou a integrar mais uma modalidade de Programa de Transferência de Renda dentre as já existentes. A análise de sua perpetuação em um período pós pandemia se faz urgente, sobretudo, naqueles municípios de baixa dinâmica econômica e considerável contingente de pessoas dependentes de transferências de renda.

## **2 Caracterizando o contexto socioeconômico de Parnaíba (PI)**

O município de Parnaíba está situado no litoral do estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil, a 339 km de distância da capital do estado, Teresina. A população total do município, estimada para 2020, é de 153.482 mil habitantes (IBGE, 2019), sendo o segundo município mais populoso do estado, perdendo apenas para a capital. Pode-se dizer que se trata de um município com população predominantemente urbana, pois, conforme o último censo em 2010, cerca de 85,5% (137.485 mil) de sua população vivia na zona urbana, enquanto que cerca de 14,5% (8.220 mil) vivia na zona rural (IBGE, 2011). O perfil populacional de Parnaíba também remete que 45,4% da população é do sexo masculino (69.727 mil) e 54,6% é feminino (75.978 mil).

Com relação ao seu perfil social, os indicadores do IBGE (2020b) demonstram que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal apresentou um aumento de 25,82% entre 2000 e 2010 (de 0,546 a 0,687). Os dados sobre a escolarização de crianças de 6 a 14 anos de idade é de 97,5% – no entanto, a evolução das taxas de matrículas indica a ocorrência de quedas desde o ano de 2005 até 2018 (o último dado divulgado), caindo de 46.694 mil para 31.455 mil. No ano de 2018 haviam 6.209 matriculados no ensino médio; 21.376 no ensino fundamental e 3.870 na pré-escola (IBGE, 2019). Se considerarmos os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), percebe-se a dimensão do problema com a educação nas diversas escolas no município, pois se tem observado que as mesmas não vêm conseguindo alcançar as metas projetadas do IDEB desde 2013 para os anos finais do ensino fundamental; desde 2015 para os anos iniciais; sendo apenas cumprido em 2019 a meta projetada para o ensino médio (INEP, 2020).

Os indicadores econômicos do município demonstram que Parnaíba representa o segundo município mais dinâmico do estado do Piauí (IBGE, 2020a). Em 2017, seu produto interno bruto (PIB) foi de R\$ 2.037.540,02 milhões, contabilizando um PIB *per capita* de R\$ 13.534,25 mil. Merece destaque que o IBGE calculou para o ano de 2018 que 45,1% da população viviam em domicílios com até meio salário mínimo mensal por pessoa (IBGE, 2020a). Nesse sentido, o PIB setorial demonstra que o eixo de sua atividade produtiva está voltado, predominantemente, para atividades do comércio e serviços privados, pois cerca de 49% do PIB vem desse tipo de atividade, seguido pelos serviços públicos (sobretudo administração, segurança, educação, saúde e seguridade social) com participação de 28%; já a indústria participa com 9% e a agricultura com 2%. No que tange a arrecadação de impostos, este correspondeu a 12% do PIB (IBGE, 2020a).

Tal conformação setorial do PIB municipal implica também em conformação semelhante na dinâmica do mercado de trabalho formal que também é extremamente ligada às atividades de comércio e serviços. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no ano de 2018 a ocupação com o maior estoque de trabalhadores foi a de vendedores de comércio varejista, que soma 1.985 mil funcionários, parcela que representa cerca de 9% dos empregos formais com uma remuneração média de R\$ 1.800,00 (CAGED, 2020). Em 2019 os setores de comércio e serviços eram responsáveis por 13.958 empregos gerados (7.585 comércio e 6.373 serviços) dentro de um quantitativo total de 18.018 empregos formais.

Ademais, chama atenção a vulnerabilidade que a população trabalhadora parnaibana atravessa. Com PEA entre 15 e 69 anos de 62.080 mil pessoas em 2019 (IBGE, 2019), somente cerca de 29% destas estavam formalmente empregadas, com que 71% estavam subdivididos entre desempregados, ocupados informalmente e MEIs. Infelizmente, não há dados consolidados de pesquisas deste porte para afirmarmos o montante exato de trabalhadores nas condições de desempregado e ocupado informalmente. No entanto, para o caso dos MEIs, os dados do Portal Empreendedor (2020) do Governo Federal informam que no município existiam cerca de 4.854 MEIs inscritos até 30 de março de 2020. Estas informações demonstram o quanto a população estava vulnerável em termos de ocupação no início do ano de 2020. Com a pandemia do novo coronavírus a situação piorou, pois muitos empregos formais foram perdidos. Segundo dados do Novo CAGED (2020), no primeiro trimestre de 2020 o saldo líquido de empregos foi positivo com cerca de 196 empregos. No entanto, o saldo líquido do segundo semestre foi menos 644 vagas de emprego. Apesar de no terceiro trimestre a geração líquida de emprego ter sido positiva (296), ainda assim foi insuficiente para recuperar o acumulado perdido ao longo do ano.

Ademais, as fragilidades socioeconômicas vão além do mercado de trabalho. Em agosto de 2020 havia no município 23.198 famílias cadastradas no CadÚnico para receber os benefícios do Governo Federal. No entanto, somente 10.956 famílias, ou seja, menos da metade, eram beneficiárias do PBF. Em termos individuais, o quantitativo de beneficiários do PBF correspondia a 12% da população no período (18.418 mil pessoas). Já a população cadastrada no CadÚnico correspondia a 23,7% (36.375 mil pessoas) (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2020). Com a chegada da pandemia, a situação de fragilidade socioeconômica no município se agravou, levando 60.306 mil pessoas (dados até outubro de 2020) a recorrerem ao Auxílio Emergencial (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2020). Esse fato é preocupante, pois corresponde a aproximadamente 40% da população total e equivalente a PEA do município.

Portanto, tendo o Auxílio Emergencial a função de prover segurança à população, cuja dificuldade de acesso foi agravada pela pandemia do Covid-19 diante da queda nos níveis de ocupação e renda de forma dramática na Parnaíba (PI), o Auxílio representou importante medida para minimizar os efeitos da pandemia diante da elevada vulnerabilidade socioeconômica que as famílias beneficiárias se encontravam. Por esse motivo é importante analisar o perfil de vulnerabilidade da população beneficiária do Auxílio, contribuindo para o entendimento de como estas famílias foram afetadas por ele e traçar propostas de políticas de atuação local para mitigar o impacto desta grave crise de dimensão sanitária, econômica e social.

### **3 Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantiquantitativa, pois em conjunto, ampliam e complementam de maneira significativa o objetivo do presente trabalho, que é apresentar reflexões sobre a condição de vulnerabilidade socioeconômica da população parnaibana na pandemia do Covid-19 a partir dos dados dos beneficiários do Auxílio Emergencial. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa proporciona maneiras de representação, descrição e interpretação do perfil social e dos problemas de vulnerabilidades vividos pela população beneficiária do Auxílio Emergencial respondentes dos questionários aplicados durante a execução do projeto de extensão *Ação Auxílio Emergencial*. Já a pesquisa de cunho quantitativa, trabalha com a representação do perfil destes respondentes através de dados e informações concretas. Também se trata de uma pesquisa descritiva que usou fontes primárias e secundárias. A secundária ficou a cargo da análise bibliográfica e documental para auxiliar na fundamentação teórica sobre transferências de renda no contexto

brasileiro. Ademais, também foram usadas fontes secundárias oriundas de *sites* oficiais governamentais como o IBGE, CAGED e Portal Transparência. Já a pesquisa primária se valeu do método de aplicação de questionários à uma amostra da população beneficiária do Auxílio Emergencial do município de Parnaíba, a fim de coletar dados que auxiliem a evidenciar a situação de vulnerabilidade desta população.

A técnica utilizada para obtenção de informações e características sobre a população beneficiária do Auxílio Emergencial foi a *survey*, através da aplicação de um questionário contendo 14 questões estruturadas com respostas de múltipla escolha. À confecção do questionário foi utilizada a plataforma *Google Forms*<sup>®</sup>. Tendo em vista a situação de emergência mundial da pandemia do Covid-19 e as restrições oriundas das políticas de distanciamento social, a aplicação do questionário foi mediada pelas redes sociais dos executores do projeto de pesquisa e nas mídias e redes sociais da UFDPAr, em que 142 beneficiários responderam ao questionário de forma remota. Ressalta-se que o tamanho da amostra não foi previamente definido tendo em vista tais limitações. Dessa forma, foi oportuno usar a modalidade de amostragem não probabilística, em que os critérios utilizados para seleção da população alvo é ser, ou ter sido, beneficiária do Auxílio Emergencial e ser residente do município de Parnaíba.

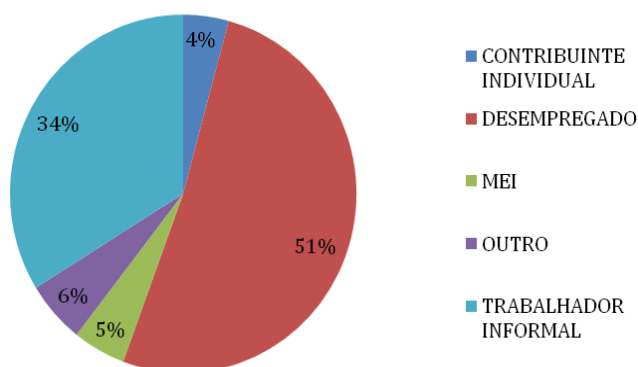
Portanto, a aplicação do questionário se deu mediada pelas redes sociais (tanto dos executores do projeto quanto da UFDPAr) e em grupos de bate-papo de ampla participação de munícipes com a divulgação de um texto prévio descrevendo o propósito da pesquisa acompanhado do *link* do formulário. Portanto, a amostra de 142 beneficiários respondentes é do tipo por conveniência, pois a abordagem dos inquiridos foi realizada de forma indireta, aleatória e de proximidade das redes sociais dos envolvidos com o projeto e com a UFDPAr, cuja participação dos inquiridos em suas respostas se deu de forma espontânea. Nesses termos, o questionário apresenta perguntas que versam sobre aspectos econômicos e sociais necessários para fazer inferências sobre o perfil socioeconômico da população respondente. A tabulação e análise dos dados coletados foram realizadas pelo *software* estatístico SPSS<sup>®</sup> (*Statistical Package for the Social Sciences*), priorizando a função distribuição de frequências e tabulação cruzada (*crosstabs*), ou seja, fazendo cruzamentos entre variáveis relacionadas para inferir o perfil socioeconômico da população respondente. O tópico a seguir trará a análise dos principais resultados identificados.

#### 4 Análise dos resultados

O questionário aplicado abordou ao todo 14 questões, mas somente 11 questões foram validadas como pertinentes para a apresentação dos resultados da presente pesquisa. As questões versam sobre: 1) a condição de enquadramento do respondente (se MEI, contribuinte individual, trabalhador informal ou desempregado); 2) idade; 3) gênero; 4) escolaridade; 5) posição do respondente na família (chefe de família, mãe solteira, dependente); 6) estado civil; 7) se recebe benefício do PBF; 8) se faz parte do CadÚnico; 9) renda familiar mensal; 10) quantas pessoas vivem na mesma residência; 11) quantas pessoas na residência trabalham. A análise foi dividida em três partes. A primeira trata da apresentação das frequências de respostas para as perguntas e a distribuição percentual das características. A segunda se trata da tabulação cruzada entre as respostas de todas as perguntas e, por fim, a terceira, que versa sobre as constatações das características socioeconômicas dos respondentes baseando-se na inferência destes resultados.

A pergunta número 1 diz respeito ao critério de solicitação do Auxílio Emergencial. De acordo com o gráfico 1, abaixo, 51% dos respondentes se enquadram no critério Desempregado e 34% no Trabalhador Informal, somando juntos 85%. Os 15% restantes correspondem aos critérios Contribuinte Individual (4%); MEI (5%) e Outros (6%).

**Gráfico 1 – Pergunta 1: Critério para solicitação do Auxílio Emergencial**



**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

A segunda pergunta diz respeito a idade dos respondentes. As informações coletadas apontam que a idade mínima destes é de 19 anos e a idade máxima é de 58 anos, sendo a média de idade é de aproximadamente 26 anos. No entanto, a idade predominante está situada na faixa de 19

a 23 anos (56,4%), seguida da faixa de 24 a 28 anos (23,6%) – aproximadamente 80% dos beneficiários são jovens entre 19 e 28 anos. Assim, as faixas etárias de menor participação (20%) estão situadas entre as idades acima de 29 anos, conforme consta na tabela 1 abaixo.

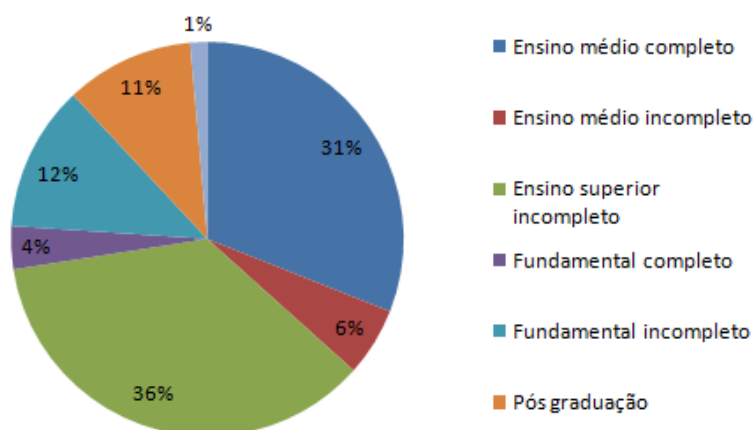
**Tabela 1 – Pergunta 2: Faixa etária dos respondentes**

Faixas etárias	19-23	24-28	29-33	34-38	39-43	44-48	49-53	54-58	Total
% válido	56,4	23,6	4,29	5,00	5,00	4,29	0,71	0,71	100

**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

Com relação às repostas da terceira questão, foi identificado que 52% dos respondentes pertencem ao gênero feminino e 48% ao masculino. Já com relação ao nível de escolaridade (pergunta 4), pode-se afirmar que este é relativamente elevado, pois 36% possuem nível superior incompleto, 31% concluíram o nível médio e 11% possuem pós-graduação – somando no total 78% dos respondentes com elevada escolaridade. Ainda, apenas 1% não possui instrução, 12% possuem o ensino fundamental incompleto e 4% o ensino fundamental completo.

**Gráfico 2 – Pergunta 4: Escolaridade dos respondentes**



**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

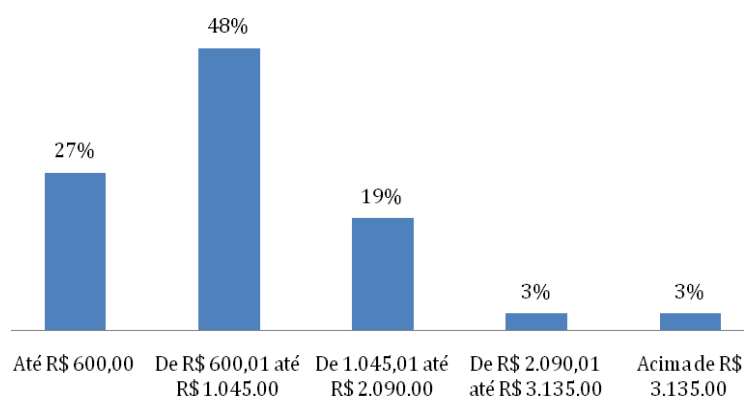
A pergunta 5 corrobora com as características identificadas anteriormente sobre o perfil jovem dos respondentes. Nesse sentido, a pergunta diz respeito aos beneficiários que representam os grupos: a) provedores do lar; b) os dependentes financeiros. No formulário foram incluídas as seguintes opções para respostas: i) chefe de família; ii) mãe solteira; iii) filho; iv) agregado;



v) outros. As respostas captadas nas opções (i) e (ii) representam a condição de provedor do lar; a opção (iii) representa a condição de dependência financeira. As respostas captadas no item (v) permitem agrupá-las em uma das duas condições. Dessa foram, para esta opção foram apresentadas como respostas as variantes: mãe; moro sozinha; neto e solteiro. Nesse sentido, as opções “mãe, neto e solteiro” foram incluídas na condição de dependência financeira; já a condição “mora sozinha” foi incluída na condição provedor do lar. Assim, a posição de provedor do lar representa 33% dos respondentes, enquanto a posição de dependente financeiro representa 67%. Entretanto, desagregando as posições por respostas, a opção “filho” obteve 62% das respostas, a condição “chefe de família” obteve 24%. Por fim, a terceira resposta mais representativa foi “mãe solteira” (7%). As demais opções (“agregado” e “outras”) juntas obtiveram 8%.

A sexta questão corresponde ao estado civil. As respostas apontam que 4% dos respondentes são divorciados; 8% estão casados; 10% estão em uma união estável e 78% estão solteiros. Com relação à sétima questão, foi identificado que a grande maioria dos respondentes (88%) não recebem o Bolsa Família. Ressalta-se que faz parte de um dos critérios para recebimento do auxílio a complementação da renda oriunda do PBF com o Auxílio Emergencial, mas esta soma não deve ultrapassar o valor da parcela mensal do Auxílio Emergencial (R\$ 600,00). Por outro lado, apesar de a grande maioria dos respondentes não receberem acumuladamente o Bolsa Família com Auxílio Emergencial, chama a atenção que mais da metade destes (53,3%) estavam cadastrados no CadÚnico, que é o cadastro do governo federal para receber os dois benefícios citados. Dessa forma, percebe-se que muitos dos respondentes estavam desassistidos financeiramente, pois considerando que a grande maioria estava desempregada observa-se que apenas uma pequena parte recebia alguma ajuda financeira do Estado. As informações das perguntas 9, 10 e 11 contribuirão para desvendar, finalmente, a vulnerabilidade socioeconômica dos respondentes. Assim, o perfil econômico será o foco das próximas análises.

Se tratando de renda familiar mensal, o gráfico 3 apresenta os dados da questão 9 que versa sobre o tema. Como pode ser percebida, a renda familiar mensal das famílias são, na grande maioria, de até um salário mínimo (R\$ 1.045,00), pois 48% recebiam de R\$ 600,01 a R\$ 1.045,00, que somados aos 27% dos beneficiários que recebiam até R\$ 600,00, representam 75% dos beneficiários. Ainda havia beneficiários (3%) que recebiam acima de 3 salários mínimos (R\$ 3.135,00). Também havia um número significativo de beneficiários (19%) com renda familiar entre 1 e 2 salários (R\$ 1.045,01 a 2.090,00) e um quantitativo pequeno de beneficiários (3%) que recebiam entre 2 e 3 salários mínimos (R\$ 2.090,01 a R\$ 3.135,00).

**Gráfico 3 – Pergunta 9: Renda familiar mensal**

**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

A questão 10 permite avaliar melhor a renda mensal das famílias dos respondentes, pois esta considera a quantidade de pessoas que vivem na mesma residência com o beneficiário do Auxílio. A tabela 02 mostra os resultados para esta questão. De acordo com os dados, a quantidade média de pessoas vivendo na mesma residência equivale a aproximadamente de 4 a 5 pessoas, com mínimo de 1 e máximo de 8 pessoas na mesma residência. No entanto, a quantidade predominante é de 3 pessoas (27%), seguidas de 4 (25%), sendo que aproximadamente 28% dos respondentes conviviam com mais de 4 pessoas na família. Considerando que 75% destes recebiam entre R\$ 600,00 a R\$ 1.045,00, pode-se afirmar que estas famílias viviam em situação de pobreza e extrema pobreza, pois no máximo auferiam mensalmente entre R\$ 150,00 à R\$ 261,00 por pessoa.

**Tabela 2 – Pergunta 10: Quantidade de pessoas que vivem na mesma residência**

Quantidade de pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
% válido	7,2	14,4	26,8	23,1	13,0	9,4	5,0	0,72	100

**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

Para finalizar a primeira parte desta análise, a tabela 3 apresenta os dados da questão 11 (quantas pessoas na residência trabalham). Como pode ser observado, 46,4% dos beneficiários contavam com ao menos 1 pessoa na residência trabalhando e 33,6% contavam com 2 pessoas

trabalhando. No entanto, 10,7% dos beneficiários não contavam com nenhuma pessoa na família exercendo alguma atividade laboral. Dessa forma, uma pequena parcela dos beneficiários (9,3%) apresentava um quantitativo de pessoas trabalhando na residência acima de 2, o que representa a média identificada.

**Tabela 3 – Pergunta 11: Quantidade de pessoas na residência que trabalham**

Quantidade que trabalham	0	1	2	3	4	Total
% válido	10,7	46,4	33,6	8,6	0,7	100

**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

Assim, tendo finalizado a primeira parte deste diagnóstico, a seguir será apresentada a segunda parte que traz uma análise *crosstabulation* dos dados, com o intuito de exprimir de forma mais precisa o perfil socioeconômico dos respondentes e sua condição de vulnerabilidade. Assim, a tabela 4 apresenta o cruzamento das respostas à pergunta *Critério para solicitação do Auxílio Emergencial \* Renda familiar mensal*.

**Tabela 4 – Crosstabulation: Critério para solicitação do Auxílio Emergencial \* Renda familiar mensal (%)**

Critério para solicitação do Auxílio Emergencial	Até R\$ 600,00	De R\$ 600,01 até 1.045,00	De R\$ 1.045,01 até 2.090,00	De R\$ 2.090,01 até 3.135,00	Acima de R\$ 3.135,00	Total
Contribuinte Individual	0	2,2	0	0	1,4	3,6
Desempregado	16,7	23,9	9,4	0	0,7	50,7
MEI	0,7	2,9	0,7	0,7	0	5,1
Outro	0,7	4,3	0,7	0	0	5,8
Trabalhador Informal	8,0	15,9	8,7	1,4	0,7	34,8
Total	26,1	49,3	19,6	2,2	2,9	100

**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

Ao analisar os respondentes por critério para solicitação do Auxílio em relação a sua renda familiar, percebe-se que a maior parte (49,3%) obtém renda familiar mensal entre R\$ 600,01 até R\$ 1.045,00, em que para esta faixa de renda 23,9% estavam desempregados e 15,9% estavam exercendo algum trabalho informal. A faixa de renda com o segundo maior percentual é a de até R\$ 600,00. Nesta faixa a categoria desempregado também é a que apresenta maior participação (16,7%), seguida pela categoria trabalhador informal (8%). A faixa intermediária (de R\$ 1.045,01 até R\$ 2.090,00) representa a terceira maior participação. Nela, os critérios desempregado (9,4%) e

trabalhador informal (8,7%) também aparecem figurando dentre os mais representativos, mas em magnitude menor. Por fim, os critérios de rendas mais elevadas apresentam participações semelhantes: 2,2% de R\$ 2.090,01 até R\$ 3.135,00 e 2,9% para a faixa acima de R\$ 3.135,00. Ao contrário das demais faixas em que o predominante era a categoria desempregado, nestas encontram-se trabalhadores informais (0,7%) e contribuintes individuais (1,4%), respectivamente, para as duas faixas de renda. Os critérios apresentados para faixas de rendas mais elevadas diferem dos critérios para faixas de renda mais baixa, mesmo quando tratando de participações menores.

Ao analisarmos anteriormente a posição de dependência dos respondentes, foi identificado que 68,1% dos beneficiários encontravam-se em situação de dependência financeira em sua residência. Foi identificado também que a grande maioria dos dependentes são filhos. Ao fazer o cruzamento das informações relacionadas a quantidade de pessoas na família que trabalham, vê-se que para os beneficiários respondentes que estão na posição dependentes, 55% destes tem em sua residência ao menos entre uma (27,5%) e duas (27,5%) pessoas na residência que trabalham. Por outro lado, quando estes beneficiários respondentes estão na condição de provedores do lar, cerca de 18,8% têm em sua residência ao menos uma pessoa que trabalha, conforme tabela 5.

**Tabela 5. Crosstabulation: Quantidade de pessoas na família que trabalham \* posição familiar (%)**

<b>Quantidade</b>	<b>Dependentes</b>	<b>Provedores do lar</b>	<b>Total</b>
0	5,8	4,3	10,1
1	27,5	18,8	46,3
2	27,5	6,5	34,0
3	6,5	2,2	8,7
4	0,7	0	0,7
<b>Total</b>	<b>68,1</b>	<b>31,9</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

Dentro da relação de dependência financeira dos beneficiários respondentes, é interessante notar que ao cruzá-la com os dados relacionados ao gênero, os resultados mostram que as respondentes são mais provedoras mulheres (19%) que os respondentes homens (12%), enquanto que os beneficiários respondentes são mais dependentes (36%) em relação às respondentes (32%).

**TABELA 6. Crosstabulation: Critério para solicitação do Auxílio Emergencial \* Escolaridade (%)**

	Médio		Superior		Fundamental		Pós-graduação		Sem instrução		Total
	C	I	I	C	I	C	I	C	I		
Contribuinte Individual	0,7	0	2,8	0	0	0,7	0	0,7	0	4,2	
Desempregado	14,8	4,2	17,6	1,4	7,0	5,6	0,7	0,7	0,7	51,4	
MEI	2,8	0	1,4	0,0	0	0,7	0,0	0,7	0,0	4,9	
Outro	0,7	0	2,1	0,7	1,4	0,7	0,0	0,7	0,0	5,6	
Trabalhador Informal	12,0	1,4	12,0	1,4	3,5	2,8	0,7	0,7	0,7	33,8	
Total	31,0	5,6	35,9	3,5	12,0	10,6	1,4	1,4	1,4	100	

**Fonte:** elaboração própria com base na pesquisa do Grupo de Trabalho *Ação Renda Emergencial* (2020).

**Nota:** C = completo e I = incompleto.

Dessa forma, tem-se o cruzamento do critério para solicitação do Auxílio Emergencial com a escolaridade dos respondentes. Nota-se que, quanto aos beneficiários desempregados (51,4%), em sua maioria possuem ensino superior incompleto (17,65%) ou ensino médio completo (14,8%). Com relação aos trabalhadores informais (segunda maior categoria, 33,8%), a escolaridade predominante também são as correspondentes ao ensino médio completo e superior incompleto (ambas com 12%). Dessa forma também fica evidente que os solicitantes do Auxílio, por motivos de desemprego ou por exercer alguma atividade informal, possuem ensino médio completo ou superior incompleto – demonstrando o perfil de elevada escolaridade do público inquirido. Finalmente, é possível afirmar que, com o tamanho da amostra de 142 pessoas inquiridas, considerando o universo populacional dos beneficiários (60.306 mil), e uma margem de erro de 8%, há a possibilidade de 95% das informações coletadas representarem a realidade dos beneficiários parnaibanos. Assim, com base em uma pesquisa de segmentação específica aleatória, de distribuição normal, em que o público respondeu o questionário espontaneamente, considera-se que o nível de confiança das informações é representativo.

### Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar reflexões sobre a condição de vulnerabilidade socioeconômica da população parnaibana na pandemia do Covid-19 a partir dos dados dos beneficiários do Auxílio Emergencial que participaram do projeto de extensão *Ação Auxílio Emergencial*. Foi identificada que antes do início da pandemia do Covid-19 a população parnaibana já se encontrava em uma situação de vulnerabilidade, em que apenas 29% da PEA exercia uma ocupação formal, sendo que os 71% restantes estavam em situação de desemprego ou

informalmente empregada. Além do mais, após o início da pandemia, o município presenciou a redução de seu saldo líquido de geração de emprego formal, em que a quantidade de beneficiários do Auxílio Emergencial representa (dados até outubro de 2020), aproximadamente, o equivalente a PEA total do município (beneficiários 60.306 mil; PEA 62.080 mil). A literatura estudada permitiu identificar que 45,1% da população viviam em domicílios com até meio salário mínimo por pessoa e que cerca de 12% da população recebia transferências oriundas do PBF.

Dessa forma, os dados apresentados sobre a vulnerabilidade em um período anterior à pandemia dão sustentação aos achados da pesquisa. Foi identificado que 75% dos entrevistados pertenciam a faixa de renda familiar de até R\$ 1.045,00 (um salário mínimo vigente) e que, em sua maioria, são trabalhadores informais e desempregados. Ademais, também foi identificado que a maioria dos respondentes moram em residências que vivem em média 4 pessoas, e que 68% destes estão na condição de dependência financeira, com a predominância de jovens respondentes que são beneficiários, dependendo financeiramente de outras pessoas na família. Dessa forma, pode-se afirmar que trata-se não apenas destes beneficiários individuais que vivem em situação de pobreza, mas, sobretudo, de todo o seu contexto familiar.

Também é importante mencionar que, dentre os respondentes, existem mais beneficiários dependentes financeiramente em seus lares do que beneficiárias mulheres. De igual modo, existem mais beneficiárias em posição de provedora financeira da família do que beneficiários homens. É mais provável ter mais de uma pessoa trabalhando no lar quando o beneficiário está na situação de dependente. Em contrapartida, quando o beneficiário está na condição de provedor, é mais provável ter uma ou nenhuma pessoa trabalhando na família.

Por fim, os achados da pesquisa apontam que os respondentes são em sua maioria jovens de ambos os sexos, de elevada escolaridade que estão em situação de desemprego ou inativos, dependentes financeiramente de outro membro da família que, em sua maioria, não recebiam ajuda financeira do governo federal (Bolsa Família), conviviam com cerca de 4 pessoas na mesma residência, com renda média *per capita* de no máximo R\$ 261,00, em que em média 2 pessoas de sua residência exerciam alguma atividade laboral contribuindo financeiramente à renda familiar.

A pesquisa conclui que há uma grande participação de trabalhadores “invisíveis” (isto é, que estavam fora da PEA como os desalentados, os inativos e os desempregados ocultos) no Auxílio Emergencial, contribuindo para inflar o número de beneficiários para próximo do volume da PEA do município. Considera-se que este inchaço é a tradução de uma das faces da desigualdade do

município. Seu PIB *per capita* é de R\$ 13.534,00 e o salário médio recebido pelos trabalhadores nas atividades mais dinâmicas do PIB (comércio e serviços) é de apenas R\$ 1.800,00. Uma discrepância que salta aos olhos quando inserido no contexto pré-pandemia é que cerca de 45% da população sobrevivia com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo. Já o perfil dos respondentes que são beneficiários do Auxílio confirma essa impressão, pois 75% destes também sobrevivem com, no máximo, ¼ do salário mínimo *per capita*.

Considerando que 60.306 mil pessoas receberam o Auxílio Emergencial total de até R\$ 4.200,00 cada, estima-se que a massa de renda gerada seja de R\$ 253.285.200,00 milhões em Parnaíba. Portanto, os “infladores” contribuíram em grande parte para gerar tal renda para o município e, principalmente, trazer segurança na renda de sua família que já era baixíssima e foi piorada pela perturbação econômica e sanitária do Covid-19. Portanto, os dados apresentados remetem a reflexões que ensejam à adoção urgente de estratégias dos entes públicos (municipal, estadual ou nacional) para mitigar o impacto da queda desta renda e do aumento do desemprego em 2021, já que as famílias destes beneficiários muito provavelmente necessitarão. É razoável prever que o que aconteceu em Parnaíba (PI) também ocorreu no Brasil, face aos desmontes deliberados das políticas de transferências de renda praticadas pelo Governo Federal.

## Referências

ALBUQUERQUE, Renan; LEMOS, Ivan; BALDOINO, Mariana; FERREIRA, Rubia Silene; ALCICLEY, Francisco; CLOVIS, João. **COVID-19 & Economia no Amazonas - Quarentenas Amazônicas**. v. 7. Alexa Cultural: Embu das Artes. EDUA, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Boitempo: São Paulo. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Data Bank*. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=SI.POV.GINI&country>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

BRASIL. **LEI nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei 13.982 de 02 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm)>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO (CAGED). **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda** – Dados por município. Disponível em:

<[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)>. Acesso em 16 de dezembro de 2021.

*Novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Novo CAGED)*. **Painel de informações**.

Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTQtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

CATTELAN, Renata; MELLO, Gilmar Ribeiro de; BEZERRA, Fernanda Mendes. Avaliação da eficiência do programa Bolsa Família nos municípios do Paraná. **Revista de Administração Pública e gestão Social**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5573>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

FAGNANI, Eduardo. Déficit nominal zero: a proteção social na marca do pênalti. *In*: Carta Social e do Trabalho. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT). Unicamp, n. 22, set./dez. 2005.

GONÇALVES. Wagna Maquis Cardoso de Melo. **As políticas de mercado de trabalho para a juventude na Agenda de Trabalho Decente dos países BRICS**. 339f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=200>>. Acesso em: 4 de dezembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades. Piauí. Parnaíba**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2017&indicador=47001>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 15 de dezembro de 2021.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Principais Resultados, Divulgação de março de 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? Índice de Gini**. 2004. Ano 1, Edição 4, novembro de 2004.

LI, Cheng. **Emprego e bem-estar social na era da inteligência artificial**. Carta Social e do Trabalho nº 34. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT). Instituto de Economia. Unicamp. p. 13-22, 2016.

MELO, Wagna Maquis Cardoso de. **Políticas Públicas de Emprego para População Jovem no Brasil no período neoliberal: gênese, desenvolvimento e perspectivas**. 126f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2012.

POCHMAN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Recursos do governo federal aplicados na localidade: Parnaíba**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/localidades/2207702-parnaiba>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

PORTAL EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>>. Acesso em 20 de dez. de 2020.

SOUZA, Ronie Cleber de; GONÇALVES, Wagna Maquis Cardoso de Melo. **A ação do Estado brasileiro na pandemia frente às amarras do neoliberalismo**. *In*: PAULINO, Robério (Org.). Pandemia 2020: impactos e consequências. Natal: EDUFRN, 2020.

## Apêndice 1

### Questionário:

1: Critério para solicitação do Auxílio Emergencial

- Desempregado  Contribuinte Individual  
 Trabalhador Informal  MEI  Outro

2 - Bairro da residência \_\_\_\_\_

3 – Idade \_\_\_\_\_

4 – Gênero

- Feminino  Masculino  Outro

5 – Escolaridade

- Fundamental incompleto  Fundamental completo  
 Ensino médio incompleto  Ensino médio completo  
 Ensino superior incompleto  Pós graduação  Sem instrução

6 – Posição familiar

- Chefe de família  Filho(a)  Mãe solteira  Agregado  Outro

7 - Estado civil

- Solteiro(a)  Casado(a)  Viúvo(a)  Divorciado(a)  União estável

8 - Possui Bolsa Família

- Sim  Não

9 - Inscrito no Cadastro Único (CadÚnico)

- Sim  Não

10 - Renda familiar mensal

- Até R\$ 600,00  De R\$ 600,01 até R\$ 1.045,00  De 1.045,01 até R\$ 2.090,00  
 De R\$ 2.090,01 até R\$ 3.135,00  Acima de R\$ 3.135,00

11 - Quantidade de pessoas na residência \_\_\_\_\_

12 - Quantas pessoas da residência trabalham? \_\_\_\_\_

13 - Na residência houve ou há alguém diagnosticado com Covid-19? Caso a resposta seja sim, quantas pessoas? \_\_\_\_\_

14 - Resultado da solicitação do Auxílio Emergencial

- Aprovado  Negado

**Uma análise institucionalista de três intérpretes brasileiros  
sobre a influência portuguesa na formação do Brasil**

*An institutionalist analysis of three Brazilian interpreters  
on the Portuguese influence in the formation of Brazil*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.808>

**Denilson Alencastro<sup>1</sup>**  
**Tales Rabelo Freitas<sup>2</sup>**

**Resumo:** Neste estudo tem-se o intuito de analisar a influência portuguesa na formação do Brasil a partir da lente da teoria institucionalista *vebleniana*, mais especificamente, através da contribuição teórica desenvolvida pela tese de Freitas (2019). A partir dessa perspectiva teórica, se analisa os trabalhos de três intérpretes brasileiros, buscando elementos que corroboram para a ideia de que a experiência colonial gerou influências importantes para a afloração de motivações (instintos) predatórias, influenciando, por sua vez, a formação institucional do país e sua trajetória de desenvolvimento econômico, pautada na desigualdade e atraso tecnológico. A essência de cada intérprete deixa claro a sensação de que, no Brasil, as motivações econômicas da sociedade vão no sentido de privilegiar hábitos de predação, como a acumulação de riqueza, a restrição de oportunidades às classes subordinadas, o uso do aparato Estatal para privilégio da elite latifundiária e o uso ilimitado da propriedade como instrumento de poder.

**Palavras-chave:** Colonização. Patrimonialismo. Estado estamental. Institucionalismo. Instintos.

**Abstract:** In this study the aim is to analyze the Portuguese influence in the formation of Brazil from the lens of the institutionalist *veblenian* theory, more specifically, through the theoretical contribution developed by the thesis of Freitas (2019). From this theoretical perspective, the works of three Brazilian interpreters are analyzed, looking for elements that corroborate the idea that the colonial experience generated important influences for the outbreak of predatory motivations (instincts), influencing, in turn, the institutional formation of the country and its trajectory of economic development, based on inequality and technological backwardness. The essence of each interpreter makes clear the feeling that, in Brazil, the economic motivations of society go in the direction of privileging habits of predation, such as the accumulation of wealth, the restriction of opportunities to subordinate classes, the use of the State apparatus for privilege of the landowning elite and the unlimited use of property as an instrument of power.

**Keywords:** Colonization. Patrimonialism. State. Institutionalism. Instincts.

*Artigo recebido em 11/4/2021. Aceito em 1º/7/2021.*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
E-mail: [denilsonalencastro@gmail.com](mailto:denilsonalencastro@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1226-907X>

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFRGS.  
E-mail: [tales.rabelo@hotmail.com](mailto:tales.rabelo@hotmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7450-424X>

## Introdução

A partir da leitura de alguns dos principais intérpretes do Brasil, é possível compreender melhor em que cada um contribuiu para o entendimento de como o país foi formado a partir da origem lusitana e como os aspectos da nossa formação estão presentes na economia, na sociedade e na política.

É importante analisar como cada autoria focou em aspectos diferentes da trajetória de formação e desenvolvimento da economia brasileira. A influência portuguesa na formação do Brasil pode ser observada de diversas maneiras. Os autores escolhidos neste artigo buscaram explicar a formação do país pelos prismas da economia, psicologia, geografia, história social, dentre outros aspectos.

Desse modo, utilizando-se das principais obras dessas autorias, buscar-se-á discutir algumas de suas ideias, mostrando as convergências, as complementaridades e as divergências entre eles. Este artigo propõe, portanto, debater a influência da origem portuguesa na formação do Brasil a partir da análise dos principais intérpretes do país.

Esse debate será realizado à luz do referencial teórico de Veblen, o qual argumenta-se neste trabalho como adequado, pois apresenta elementos convergentes com todos os três intérpretes que serão evocados: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. No referencial teórico *vebleniano*, os elementos de destaque são as inclinações instintivas e as instituições, que, juntas, funcionam no sentido de restringir e retroalimentar o sentido de desenvolvimento e das desigualdades socioeconômicas, conforme trabalhado em Freitas (2019).

Para a realização desta análise, após esta introdução, é apresentada uma seção sobre a teoria institucionalista que servirá de base para o trabalho. Em seguida, na seção dois, são apresentadas as ideias de Caio Prado Júnior, enfatizando a lógica econômica da origem brasileira. Na seção três, apresenta-se as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, que menciona a influência do patriarcado rural. Na seção quatro, são postas as menções de Raymundo Faoro, explicando como os donos do poder dominavam o país desde o início da sua formação. Na seção cinco discutem-se as ideias dos autores citados à luz da abordagem *vebleniana* desenvolvida pela tese de Freitas (2019). Por fim, constam as considerações finais.

## 1 A teoria institucionalista de Veblen

Conforme o trabalho de Freitas (2019), o institucionalismo *vebleniano* entende que o processo de desenvolvimento econômico se desdobra a partir da dicotomia entre motivações pecuniárias (derivadas do instinto predatório) e comunitárias (associadas ao instinto para o trabalho eficaz). Além disso, o autor argumenta em sua tese que a dominância da motivação pecuniária, em detrimento do instinto para o trabalho eficaz, prejudica o desenvolvimento da sociedade e a eficiência produtiva.

Conforme Veblen (1898), a motivação pecuniária foi praticamente inexistente nos primórdios da civilização, pois a escassez material gerava experiências que afloram na mente humana o instinto para o trabalho eficaz, de modo que comportamentos predatórios eram vistos com repulsa pela comunidade. Com isso, as formas de emulação com base na inclinação para o trabalho eficaz induziram a um sistema produtivo mais comunitário, em que a identificação juntamente com a compulsão derivada das dificuldades iniciais de subsistência se estabeleciam como motivações essenciais para a ação econômica.

Essa realidade só veio a mudar a partir do momento em que emergiu, ao longo de vários séculos, um novo contexto econômico. Esse contexto se revelou a partir do surgimento de excedentes produtivos, derivados das inovações tecnológicas que, conseqüentemente, foram responsáveis pela reconfiguração das motivações dominantes e, por sua vez, do contexto institucional. A relação circular entre instituições e instintos<sup>3</sup> (motivação econômica) vai se retroalimentando, dando novas formas à interação social e, com isso, reforçando o padrão econômico predatório.

O objetivo dessa leitura é mostrar que há fatores que vão além dos simples mecanismos de mercado para a explicação da ação econômica e das trajetórias de desenvolvimento. Isso fica claro na análise dos intérpretes que aqui serão apresentados. Tanto Prado Jr., Buarque de Holanda e Faoro utilizam de fatores externos às categorias econômicas para explicar a dinâmica capitalista que emerge no Brasil.

Como assegura Freitas (2019), o padrão de desenvolvimento econômico é determinado por fatores sociais e políticos que definem os objetivos a serem perseguidos pelos agentes na atividade econômica. Estes fatores são as formas sociais de emulação e as fontes de poder que, juntas, atuam determinando a configuração institucional que, por sua vez, irá refletir no conjunto de restrições e incentivos para ditar o comportamento de toda a sociedade.

---

<sup>3</sup> Para um apanhado geral sobre a teoria dos instintos de Veblen, ver Freitas (2020).

Estes fatores não podem ser analisados como simples derivação dos imperativos dos negócios, mas sim por fatores atrelados à vida cotidiana de cada povo, como a cultura, os valores morais e os hábitos. O que se quer dizer é que as instituições resultam não apenas das necessidades de resolução de conflitos e interligam os indivíduos atomizados, como estabelecem as correntes teóricas da Nova Economia Institucional<sup>4</sup>, mas também, e principalmente, das experiências de vida de cada grupo e das motivações (inclinações instintivas) que dali emergem.

Diante dessa discussão, o trabalho de Freitas (2019) desenvolveu duas tipologias acerca de certas configurações institucionais que, por seu turno, direcionam as trajetórias de desenvolvimento das sociedades. O sentido dessas trajetórias é determinado pelo tipo de instinto dominante aflorado pelo contexto material e institucional que, por sua vez, condicionam a mudança institucional e sua retroalimentação. Tais instintos, que definem a motivação econômica, são definidos pelos padrões de emulação social e pelos modos de envolvimento dos indivíduos com as organizações e a economia.

Neste sentido, Freitas (2000) apresenta dois tipos de esquema que sistematizam os parâmetros das ações e motivações dominantes, de modo que, assim, se possa compreender e explicar o sentido da trajetória de desenvolvimento em cada sociedade e período do tempo.

O primeiro esquema é representado por uma sociedade em que a propriedade é o principal instrumento de poder. Esta é apoiada pelas instituições da propriedade absenteísta e pelo ócio e consumo conspícuos, cuja base é o instinto predatório. Como resultado, tem-se um sistema de motivação que incentiva o trabalho e a associação às organizações a partir do ganho pecuniário e/ou pela motivação da compulsão. Neste caso, as formas de emulação social são direcionadas pelos imperativos do capital, de modo que a cultura e demais instituições são dominadas pelos objetivos e mecanismos do sistema de mercado.

Já o segundo esquema é exposto como fruto da dominância do instinto para o artesanato. Aqui, o poder é realizado pelo instrumento da personalidade e da organização, e os indivíduos são persuadidos pela motivação da identificação. Os hábitos de emulação social são configurados para perseguirem a capacidade técnica e ações imbuídas de propósito de serventia. No nível macro, ocorre de as instituições de propósito comunitário dominarem os rumos da atividade econômica.

Como será evidenciado nas próximas seções pela citação das obras dos intérpretes do Brasil, e discutido no final deste trabalho, o tipo de trajetória de desenvolvimento que predominou nacionalmente foi do tipo orientado pelas motivações predatórias, com resultados institucionais perversos para o avanço socioeconômico.

---

<sup>4</sup> A Nova Economia Institucional (NEI), liderada por Douglass North (1990) e Oliver Williamson (2000), defendem a ideia da existência de instituições “ótimas” que levariam os países emergentes em direção ao desenvolvimento. Estas instituições são conhecidas como regras do jogo, e, ao contrário da perspectiva de Veblen, são desconexas das motivações presentes na mente dos agentes.

## 2 Caio Prado Júnior

O primeiro autor destacado para a análise das influências da colonização portuguesa para a formação do Brasil é Caio Prado Júnior (doravante Prado Jr.). Este intérprete, que tem como referencial os escritos de Marx e Hegel, coloca como ponto de partida da colonização do Brasil a expansão marítima dos países da Europa após o século XV. O argumento para o início das navegações é baseado na motivação advinda do crescimento das empresas comerciais.

Na obra *História Econômica do Brasil*, Prado Jr. (2004) explica que os portugueses estavam melhor situados geograficamente em relação aos holandeses, ingleses, franceses e outros. Ademais, os portugueses estavam lutando contra a invasão árabe e buscavam novos mercados, ou seja, não havia qualquer intenção inicial de povoar um novo lugar. Até porque Portugal não tinha excedente populacional para tal e a ausência de metais preciosos, ao menos inicialmente, também contribuía para esse desinteresse.

O autor, dessa forma, resume o início do processo de colonização dizendo que os “descobrimientos” são um capítulo da história do comércio europeu. Ou seja, refere-se à expansão da empresa comercial e não um interesse em povoar novas terras.

No livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, no capítulo intitulado “*Sentido da Colonização*”, Prado Jr. (1999, p. 18) menciona que a formação do país foi explicada tanto por elementos sociais quanto econômicos. Tal “sentido”, segundo o intérprete, seria percebido “não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”. Assim, para ele, a colonização portuguesa na América:

(...) não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento (PRADO JR., 1999, p. 20).

Dessa maneira, Prado Jr. (1999) argumenta que a colonização brasileira foi reflexo de um contexto que se refere à evolução capitalista europeia, a partir do desenvolvimento do comércio internacional. Isso se desdobra na interpretação de que, na essência da nossa formação, nos constituímos para fornecer *commodities*. Isso significa afirmar que a economia brasileira se forma voltada para o exterior, dependente de um processo maior, que é a expansão capitalista na Europa.

Nessa mesma linha de raciocínio, o autor contrapôs os críticos que afirmavam que o Brasil não se constituiu como uma nação capitalista, pois nunca passou por um período de feudalismo, cuja superação era necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Prado Jr. (1999) não concordava com essa perspectiva, uma vez que afirmava que o Brasil foi capitalista desde sua origem, mesmo sem ter feudalismo no país. Ou seja, o intérprete menciona que o Brasil para se caracterizar como uma economia capitalista não precisava passar pela etapa feudal.

Isso porque a formação brasileira na égide capitalista se baseava no fato de que a sua formação era uma extensão da empreitada comercial portuguesa. Para Prado Jr. (1999), o Brasil, na verdade, se constituiu apenas como uma área geográfica voltada para realizar comércio com o exterior. É, portanto, com tal objetivo, voltado para fora e não para dentro, que o país se desenvolveu e tomou forma ao longo do período colonial, cujas influências perduram até os dias atuais.

Ainda no sentido da colonização, Prado Jr. (1999) explica que a produção de mercadorias na agricultura se dava na grande propriedade monocultora, trabalhada por escravos (*plantation*). Tal tipo de organização agrária correspondia à exploração em larga escala, contrariamente à pequena do tipo povoamento, que era o modelo prevalecente pela colonização inglesa nos Estados Unidos. Desse modo, Prado Jr. (1999) afirma que a colonização portuguesa foi realizada por circunstâncias criadas pelo conjunto de condições internas e externas da organização econômica da colônia.

Prado Jr. (1999) menciona ainda que a exploração agrária (o engenho/a fazenda) é consequência natural do conjunto de condições que se revelava à época. Resumidamente, o autor aponta três características que determinavam a estrutura agrária: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estas três características se combinavam e se complementavam, sendo também verificadas nas demais colônias concorrentes do Brasil. A partir da ótica da totalidade de Hegel, o autor interpreta que foram essas as características que se combinaram para formar a estrutura socioeconômica da sociedade brasileira:

a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social (PRADO JR., 1999, p. 103).

Nesse sentido, Prado Jr. (1999) afirma que a exploração se deve de maneira integral pela empresa rural em uma mesma unidade produtora de grande número de pessoas, contrariamente ao que se dava na Europa. Assim, a grande exploração da empresa agrícola seria, no mesmo sentido da colonização europeia, algo total.



Além do mais, cabe destacar na avaliação de Prado Júnior, e que também será importante na avaliação dos outros autores, que a origem portuguesa propiciou os latifúndios monocultores, gerando o patriarcal rural, com alto poder e concentrador de renda. Essa exploração de recursos naturais por uma grande empresa comercial, com uso de mão de obra escrava, gerava a produção de bens agrícolas de alto valor no comércio do velho mundo. Como resultado, temos a origem de uma economia pautada na desigualdade de renda, de condições desiguais de empreendimento e de oportunidades, ou seja, uma sociedade dominada por poucos.

É com base nesse retrospecto que o autor teve como uma de suas principais bandeiras políticas a reforma agrária como meio principal de melhorar as condições de vida no Brasil. A reforma agrária que, além de quebrar o monopólio da classe latifundiária, permitiria gerar oportunidades para outros segmentos da população.

Em síntese, Prado Jr. menciona que haviam duas características fundamentais na economia colonial brasileira. De um lado, a organização, cujo modo de produção e exploração do trabalho resultaram em uma estrutura de alta concentração de riqueza e renda. De outro, a sua orientação, que era ser voltada para o exterior e fornecedora simples de *commodities* para o comércio internacional.

### 3 Sérgio Buarque de Holanda

O segundo intérprete trazido à baila neste trabalho é Sérgio Buarque de Holanda. No livro *Raízes do Brasil* (2004), o autor avalia o processo histórico brasileiro a partir da herança portuguesa. A análise do autor está mais focada nos aspectos políticos e sociais do que econômicos, ao contrário do que foi apresentado por Caio Prado Jr.

Buarque de Holanda tem como referencial teórico Max Weber, utilizando a metodologia dos tipos ideais e a dialética de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Desse modo, o autor, para explicar a origem do país, ou nas palavras dele, as raízes do Brasil, valeu-se da explicação da colonização portuguesa no país, do patriarcado rural, do patrimonialismo, do homem “cordial”, entre outras ideias.

De acordo com o autor, a colonização não foi pensada e planejada, pois foi realizada por “aventureiros” e não “trabalhadores”. Os “aventureiros” têm a característica de preferirem acomodarem-se no provisório e realizar descobertas do que se estabelecer e consolidar uma estrutura mais planejada. Já os “trabalhadores” são marcados pelo trabalho/esforço produtivo e pela busca de segurança. A colonização se deu pelo primeiro tipo. Embora o tipo aventureiro seja tratado de maneira pejorativa pelo autor, Buarque de Holanda menciona que esse tipo de colonizador mostrou uma adaptabilidade excepcional, mesmo funcionando com desleixo e sob certo abandono.

Quanto ao patriarcado rural, Buarque de Holanda observou a ideia de rural e urbano, criticando o poder. A hegemonia do patriarcado rural teria prejudicado o desenvolvimento da burguesia urbana, dado que se pode atribuir a isso a forma das instituições no Brasil, em que poucos têm privilégio social em detrimento dos demais. Assim, ele diz:

no Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que resulta do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (HOLANDA, 2004, p. 145).

Em relação ao patrimonialismo, Buarque de Holanda (2004) coloca a dificuldade dos líderes políticos de distinguirem o público do privado. Sobre esse problema, dos detentores das posições públicas de responsabilidades não separarem o público do privado, o autor diz:

assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão pública política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 2004, p. 146).

Já a ideia de patriarcado rural, em razão do sistema abrangente de poder, e do patrimonialismo, é colocado a partir do conceito do “homem cordial”. Esta mentalidade que, segundo Buarque de Holanda (2004, p. 146), foi muito presente no modo de fazer política da elite brasileira, é definida pelo intérprete da seguinte forma:

(...) a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões do convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.

Ainda sobre o “homem cordial”, tem-se que o autor não buscou destacar nem a inocência, nem a generosidade. Segundo Buarque de Holanda (2004), o “homem cordial” corresponde ao mesmo tempo a um tipo ideal sociopsicológico e a um padrão de sociabilidade. Assim, o intérprete contrapõe o conceito normal de “cordialidade”, que seria, no dicionário formal, a qualidade de ser cordial, ou seja, de expressar afeto e amizade. Indo mais além na análise, ele interpreta que a “cordialidade”

seria, na verdade, uma tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais. Assim, não seria necessário seguir leis ou argumentações universais. As relações, então, seriam a base do que conhecemos hoje de “jeitinho brasileiro”, o que traz incerteza jurídica. Nessa mesma linha de raciocínio, Buarque de Holanda (2004, p. 146) diz:

no Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.

O intérprete menciona que as vontades particulares estão enraizadas na nossa nação e que isso é muito característico, podendo ser visto até os dias atuais no Brasil. Dessa forma, Buarque de Holanda (2004, p. 146) coloca que:

o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente da concorrência. Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil, como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo.

Em síntese, Sérgio Buarque de Holanda mostra que, a partir da análise de uma estrutura social, rural e patriarcal e de uma cultura ibérica, se pode interpretar o Brasil com base nas formas que se seguiram ao colonialismo português. Esse conjunto de características do colonizador aventureiro, e das estruturas sociais que deram forma ao “homem cordial”, empregaram dificuldades para o país ao longo do tempo, cujas marcas principais, na visão do autor, é a dominância da emoção, em detrimento da racionalidade e do patrimonialismo no que tange à burocracia. Tudo isso permitiu a dominância e estabilidade de grupos privilegiados, com consequências deletérias na distribuição da renda, da riqueza e das oportunidades para o povo brasileiro.

#### **4 Raymundo Faoro**

O terceiro intérprete a ser analisado neste trabalho, cujo objetivo é o de explicar a origem e a formação do Brasil a partir do passado lusitano, é Raymundo Faoro. Sua principal obra é *Os Donos do Poder* (2001), na qual interpreta o Brasil analisando suas origens, focando, sobretudo, na evolução do Estado brasileiro.

Assim como Prado Jr., autor marxista, Faoro percebe que a colonização brasileira foi uma parte de um todo, que abrange a empreitada mercantil do capitalismo português. Entretanto, Faoro diverge de Prado Jr. no que diz respeito ao modo como foi a formação do Brasil a partir da colonização portuguesa.

Enquanto Prado Jr. entende a colonização pela formação do capitalismo como um sistema global de produção de mercadorias, Faoro interpreta o mesmo com base no chamado “capitalismo político” ou “capitalismo politicamente orientado”. Faoro via a ideia de que a estrutura social e a política brasileira evoluíram a partir de um padrão de domínio que foi viabilizado pela articulação entre o estamento patrimonial burocrático e a estrutura de classes.

Desse modo, Faoro também difere de Buarque de Holanda ao afirmar sobre a existência de uma estrutura de poder na forma de um estamento burocrático relacionado com o patrimonialismo que, por formar um grupo dominante regido por interesses próprios, busca se perpetuar no poder. Para isso, esse grupo faz uso de regras bem estabelecidas, utilizando aparato burocrático do Estado estamental. Uma classe, um grupo que ainda está acima dos outros, vem comandando a nação brasileira há bastante tempo. Para Buarque de Holanda, a política é tratada mais de modo pessoal, sem formalismo, calcada na construção social, com base na família como instituição.

Então, o chamado estamento relatado por Faoro, ou estrutura de poder, relacionado com o patrimonialismo, entendido como forma de exercício de dominação por uma pessoa ou grupo, explica o capitalismo político que vem a se formar no Brasil, cuja origem vem de influências das instituições portuguesas.

O resultado geral da incursão portuguesa nessa região foi o Estado patrimonialista, cuja marca é a condução da política a partir dos interesses próprios, particulares, em detrimento do interesse público. É o uso do Estado para a perpetuação do poder de um grupo privado, voltado para atender suas necessidades e interesses, enquanto mantém a coletividade em situação de subordinação.

É nesse cenário político, com uma estrutura de poder vigente, que o capitalismo brasileiro veio a se adaptar e se desenvolver. Isto é, as práticas sociais, comerciais, industriais e financeiras, que explicam a racionalidade do sistema, acaba por se moldar ao Estado brasileiro, baseado no patrimonialismo, dentro do estamento burocrático. Esse capitalismo brasileiro que vem a se formar numa estrutura política patrimonialista é explicada por Faoro (2001, p. 879-880) na seguinte passagem:

a dinâmica do mercado aberto, congenial ao liberalismo, se altera em direção ao mercado administrativo, com demandas políticas seletivas, de caráter militar e político. A emergência de tais ritmos ou veleidades tecnocráticas opera, no campo internacional, para enfraquecer a força de atração do ímã do capitalismo liberal, acelerando a convicção dos caminhos próprios de desenvolvimento, excêntricos ao modelo clássico, que reduz os tipos universais divergentes a estágios de um padrão único. O estamento burocrático desenvolve padrões típicos de conduta ante a mudança interna e no ajustamento à ordem internacional. Gravitando em órbita própria não atrai, para fundir-se, o elemento de baixo, vindo de todas as classes. Em lugar de integrar, comanda; não conduz, mas governa. Incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente as reservas para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional.

Dessa forma, diferentemente de outras nações, onde ocorre a transição do capitalismo político para o industrial, em que o indivíduo passa de súdito a cidadão, e o Estado de senhor para servidor, cujo objetivo é a guarda da autonomia do homem livre, no Brasil os acontecimentos vão em outro sentido. Isso em razão de que a população serve o Estado estamental patrimonial, e não o contrário. Para Faoro (2001, p. 878), “a elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático”.

Por outro lado, Faoro vai ao encontro de Buarque de Holanda quando analisa a forma de fazer política da elite brasileira. Aqui podemos entender que os conceitos de Estado patrimonialista e “homem cordial” são mais convergentes do que divergentes. Ambos dão a entender a existência de um aparato institucional construído para manter no poder os grupos dominantes. A diferença é que Faoro dá maior relevância ao fator burocrático, cujo qual é construído para estabelecer regras favoráveis aos atores dominantes, enquanto que Buarque de Holanda negligencia as instituições formais e privilegia as informais, como os conchavos políticos que visam o fortalecimento das classes já poderosas.

## **5 Discussão: as motivações predatórias do desenvolvimento brasileiro**

Como visto via os intérpretes citados, a influência portuguesa na formação do Brasil e seus consequentes desdobramentos nos apresentam argumentos para destacar que a motivação predatória foi dominante no período colonial, o que orientou os desenvolvimentos institucionais subsequentes, no período da independência política no século XIX e do desenvolvimento industrial no século XX.

Em termos *veblenianos*, a propriedade absenteísta se institui como principal forma de organização da vida social e econômica da colônia. Como já discutido, esta instituição tem como base a afloração do instinto predatório e estabelece o hábito de possuir bens e fatores de produção que não são diretamente trabalhados pelos proprietários, cuja finalidade é puramente o ganho pecuniário

(CAVALIERI, 2009). A propriedade absenteísta, como instituição orientadora da vida na colônia portuguesa na América do Sul, tem dois determinantes principais: i) a alta concentração da propriedade; ii) a falta de identificação com o novo território como motivação para a empreitada que se viera a se realizar.

A elevada concentração da propriedade se deve pelo sistema administrativo adotado pela Coroa portuguesa na tarefa de colonização. O sistema foi o das capitâneas hereditárias, no qual a Coroa delegava a tarefa de colonização e exploração de vastas áreas a particulares a partir da doação de lotes de terra com posse hereditária. Assim, a metrópole dividiu o Brasil em catorze capitâneas. Como se desconhecia o interior do território, a saída foi estabelecer faixas litorâneas paralelas desde a costa e seguindo região a dentro. Todos os beneficiados faziam parte da pequena nobreza lusitana, sendo sete deles membros destacados nas campanhas na África e na Índia e quatro altos funcionários da corte. O sistema previa ainda que o donatário tivesse o poder supremo e de jurisdição sobre sua capitânia, tendo o direito de desenvolver a terra e escravizar indígenas de acordo com sua própria vontade (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Já a falta de predisposição inicial daqueles que viessem a explorar o Novo Mundo implicou em uma empreitada que apenas poderia ser posta em prática pelas vias da motivação pecuniária, estando praticamente inexistente a identificação. De fato, a grande diferença entre as condições naturais verificadas na área tropical da América e na Europa em geral repelem aqueles que poderiam atuar como potenciais povoadores. Desta forma, a colonização somente se faria desejável no caso de haver a possibilidade de um retorno lucrativo para os empreendimentos, remunerando os esforços odiosos de se estabelecer em uma região desconhecida e de ampla diversidade.

Outra evidência para a fragilidade da motivação para a identificação no processo de colonização é que aqueles que aceitaram a mudança para a região de modo espontâneo somente o fizeram com a pré-condição de que pudessem atuar como dirigentes, havendo, neste caso, outros para trabalharem para eles. Assim, a mão de obra base foi a escravidão, a qual é chamada para atuar pela motivação da compulsão. É certo que a escassez de mão de obra em Portugal e Espanha não permitiram maior uso de trabalhadores brancos nas colônias. Entretanto, em condições distintas, como as colonizações lideradas pela Inglaterra, a qual, por sua vez, se verificava abundância no número de mão de obra disponível, houve forte presença de escravos nas regiões fora das zonas temperadas. Assim como nas colônias da América do Sul, estas tiveram a forte presença da instituição da propriedade absenteísta e do uso da compulsão como motivação para o trabalho.

Ambos os fatores determinantes da instituição da propriedade absenteísta<sup>5</sup>, ou seja, a elevada concentração de propriedade e a fragilidade da motivação pela identificação, são concebidos como causa da mentalidade predatória portuguesa no trato com a nova região. Também são condicionadores dos hábitos de vida constituídos pelas experiências enfrentadas por aqueles que vieram para a colônia.

Em outras palavras, a inclinação predatória que dominou a mente dos agentes pioneiros no processo de formação do Brasil foi determinante para a configuração inicial das instituições que viriam regular a atividade econômica e os demais níveis da vida social. Por sua vez, estas instituições atuavam reforçando as propensões instintivas que lhes deram sentido, orientando os hábitos de emulação social e o sistema de motivação para atuarem em linha com os imperativos da inclinação predatória. Este processo gerou a perpetuação de hábitos e instintos que condicionaram as ações e pensamentos das gerações seguintes.

Inclusive, tem-se que as colônias tropicais conservarão o seu caráter mercantil nos anos que se sucederão a sua independência. Para Prado Jr (1999, p. 12) “não sofremos nenhuma descontinuidade no decorrer da história da colônia”, e que o período pós independência “não é senão um elo da mesma cadeia que nos traz desde o nosso mais remoto passado”. A presença da instituição da propriedade absenteísta, como norteadora do processo de formação da nação, fez com que tudo se dispusesse para atender aos objetivos comerciais da colonização. “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (PRADO Jr., p. 27).

Em suma, foi este caráter mercantil que definiu o sentido da evolução colonial brasileira e que, pelos mecanismos de transmissão hereditária de hábitos institucionalizados, presentes na dinâmica social, fez prevalecer ainda no século XX uma configuração institucional com base na inclinação predatória.

Passando para a análise das contribuições de Buarque de Holanda, pode-se afirmar que as condutas promovidas pelo instinto para o artesanato e predatório são diretamente correspondentes ao homem trabalhador e aventureiro na obra do intérprete brasileiro. Entretanto, deve-se atentar para algumas diferenças em sua aplicação para explicar as sociedades e suas trajetórias de desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> Em “*Absentee Ownership and the Business Enterprise in Recent Times*”, Veblen (1923) classifica a propriedade absenteísta como a prática de possuir bens e fatores de produção para fins puramente pecuniários, agindo, na maioria das vezes, em detrimento da razão produtiva. Aqui o autor associa a instituição da propriedade absenteísta como peça central da teia institucional dos Estados Unidos (CAVALIERI, 2009).

Buarque de Holanda associa o tipo humano dominante no Brasil como sendo aquele que apresenta um modo de comportamento mais emotivo, caracterizado como “homem cordial”, em detrimento do uso de uma maior carga de racionalidade nas tomadas de decisões e na composição dos órgãos administrativos. Para o autor, esta emotividade é um traço definido do caráter brasileiro e que advém dos padrões de convívio “informados no meio rural e patriarcal” (HOLANDA, 2004, p. 257). Com isto, tem-se como resultado a negação da impessoalidade em todas as esferas da interação social e econômica. Nas palavras do intérprete, “é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (*ibid.*). Por sua vez, a ausência do caráter da impessoalidade implica na escolha dos homens que irão atuar nas funções públicas, de modo que esta ocorrerá de acordo com a confiança pessoal dos detentores do poder e “muito menos de acordo com as capacidades próprias” (*ibid.*).

Diante disso, Buarque de Holanda assume a hipótese de que o Brasil é uma “sociedade pré-moderna e dominada pela emotividade e pessoalidade” (SOUZA, 2015, p. 32). A distinção em relação a Veblen é que a categoria dos instintos – que em Buarque de Holanda aparece como tipos (trabalhador e aventureiro) – carrega consigo conjuntos indefinidos de sentimentos, de modo que a racionalidade não é passível de atuar sem a “contaminação” das emoções, pois são estas que fornecem a finalidade para o que deve ser deliberado (VEBLEN, 1914). Em linha com a abordagem desta tese, não é razoável qualificar a cordialidade como responsável principal pela ineficiência e atraso da sociedade brasileira, pois é um hábito de conduta passível de compatibilidade tanto com os tipos humanos aventureiros quanto trabalhadores.

A cordialidade como forma de emulação social, cujo intuito é a conquista de estima pelo grupo, pode ter como base o instinto predatório quando associada a ações de ostentação de riqueza e poder. Em “*A Teoria da Classe Ociosa*”, no qual Veblen (1987 [1899]) analisa os hábitos sociais da elite norte-americana, são citadas situações em que um meio de provar proezas, além da ostentação de posses, é estender os hábitos de ócio para aqueles indivíduos que vivem próximos aos donos do poder. É o caso das esposas, filhos, alguns escravos e demais amigos da família. Já em “*The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor*” (1898), a cordialidade é mencionada como hábito associado ao instinto para o artesanato, pois é referente ao senso de solidariedade, serventia e coletivismo. Neste caso, a honorabilidade e demonstração de capacidade estão atrelados diretamente à eficiência, produtividade e utilidade.



Outro equívoco de Buarque de Holanda, à luz da abordagem *vebleniana*, é a sua análise reducionista das instituições brasileiras. Para o intérprete brasileiro, a cultura e instituições que tomam a sociedade dos trópicos são resultado direto da importação do meio de vida português e mal adaptado em um novo ambiente. De acordo com ele, esta transposição foi tão rígida que “nem o contato e a mistura de raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo”, afirmando ainda que “de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (HOLANDA, 2004, p. 47).

Esse processo de transposição institucional é estranho para a corrente institucionalista já que argumenta-se que as instituições são derivadas de um processo que envolve afloração de instintos, habituação e deliberação sobre seus resultados. Desta forma, mesmo diante da transferência direta de instituições e hábitos de Portugal para a colônia nas Américas, não se pode afirmar que estas permaneceram imutáveis e nem que atuaram perseguindo os mesmos objetivos. Além disso, o processo prevê o surgimento de novos hábitos e instituições, uma vez que as condições de interação são distintas do ambiente de origem.

As instituições sociais e econômicas que dirigiram a vida colonial brasileira, como a propriedade absenteísta e o clã patriarcal, não podem ser interpretadas como redutíveis às que predominaram na Metrópole. As instituições que aqui se desenvolveram, como o sistema de motivação pautado na compulsão do trabalho escravo e no desejo desenfreado de ganho pecuniário por parte dos colonos, são frutos das inclinações instintivas afloradas pelas experiências iniciais na região, cuja falta de identificação com as condições ambientais e com os nativos aqui pré-estabelecidos inibiam a formação de hábitos mentais com base no instinto para o trabalho eficaz.

Para Prado Jr. (1999, p. 387) o clã patriarcal da forma como é vista no Brasil “é algo de específico da nossa organização”. Mesmo que esta instituição tenha sido verificada na Metrópole, o que determinou o seu desenvolvimento na região, como também a sua abrangência na determinação da dinâmica social, foram o ambiente e o regime econômico instaurados desde os primeiros momentos do processo de colonização.

É inclusive neste ponto que Faoro avança ao mostrar como o estamento burocrático, ou seja, as instituições formais do Estado Brasileiro, surge a partir dos interesses predatórios da elite local e, conseqüentemente, atua reforçando os instrumentos de poder utilizados para restringir os anseios do restante da sociedade. Neste caso, o autor entendia que esse estamento burocrático surgiu no seio do padrão de domínio que se instaurou no período colonial, e não derivado apenas de uma transposição institucional da burocracia portuguesa.

Diante do exposto, pode-se confirmar que a tese desenvolvida por Freitas (2019) confirma a pertinência da linha de pesquisa do institucionalismo *vebleniano* para a compreensão da formação do Brasil e sua trajetória de desenvolvimento socioeconômico subsequente. Por fim, esse trabalho reforça a importância de considerar os fatores políticos e culturais no entendimento da dinâmica econômica brasileira que, pela inferência aqui realizada, e comparando com os últimos desdobramentos, ainda segue a orientação das motivações predatórias, com resultados perversos no que se refere à dinâmica econômica.

### **Considerações finais**

Este trabalho teve o intuito de analisar a influência portuguesa na formação do Brasil a partir da lente da teoria institucionalista *vebleniana*, mais especificamente, através da contribuição teórica desenvolvida pela tese de Freitas (2019). A partir dessa perspectiva teórica, se analisou o trabalho de três intérpretes brasileiros, buscando elementos que corroboram para a ideia de que a experiência colonial gerou influências importantes para a afloração de motivações (instintos) predatórias, influenciando, por sua vez, a formação institucional do país e sua trajetória de desenvolvimento econômico, pautada na desigualdade e atraso tecnológico.

Embora possa haver algumas divergências entre os autores citados, a essência de cada intérprete deixa claro a sensação de que, no Brasil, as motivações econômicas da sociedade vão no sentido de privilegiar hábitos de predação, como a acumulação de riqueza, a restrição de oportunidades às classes subordinadas, o uso do aparato Estatal para privilégio da elite latifundiária e o uso ilimitado da propriedade como instrumento de poder.

Esses elementos ficam claros nos escritos de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. A começar pelo primeiro, temos que Prado Jr. enfatizou a lógica econômica da origem do Brasil. Assim, mostrou-se que havia um sentido econômico maior para que a colonização portuguesa ocorresse, que era a expansão do capitalismo europeu.

Já na seção sobre Buarque de Holanda vimos que suas interpretações mostraram as raízes do Brasil a partir da análise de uma estrutura social, rural e patriarcal e de uma cultura ibérica, geradas pelo colonialismo português. As dificuldades impostas por essa forma, segundo o autor, se referem à predominância da emoção, em detrimento da racionalidade, e do “patrimonialismo” sobre a “burocracia”. Tudo isso teve como resultado o surgimento de “grupos privilegiados”, que se perpetuaram no Brasil com base nesse contexto.

Por fim, se analisou as contribuições de Faoro. Este explicou como os donos do poder dominaram o país desde o início da sua formação. O intérprete mencionou que as instituições, o Estado estamental, a elite política do patrimonialismo foram, e ainda são, o estrato social com efetivo comando político, numa ordem com rígido regramento jurídico, seguindo as normas preestabelecidas, criada, dessa maneira, pela influência portuguesa no Brasil.

Diante do que foi apresentado, pode-se inferir que cada um dos intérpretes abordados neste trabalho teve influências importantes para entender os efeitos do passado lusitano do Brasil e o reflexo dessa colonização portuguesa até a atualidade. Enquanto isso, a teoria institucionalista *vebleniana* empregada serviu para organizar elementos desenvolvidos a partir de perspectivas teóricas de autores independentes, que, juntos, podem formar um conjunto de ideias coesas e convergentes quando se foca nos elementos das motivações (categoria dos instintos) dos atores econômicos, que lideram a formação das instituições formais e informais responsáveis por orientar o sentido do desenvolvimento brasileiro.

## Referências

- CAVALIERI, M. A. **O surgimento do institucionalismo norte-americano: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen.** Tese de doutorado. 459f. Programa de Pós-graduação em Economia (CEDEPLAR/UFMG), Belo Horizonte, 2009.
- FAORO, R. [1958]. **Os donos do Poder; Formação do Patronato Político Brasileiro.** 3 ed. v. 2. Porto Alegre: Globo, 2001.
- FREITAS, T. R. Veblen e a Psicologia dos Instintos. **Economia Ensaios**, v. 35, n. 1, p. 23-47, 2020.
- FREITAS, T. R. **O resgate da Teoria dos Instintos de Veblen e suas implicações para o debate institucionalista do desenvolvimento.** Tese de doutorado. 205f. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGE/UFRGS,) Porto Alegre, 2019.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. [1936]. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NORTH, D. C. ***Institutions, Institutional Change and Economic Performance.*** Cambridge: Cambridge University Press, UK, 1990.
- PRADO JR., C. [1942] **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRADO JR., C. [1945]. **História Econômica do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- VEBLEN, T. *The instinct of workmanship and the irksomeness of labor.* **American Journal of Sociology**, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Abril Cultural, 1987.

VEBLEN, T. *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts.* New York: BW Huebsch Inc., 1914.

VEBLEN, T. *Absentee Ownership: Business Enterprise in Recent Times - The Case of America.* London: George Allen & Unwin, 1923.

WILLIAMSON, O. *The new institutional economics: taking stock, looking ahead.* **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000.

**Avaliação de desempenho na função pública:  
percepção dos funcionários do Distrito de Nacarôa**

*The performance evaluation in the public service:  
perception of the employees of the District of Nacarôa*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.767>

Agostinho Armando<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo objectiva-se a analisar as percepções dos funcionários do Distrito de Nacarôa, na província de Nampula (Moçambique), em relação à avaliação de desempenho na função pública. Esta é usada para medir o nível de comprometimento tanto dos funcionários quanto da instituição em função dos planos, objectivos e das metas traçadas. Quanto à abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa, quanto aos procedimentos técnicos é do tipo exploratório e quanto à natureza é aplicada. O estudo advoga que a avaliação de desempenho na função pública não pode ser vista apenas como medida punitiva, mas também como aquela que busca maior entendimento entre o avaliador e o avaliado. Os resultados visam à melhoria do desempenho individual e grupal, a contribuição para a motivação dos gestores das instituições a todos os níveis e dos funcionários, a melhoria da comunicação, a influência aos funcionários para o desenvolvimento de suas habilidades, a estratégia de retenção dos activos na função pública, dentre outros. O estudo conclui ainda que a avaliação de desempenho é uma ferramenta indispensável para ao aperfeiçoamento das actividades dos funcionários, melhorando desta forma o contexto do trabalho e proporcionando melhores resultados com eficiência e eficácia.

**Palavras-Chave:** Avaliação de desempenho. Função pública. Percepção. Objectividade. Habilidades.

**Abstract:** This article aims to analyze the perceptions of officials from the District of Nacarôa, in the province of Nampula (Mozambique), in relation to performance evaluation in the civil service. This is used to measure the level of commitment of both employees and the institution in terms of the plans, objectives and goals set. As for the approach it is a qualitative research, as for the technical procedures it is of the exploratory type and as for the nature it is applied. The study argues that performance evaluation in the public service cannot be seen only as a punitive measure, but also as one that seeks greater understanding between the evaluator and the evaluated. The results aimed at improving individual and group performance, the contribution for the motivation of the managers of the institutions at all levels and of the employees, the improvement of communication, the influence on the employees for the development of their skills, the strategy of retaining the assets in the civil service and others. The study also concludes that performance evaluation is an indispensable tool for the improvement of employees' activities, thus improving the work context and providing better results with efficiency and effectiveness.

**Keywords:** Performance evaluation. Public function. Perception. Objectivity. Skills.

*Artigo recebido em 25/2/2021. Aceito em 17/8/2021.*

---

<sup>1</sup> Mestrando em Formação, Trabalho e Recursos Humanos na Academia Militar “Marechal Samora Machel” (Nampula – Moçambique). Docente no Instituto de Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique (IED-UCM) e Gestor de Recursos Humanos na Secretaria Distrital de Nacarôa.

E-mail: [edrisioqueima29@gmail.com](mailto:edrisioqueima29@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5048-2023>

## Introdução

As instituições públicas se preocupam com a maximização do seu desempenho para o alcance dos seus objectivos e metas. A avaliação de desempenho deve buscar o entendimento entre o avaliador e o avaliado, resultados voltados à melhoria do desempenho individual e grupal, a contribuição para a motivação dos gestores e funcionários, a melhoria da comunicação, a influência sobre os funcionários para o desenvolvimento de suas habilidades e a estratégia de retenção dos activos na função pública. Assim, constitui objectivo deste artigo analisar a percepção dos funcionários do Distrito de Nacarôa, na província de Nampula, Moçambique, em relação à avaliação de desempenho na função pública.

A procura acelerada de uma formação académica e aquisição de certificado que lhe possa facilitar a mudança de carreira, por um lado, e o exercício, em comissão de serviço, de qualquer chefia na função pública, por outro, a promoção, a progressão na carreira estão condicionados à avaliação de desempenho não inferior a “Bom”<sup>2</sup> nos últimos dois ou cinco anos, conforme o caso.

Quando a avaliação de desempenho produz efeitos imediatos que se reflectem de maneira positiva na vida profissional do avaliado, torna-se um factor de motivação, segundo a necessidade de cada funcionário. Existem funcionários que se sentem motivados pelo reconhecimento do seu trabalho, alguns procuram o desenvolvimento profissional e outros procuram apenas melhor remuneração. Portanto, se a avaliação de desempenho for bem-feita, ela contribuirá decisivamente para que os funcionários se sintam, de alguma forma, recompensados e motivados, o que poderá reflectir nos êxitos da própria instituição.

Levieque (2013) diz que as empresas esperam resultados das pessoas que nelas trabalham. As pessoas devem ser produtivas, o trabalho deve ser executado com qualidade, sem desperdício e os objectivos devem ser atingidos. Além disso, as mesmas devem proporcionar inovações nos processos, usando todo o seu potencial para tornar a empresa cada vez melhor. Neste âmbito, surge a avaliação de desempenho como o processo que consiste na definição dos resultados esperados com base no planeamento estratégico da empresa, no acompanhamento do progresso dos trabalhos, na resolução contínua dos problemas ocorridos na verificação final dos resultados conquistados para a elaboração de boas propostas futuras.

---

<sup>2</sup> Nos termos das alíneas b), do nº 2 do Art. 8º; nº 3 do Art.9º e c), do nº 2 do Art. 10º, ambos do Decreto nº 30/2018, de 22 de Maio (Regulamento de Sistema de Carreiras e Remuneração na Administração Pública moçambicana), conjugado com o Qualificadores Profissionais de Carreiras, Categorias e Funções de Direcção, Chefia e Confiança em vigor no aparelho do Estado (2010).

## **1. Metodologia de pesquisa**

Este estudo, quanto aos procedimentos técnicos é exploratório, de natureza aplicada e de abordagem é qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado facto, corroborando o objectivo geral pretendido.

Neste estudo foram considerados como sujeitos de investigação funcionários que trabalham em quatro Serviços Distritais, nomeadamente (i) Educação, Juventude e Tecnologia; (ii) Actividades Económicas; (iii) Planeamento de Infraestrutura; e (iv) Saúde, Mulher e Acção Social, bem como o sector da Secretaria Distrital. O estudo envolveu um total de 50 participantes, sendo 10 de cada instituição.

A escolha foi feita com base na idade e sexo de cada funcionário, o tempo de permanência na instituição, a experiência e o exercício da função de chefia do avaliador. Os mesmos foram categorizados em 5 grupos: A, B, C, D e E. Contudo, os nomes, os dados e informações fornecidos pelos funcionários questionados são de carácter sigiloso, devendo ser usados somente para efeitos do presente estudo.

Para a análise de dados empíricos, foi utilizado o procedimento de análise de conteúdo. Com efeito, a análise deste estudo seguiu as seguintes técnicas: questionário e grupo focal, conforme recomendam Cerro, Silva e Bervian (2007) que referem que se deve anotar com cuidado todos os dados fornecidos.

## **2. Fundamentação teórica**

### **2.1. O conceito de avaliação**

Antes de definir a avaliação de desempenho na função pública, é necessário definir o conceito de avaliação como sendo um domínio científico e uma prática social cada vez mais indispensável para caracterizar, compreender, divulgar e melhorar uma grande variedade de problemas que afectam as sociedades contemporâneas, tais como a qualidade da educação e do ensino; a prestação de cuidados de saúde; a distribuição de recursos e a pobreza.

Avaliar é, antes de mais, pôr em prática e fazer funcionar o elemento estrutural constante que permite identificar os factos de avaliação, porque os caracteriza, ou seja, ajuda-nos a conhecer e a compreender as realidades dos funcionários e das instituições para que os possamos transformar e melhorar (NETO, 2014).

A avaliação pode ser definida como sendo a medição do grau de execução do que foi planejado, os progressos e retrocessos registados para traçar as melhores estratégias de superação em função dos planos futuros da instituição, ou seja, o processo de medição dos feitos ou de cumprimento dos objectivos traçados por uma área, instituição e serviços.

Outrossim, a avaliação pode ser entendida como estratégia que demonstra a realidade de cada instituição, no âmbito da realização e prestação de serviço. Ela valoriza, quer o trabalho dos funcionários, quer das instituições da função pública para que na resolução dos problemas descobertos num sector privilegia-se o *feedback* contínuo, visto que a avaliação não visa penalizar o funcionário.

## 2.2. O conceito de desempenho

Neto (2014, p. 6) defende que desempenho pode ser entendido como contingência, porque:

o desempenho contingencial varia de pessoa para pessoa e pode depender da influência de uma série de factores condicionantes, tais como: cultura e ambiente organizacionais, valor das recompensas e a percepção de que as recompensas dependem do esforço individual que a pessoa estiver disposta a realizar. Por sua vez o esforço individual depende das habilidades e capacidades da pessoa e de sua percepção do papel a ser desempenhado.

Um bom desempenho dos funcionários nas instituições passa, primeiramente, pela percepção da cultura organizacional e, em segundo, perceber como têm sido geridas as recompensas para os funcionários que mais se destacam em função das suas habilidades e atribuições.

Nesta perspectiva, o desempenho “é um conjunto de características ou capacidades de comportamento e rendimento de um indivíduo, de uma organização ou grupo” (NETO, 2014, p. 13). Lopes, Silva e Queiroz (2018) dizem que o desempenho sendo uma ferramenta de Gestão, a avaliação de desempenho visa a contribuir como suporte aos líderes de uma organização, para conhecer os aspectos relevantes do “capital humano”, além de poder ajudar a tomar as devidas decisões, que poderão sofrer impactos de forma relevante nos resultados pretendidos.



### 2.3. Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho pode ser inerente aos recursos humanos. Ela consiste na planificação, organização, desenvolvimento, coordenação e controlo de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal, ao mesmo tempo em que a organização representa o meio que permite a quem colabora, o alcance dos objectivos individuais relacionados, directa ou indirectamente com o trabalho (LOPES; SILVA; QUEIROZ, 2018).

Lopes, Silva e Queiroz (2018) consideram que a empresa classifica os funcionários que não alcançam os padrões estabelecidos para determinado objetivo estratégico como descartáveis. Estes autores afirmam que avaliação de desempenho, portanto, visa, além de estabelecer os resultados a serem perseguidos pelos indivíduos, acompanhar o processo de trabalho e fornecer “*feedback constante*”.

Avaliação de desempenho é um meio para se obter dados e informações que possam ser registados, processados e canalizados para a melhoria do desempenho humano nas organizações (CHIAVENATO, 2004)

No entanto, há critérios a serem estabelecidos no processo de avaliação de desempenho, dependendo do que se pretende avaliar e do foco dessa avaliação: o indivíduo, a organização, relação cidadão-sociedade, ou qualquer outro. Avaliar os pares no ambiente organizacional pode ser uma tarefa árdua, devido às relações que se estabelecem entre os indivíduos. Segundo Pavani Júnior (2003), deve-se eliminar toda a subjetividade do processo e avaliar as pessoas pelo comprometimento que fazem à organização e não pelo humor que despertam em seus pares. Os critérios devem ser mensuráveis e condicionados a um planeamento, de forma a evitar a subjetividade na avaliação. Embora nem tudo seja mensurável, é necessário evitar a subjetividade no processo avaliativo de modo a garantir um processo justo que responda aos propósitos para os quais foram instituídos.

Segundo Neely (1998), os sistemas de avaliação de desempenho apresentam uma forte ligação entre objectivos, estratégia e o comportamento dos gestores, tendo em conta que os objectivos e a estratégia representam interesses de ambas as partes. De acordo com este autor, os sistemas de avaliação de desempenho podem ser definidos como conjuntos de indicadores que possibilitam a tomada de decisões e acções, ao quantificar a eficiência e a eficácia de acções passadas, através da escolha, compilação, ordenação, análise, interpretação e disseminação dos dados apropriados.

Os sistemas de avaliação de desempenho aspiram apoiar os gestores na implementação da estratégia organizacional, assim estes devem seleccionar quais são os indicadores que melhor reflectem os objectivos da estratégia e que, tanto na actualidade quanto no futuro, sejam factores críticos, cuja melhoria permita atingir o sucesso da sua implementação. Estes sistemas de avaliação de desempenho são apenas um dos muitos mecanismos que aumentam a possibilidade da organização implementar as suas estratégias com sucesso (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2003).

#### **2.4. A avaliação de desempenho na função pública**

Ao ingressar na função pública, em Moçambique, os funcionários não são informados sobre a existência de avaliação de desempenho, instrumento que permite aferir o grau de realização das actividades do funcionário no exercício das suas funções num determinado período. Deste modo, pode-se questionar se tem havido capacitação ou treinamento dos avaliadores para o correcto uso do instrumento.

A Administração Pública em Moçambique tem enfrentado vários desafios com destaque para o desempenho do funcionário público enquanto actor fundamental no alcance de níveis satisfatórios de prestação de serviços (TERENCIANO, 2018). O desempenho dos funcionários é, em parte, condicionado pelo grau de satisfação no trabalho que, por conseguinte, exerce influência sobre a capacidade de retenção dos funcionários por parte das instituições. Neste contexto, compreende-se que a avaliação de desempenho é um ponto fundamental de qualquer sistema eficaz de gestão de recursos humanos.

Tessaro *et al.* (2019) afirma que, se aplicada correctamente, a avaliação de desempenho pode trazer muitos benefícios para a organização. A avaliação, quando feita de forma positiva, tem muitas benfeitorias e muitos beneficiados. A vantagem principal de ter o método de avaliação de desempenho na organização é possibilitar que o próprio desempenho (tanto individual quanto coletivo) seja aperfeiçoado, favorecendo a todos. Esse é o principal motivo da avaliação: o retorno sobre o atributo melhora o desempenho. Trata-se do ponto essencial no gerenciamento actual. No Decreto 55/2009, de 12 de outubro, o Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública (SIGEDAP) estabelece:

que avaliar o desempenho individual dos funcionários e agentes do Estado, tem em vista promover a excelência e a melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos; melhorar o desempenho individual e a qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública; elevar o comprometimento e o desenvolvimento das competências dos funcionários e agentes do Estado; contribuir para o desenvolvimento da Administração Pública e para a profissionalização dos funcionários e agentes do Estado; reconhecer e distinguir os funcionários e agentes do Estado pelo desempenho e mérito demonstrados na execução das suas actividades; identificar as necessidades de formação e desenvolvimento profissional adequado à melhoria do desempenho dos funcionários e agentes do Estado; permitir a tomada de decisões relativas a nomeação, promoção, mobilidade, renovação de contratos, premiações, distinções e punições de acordo com a competência e o mérito demonstrados; e fortalecer as competências de liderança e de gestão.

A avaliação de desempenho na função pública não visa a apenas gratificar os melhores, promover os mais destacados. A outra parte dela, visa a sancionar os piores com a perda dos benefícios estipulados neste decreto. Em última instância, até a perda de emprego na Administração Pública, como consequência do seu mau desempenho.

## 2.5. Princípios de avaliação de desempenho na função pública

No artigo 4.º do Decreto 55/2009, de 12 de outubro, o SIGEDAP estabelece os princípios que os funcionários e agentes do Estado devem obedecer no desempenho das suas funções, conforme descrito abaixo.

**a) Legalidade:** a obediência ao princípio da legalidade administrativa implica, necessariamente, a conformidade da acção administrativa com a lei e o direito, isto é, os funcionários e agentes do Estado, na sua actuação devem observar a lei e o direito, estritamente, a Constituição da República, o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e demais legislação vigente na Administração Pública.

**b) Transparência:** implica a publicidade da actividade administrativa, em que os órgãos da Administração Pública estão sujeitos a fiscalização e auditoria periódicas pelas entidades competentes. Nos termos do Decreto, a publicação dos actos administrativos dos órgãos e de instituições da Administração Pública é indispensável, nomeadamente os regulamentos, normas e outros diplomas legais, incluindo os resultados da avaliação do desempenho.

**c) Justiça e Imparcialidade:** no exercício das suas funções e no seu relacionamento com as pessoas singulares ou colectivas, a Administração Pública deve actuar de forma justa e imparcial. A imparcialidade impõe que os titulares e os membros se abstenham de praticar ou participar na prática de actos ou contratos administrativos, nomeadamente, de tomar decisões que visem o interesse próprio, do seu cônjuge, parente ou afim, bem como de outras entidades com as quais possa ter conflitos de interesse, nos termos da lei.

**d) Isenção:** no exercício das funções os dirigentes, os funcionários e agentes do Estado, devem actuar sem quaisquer influências exteriores que tendem a prejudicar os interesses dos avaliados.

**e) Boa-fé:** principio da prossecução do interesse público e protecção dos direitos e interesses dos cidadãos. Os órgãos da Administração Pública observam o princípio da boa-fé, prosseguem o interesse público, sem prejuízo dos direitos e interesses dos particulares protegidos por lei.

**f) Integridade:** Estado ou qualidade de justo, recto, incorruptível, honesto, imparcial, idóneo.

**g) Responsabilização:** qualidade de quem é responsável e é obrigado a responder por certos actos próprios ou alheios ou por algo que lhe foi confiado, a Administração Pública responde pela conduta dos funcionários e agentes do Estado de que resultem danos a terceiros, sem prejuízo do seu direito de regresso, se for confirmada a sua reabilitação moral e cívica.

Portanto, tanto o avaliador quanto o avaliado são sujeitos a seguir, rigorosamente, os princípios que norteiam a avaliação de desempenho na função pública. O incumprimento destes princípios pode levar o funcionário público, sobretudo, aqueles que se encontram em regime de contrato, ou período probatório, ao afastamento imediato dos lugares que haviam preenchido, uma vez demonstrada assim a sua incompetência, através da avaliação de desempenho.

### 3. Objectivos de avaliação de desempenho

O objectivo da avaliação de desempenho é verificar se os resultados estão sendo atingidos e melhorar os processos para conseguir resultados cada vez melhores. Segundo Levieque (2013), dentre os objectivos da avaliação de desempenho, pode-se destacar a busca de melhoria aos resultados dos recursos humanos da empresa e instrumentalizar a gestão do desempenho. Padilha (2014) entende que como objectivos secundários estão a melhoria das relações interpessoais e comunicação entre gestor e equipa, e entre todos os membros da equipa; o autodesenvolvimento do profissional; o estímulo à maior produtividade; a remuneração variável; a oportunidade de conhecimento dos padrões de desempenho na empresa; o *feedback*<sup>3</sup> dos resultados da avaliação aos avaliados; a formação de um Banco de Talentos (criação e manutenção de um potencial de colaboradores habilidades com vista ao seu aproveitamento futuro – oportunidade de fazer carreira na empresa); a localização de problemas de ordem pessoal (conduta, atrasos, ausências, indisciplina, baixa produtividade, *etc.*); a identificação de necessidades de treinamentos e reciclagem; a adequação do profissional ao cargo; a realização ou em última instância; desligamentos de pessoas.

Como se pode depreender, as abordagens de Levieque e Motta apresentam pontos de concordância sobre a importância de avaliação de desempenho, na busca de melhoria aos resultados dos recursos humanos da função pública e instrumentalizar a gestão do desempenho voltada à produtividade, qualidade e satisfação dos agentes, através do comprometimento dos funcionários em relação aos resultados desejados pela instituição.

### 4. A importância da avaliação de desempenho na função pública

A função pública necessita ser avaliada através de um instrumento legal, de um processo de retroalimentação, revendo suas estratégias e métodos de trabalho, minimizando os efeitos da tendência à entropia e melhorando suas práticas. Assim, elas se reciclam, oxigenam-se e tornam-se capazes de sobreviver em ambientes turbulentos e mutáveis.

---

<sup>3</sup> *Feedback* é uma palavra inglesa que significa realimentar ou dar resposta a um determinado pedido ou acontecimento. O termo é utilizado em áreas como Administração de Empresas, Psicologia ou Engenharia Elétrica. É utilizado em teorias da Administração de Empresas, quando é dado um parecer sobre uma pessoa ou grupo de pessoas na realização de um trabalho com o intuito de avaliar o seu desempenho. É uma acção que revela os pontos positivos e negativos do trabalho executado tendo em vista a melhoria do mesmo (PADILHA, 2014).

Levieque (2011) aponta que a eficácia da implementação da gestão do desempenho pode proporcionar muitas vantagens tanto para Administração Pública quanto para os funcionários e agentes do Estado. Assim, o funcionamento eficaz da Gestão de Desempenho na Administração Pública está dependente de várias acções tais como: i) classificação da razão da sua implementação e da determinação dos resultados; ii) concepção do processo correspondente aos objectivos institucionais com vistas a reflectir diferentes funções e empregos; iii) formação de todos os intervenientes do processo e iv) avaliação contínua do grau de realizações das actividades com vistas a aferir o grau de alcance dos objectivos definidos.

A avaliação de desempenho na função pública ajuda a identificar as causas do desempenho deficiente e/ou insatisfatório, possibilitando sua correcção com a participação do funcionário avaliado. Além disso, ela possibilita: definir o grau de contribuição de cada colaborador, identificar a eficácia dos programas de treinamento, obter subsídios para promoção e remuneração, obter subsídios para elaboração de planos para desempenhos insatisfatórios, promover autodesenvolvimento e autoconhecimento dos funcionários, obter subsídio para elaboração de planos de formação ou treinamento para corrigir desempenhos insatisfatórios (SILVA, 2013).

## **5. Resultados**

O estudo objectivou analisar a percepção dos funcionários do distrito de Nacarôa no que diz respeito à avaliação de desempenho na função Pública. Os resultados deste estudo respondem a dois objectivos: 1) *avaliar o desempenho na função pública*; 2) *analisar as percepções dos funcionários do Distrito de Nacarôa em relação a essa avaliação de desempenho*.

### **5.1. A análise da avaliação de desempenho na função pública**

Dado que os procedimentos metodológicos obedeceram o respeito aos valores éticos sobre o tema deste artigo científico, os nomes dos funcionários questionados foram omitidos e codificados em categorias de grupos por letras alfabéticas.

A análise que se faz na avaliação de desempenho, vai além de simplesmente avaliar o desempenho do funcionário na função, sector ou da organização/instituição, ela busca também monitorar, educar, desenvolver, treinar e avaliar o desempenho, no exercício das suas actividades na função pública. Numa avaliação de desempenho do funcionário nas instituições

do Estado, o avaliador passa por valorizar os pontos fortes deste, bem como identificar as necessidades de acções de treinamento, desenvolvimento e educação dos seus avaliados, deixando de ser apenas um instrumento de ameaça, insegurança, punição e de frustrações.

Entende-se, neste ponto de vista, que a avaliação de desempenho tem, sobretudo, objectivos pedagógicos. Não é um processo que visa a castigar ou recompensar os avaliados. É vista como um instrumento precioso para auscultar os pontos fortes e fracos, as áreas passíveis de melhoria e as necessidades de formação prioritária. De forma lógica, a avaliação de desempenho do funcionário na função pública deve igualmente servir de base para melhorar o sistema de compensações (nomeadamente em caso de prémios de desempenho), para o desenvolvimento de planos de carreira (incluindo sistemas internos de promoções) e o calendário de acções de formação.

Portanto, percebe-se, ainda, que a avaliação de desempenho do funcionário na função pública é uma oportunidade para o avaliador estabelecer e rever os objectivos globais e individuais que poderão estar desajustados à realidade da instituição, ou dos serviços. Por essa razão, se as avaliações forem, em regra, negativas, talvez a fasquia de objectivos da avaliação de desempenho estivesse demasiadamente elevada. Pelo contrário, se a esmagadora maioria das avaliações for muito positiva, isso poderá ser um sinal que os gestores dos sectores, instituições e/ou de serviços são pouco exigentes para com os seus funcionários.

Segundo Motta (2005), um programa formal de avaliação de desempenho deve ter como principais objectivos melhorias voltadas à produtividade, qualidade e satisfação dos clientes, através do comprometimento dos funcionários em relação aos resultados desejados pela instituição. Além disso, deve gerar informações melhorando a comunicação entre os níveis hierárquicos na organização, estabelecendo um clima de confiança, motivação, cooperação entre os membros das equipas de trabalho, estabelecendo os resultados esperados das pessoas na organização.

Estas equipas são orientadas constantemente sobre seus desempenhos, tornando claro que os resultados são conseguidos através da actuação de todo o corpo institucional, que serve como importante instrumento coadjuvante em decisões de carreira, salários e participação nos resultados, para levantamento de necessidades de treinamento e desenvolvimento, como instrumento propagador de programas de qualidade e, conforme o método adotado, do próprio instrumento legal de gestão de qualidade (MOTTA, 2005).

As percepções que foram tiradas em relação à avaliação de desempenho na função pública pelos grupos categorizados neste estudo são que este processo pode variar consoante ao humor, a disponibilidade, ou o estado de fadiga do avaliador no momento de avaliação, o que tende muitas vezes a ser mais subjectivo que integrado (depoimentos dos funcionários da categoria A, questionados sobre o posicionamento dos avaliadores no acto da avaliação de desempenho na função pública).

Segundo os funcionários pertencentes à "categoria do Grupo B" do questionário, entendem que "é também uma expressão daquilo a que cada um é mais sensível, para além da impressão imediatamente produzida (um determinado avaliador pode dar mais importância ao domínio dos objectivos, mesmo que o exercício seja de assiduidade, e o outro à apresentação, por exemplo).

No entanto, outra percepção é que os funcionários são avaliados usando-se critérios estabelecidos pela legislação que regulamenta a avaliação de desempenho na Administração Pública moçambicana, apesar de ainda existirem factores subjectivos<sup>4</sup> que influenciam no processo avaliativo, por parte do avaliador, como, por exemplo, a distribuição de formulários de avaliação de desempenho aos funcionários para serem preenchidos e devolvidos ao avaliador (depoimento dos funcionários da categoria do Grupo C, questionados sobre a eficácia no cumprimento dos instrumentos legais no processo da avaliação de desempenho).

## **5.2. Análise das percepções dos funcionários do Distrito de Nacarôa em relação à avaliação de desempenho**

Para compreender melhor a percepção dos funcionários sobre a avaliação de desempenho deste grupo focal, conforme as técnicas estabelecidas na metodologia deste estudo, fez-se a distribuição de funcionários por idade e sexo, pelo tempo de permanência na instituição, pela experiência e pelo exercício de função de chefia do avaliador:

---

<sup>4</sup> Subjectivo é a tendência de atribuir ao avaliado as características próprias do avaliador, como por exemplo, a projecção de simpatias e antipatias, fazendo com que o resultado da avaliação do funcionário não esteja adequado à realidade (Pontes, 1999).



**Tabela 1 – Faixa etária dos funcionários questionados das 4 instituições e a Secretaria Distrital**

Intervalo de idade	Número total de funcionário por intervalo de idade	Porcentagem (%)
18 – 25	4	14
26 – 31	8	16
32 – 37	11	22
38 – 45	20	40
46 – 55	7	8
56 – 65	0	0
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

**Fonte:** elaborada pelo próprio autor, a partir dos dados da pesquisa (2021).

Nesta faixa etária de 18 a 65 anos, os funcionários foram questionados, sobre sua percepção a respeito avaliação de desempenho na função pública: Dado que a faixa etária dominante situa-se no intervalo de 38 a 45 anos, com 20 funcionários, a resposta obtida na referida faixa etária do grupo focal permite concluir que a avaliação é importante, ao mesmo tempo que visa a melhorar a qualidade de cumprimento dos objectivos e metas traçadas (tabela 1).

**Tabela 2 – Distribuição dos funcionários em intervalo de sexo**

Intervalo de idade	Funcionário do sexo masculino	Funcionário do sexo feminino	Total	Porcentagem (%)
18-25	1	1	2	4
26-32	4	6	10	14
33-40	9	6	15	32
41-47	10	8	18	36
48-55	4	1	5	14
56-65	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>22</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

**Fonte:** elaborada pelo próprio autor, a partir dos dados da pesquisa (2021).

O questionário envolveu 50 funcionários de 4 serviços distritais, incluindo a Secretaria Distrital de Nacarôa, dos quais, 28 são homens e 22 são mulheres. O estudo feito comprovou a participação de ambos os sexos, com enfoque no sexo masculino (tabela 2).

**Tabela 3 – Tempo de permanência dos funcionários na instituição**

Tempo de experiência no serviço	Número total de funcionários por intervalo de idade	Porcentagem (%)
1 – 5	4	14
6 – 10	8	16
11 – 15	11	22
16 – 20	20	40
21 – 25	7	8
26 – 35	0	0
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

**Fonte:** elaborada pelo próprio autor, a partir dos dados da pesquisa (2021).

Para verificar a fidelidade nas respostas, buscou-se analisar o tempo de permanência e a experiência dos funcionários questionados, em que é dominado pelos funcionários com experiência que varia entre 16 e 20 anos de trabalho com 40%, seguidas de 11 a 15 (com 22%) e de 6 e 10 anos (com 16%) (tabela 3).

**Tabela 4 – Análise do exercício de função de chefia do avaliador**

<b>Tempo de experiência de exercício de chefia no serviço</b>	<b>Número total de funcionários por intervalo de idade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
1 – 5	2	20
6 – 10	6	60
11 – 15	2	20
16 – 20	0	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

**Fonte:** elaborada pelo próprio autor, a partir dos dados da pesquisa (2021).

O exercício de função de direção e chefia do avaliador é dominado pelos funcionários que exerceram as suas funções entre 6 e 10 anos, o que corresponde à 60% (tabela 4). Em relação aos sujeitos da investigação deste estudo, conclui-se que este grupo focal tem experiência para perceber a avaliação de desempenho na função pública no distrito de Nacarôa.

Tendo em conta que a pergunta de partida deste estudo analisa as percepções que os funcionários do distrito de Nacarôa têm em relação à avaliação de desempenho na função pública, para dar a credibilidade das respostas do questionário o estudo buscou analisar a faixa etária, o sexo, o tempo de permanência na instituição, a experiência dos avaliados e o tempo de exercício de funções do avaliador. Isso permitiu inferir que a avaliação de desempenho é percebida como uma ferramenta que não tem uma missão punitiva, mas sim, a de coadjuvar os avaliados na melhoria de desempenho das tarefas que lhes são incumbidas, como também motivar aqueles que se destacam nas actividades programadas em cada sector.

Pode-se depreender nesta análise, por um lado, que os funcionários olham a avaliação de desempenho como uma oportunidade para o avaliador identificar funcionários talentosos para premiá-los como forma de motivação e aos medianos submeter a capacitação e/ou formação para a melhoria da qualidade de serviços. Por outro lado, como o meio pelo qual o avaliador comunica as suas expectativas sobre o desempenho do avaliado e este recebe o *feedback* do seu desempenho emitido a sua opinião do processo de avaliação.

Assim, para fazer o balanço do desempenho do avaliado, em termos dos níveis alcançados em cada competência e/ou objectivo, os funcionários percebem que a avaliação de desempenho tem como propósito facilitar a troca de impressões sobre dificuldades, sucessos e insucessos do avaliado, identificar pontos fortes e áreas de melhoria com vistas ao desenvolvimento e melhoria na avaliação de desempenho futura.

Os funcionários percebem, ainda, que o cumprimento dos objectivos e metas permite a atribuição de prémios, bolsas de estudo para a formação (sejam elas do nível médio, sejam elas do nível superior), notas meritórias na avaliação de desempenho aos funcionários que mais se destacam, como factores motivacionais que concorrem para a melhoria da qualidade de serviço e da vida e profissional do funcionário.

### **Considerações finais**

O estudo permitiu concluir que a percepção que os funcionários têm em relação à avaliação de desempenho na função pública, no Distrito de Nacarôa, vai além de ser um instrumento legal que simplesmente avalia o desempenho dentro da função, sector, ou organização/instituição. Ela tem, igualmente, a função de monitorar, educar, desenvolver, treinar e avaliar o desempenho dos funcionários no exercício das suas actividades na função pública. Na avaliação de desempenho dos funcionários nas instituições públicas, o avaliador passa por valorizar os pontos fortes de cada funcionário, bem como identificar as necessidades de acções de treinamento, desenvolvimento e educação dos seus avaliados, deixando de ser apenas um instrumento de ameaças, insegurança, punição e de frustrações.

A avaliação de desempenho nas instituições da função pública no Distrito de Nacarôa serve como um meio, pelo qual o avaliador comunica as suas expectativas sobre o desempenho do avaliado e este recebe o *feedback* do seu desempenho emitindo a sua opinião no processo de avaliação.

Portanto, em virtude de que as instituições são organizações hierarquizadas, a comunicação entre membros das equipas de trabalho gera um clima de confiança, motivação, cooperação e segurança. Mais do que partilhar informações, na comunicação, os funcionários sentem-se reconhecidos, como fazendo parte das instituições em que trabalham. Por conseguinte, eles identificam-se pelos resultados almejados pelas instituições. Este sentimento aumenta o desempenho profissional do funcionário. O referido desempenho depende, igualmente, do levantamento de necessidades de treinamento, capacitações, formações, promoções na carreira e premiações. Logo, a eficiência e eficácia das instituições decorre de todos estes factores conjugados.

## Referências

ANTHONY, R.; CONVINDARAJAN, V. **Sistemas De Controle De Gestão, Texto e Casos**. Londres: Mcgraw- Hill, 2003.

CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, A. **Recursos Humanos: O Capital Humano das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projecto De Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LEVIEQUE, A. **Gestão de Recursos Humanos na Administracao Pública em Moçambique**. Maputo: Editorial Ndjira, 2011.

LEVIEQUE, A. **4p's De Avaliação de Desempenho Humano na Empresa**. Maputo: Publifix, Ltda., 2013.

LOPES, M.; SILVA, M.; QUEIROZ, A. F. Desempenho Profissional: Influências e Importância da Motivação no Mercado de Trabalho. **Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande**, p. 120-128, 2018.

MOTTA, C. C. **Avaliação de Desempenho**. Monografia (graduação). 53f. Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), Brasília, 2005.

NEELY, A. **Medindo o Desempenho Empresarial - O Economista em Associação**. Rio de Janeiro: Profile Books Ltda., 1998.

NETO, M. M. **A Avaliação de Desempenho e a Gestão de Qualidade na Instituição**. Dissertação do Mestrado. Estudo de Caso: Efp - Chimoio. Chimoio: UCM, 2014.

ORG. DECRETO 55/2009. SIGEDAP - **Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública**. Maputo: Imprensa Nacional De Mocambique, 2009.

ORG. DECRETO 30/2018, de 22 de Maio. **Sistema de Carreira e Remuneração**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2018.

**Qualificadores Profissionais de Carreiras, Categorias e Funções de Direcção, Chefia e Confiança em Vigor no Aparelho do Estado**. Maputo: CEDIMO, 2010.

PADILHA, A. **Comunicação, Arte e Cultura**. Minho: Universidade do Minho, 2014.

PAVANI JÚNIOR, O. **Gerenciamento por Objetos: A Administração Vetorial**. São Paulo: EPSE, 2003.

PONTES, B. R. **Avaliação de Desempenho: Nova Abordagem**. São Paulo: 1999.

SILVA, M. A. **Importância da Avaliação de Desempenho**. 2013.

TERENCIANO, F. Impacto da Avaliação de Desempenho na Gestão Do Pessoal na Função: Estudo de Caso do Centro de Recrutamento e Mobilização Militar de Maputo. **Revista de Carreiras e Pessoas**, Moçambique (2010-2015), p. 343-354, 2018.

TESSARO, P. *et al.* Avaliação de Desempenho: Uma Ferramenta para a Gestão de Pessoas. **In: Anais da XVIII Amostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação e Extensão, Caxias do Sul**, p. 1-17, 2019.

## Resenha de livro

**EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do caos. São Paulo: Vestígio, 2019. 190 páginas.**

**DOI:** <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.685>

**Agnello Rufino da Silva Junior<sup>1</sup>**

**Alessandra Lavor Passos Rufino<sup>2</sup>**

**Danilo Rodrigues Guedes<sup>3</sup>**

*Resenha recebida em 7/12/2020. Aceita em 7/5/2021.*

A obra intitulada *Os engenheiros do caos – como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*, de autoria do italiano Giuliano da Empoli. Publicado pela Editora Vestígio, em 2019, e traduzido para o português por Arnaldo Bloch. Seu título original se apresenta como *Les ingénieurs du Chaos*.

Giuliano da Empoli é cientista político, nascido em Paris em 1973, ex-aluno do *Institut d'études Politiques*, de Paris, foi secretário de Cultura da cidade de Florença e conselheiro político de Matteo Renzi, ex-primeiro ministro italiano. Atualmente vive em Paris e dirige o grupo de pesquisa “Volta”, com sede em Milão, na Itália. É autor de várias obras sobre política.

O livro lança uma proposta de explicação sobre os fenômenos políticos, que ocorrem em todo o planeta na atualidade, em que grupos se apossam do poder político central das nações mais importantes do mundo, utilizando, como ferramenta básica, informações falsas (*fake news*), baseadas em algoritmos computacionais que catalisam teorias de conspiração, sentimentos de medo nas pessoas, ódio entre partidários políticos, confusão mental na população e o convulsãoamento social.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do curso de Administração na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

E-mail: [agnellojunior@ufpi.edu.br](mailto:agnellojunior@ufpi.edu.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9448-1658>

<sup>2</sup> Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

E-mail: [alessandralavorpassos@gmail.com](mailto:alessandralavorpassos@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1871-3394>

<sup>3</sup> Mestre em Gestão Pública pela UFPI. Administrador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail: [daniloguedes@ifpi.edu.br](mailto:daniloguedes@ifpi.edu.br) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2281-2117>

Para exemplificar esses fenômenos e seus efeitos, principalmente políticos, o autor disseca o *modus operandi* dos “agentes do caos”, demonstrando exemplos de estratégias utilizadas por candidatos e/ou governantes e os resultados alcançados. O foco principal da narrativa é a Itália, mas demonstra a atuação dos “engenheiros do caos” nos Estados Unidos, Hungria e Brasil.

A intenção do autor, na obra, é advertir sobre a ascensão de grupos extremistas ao poder central das nações como fenômeno mundial e atual. Para o autor, tudo isso não passa de um sofisticado jogo para conquistar e manter o poder, embora bastante maléfico para a população, assim como para as democracias.

A obra, de 190 páginas, se divide em seis capítulos sob a forma de narrativas, em que os personagens (“os engenheiros do caos”) vão surgindo, e suas ideias, bem como suas ações, vão sendo analisadas minuciosamente pelo autor. Embora a interação entre os personagens não seja explícita, o objetivo comum, a subversão social em nome de uma democracia participativa, vai ficando claro à medida que a leitura avança.

O primeiro capítulo, *O vale do silício do populismo*, apresenta a Itália como um laboratório de experiências políticas bem-sucedidas no século XX, e como o berço da revolta contra o *establishment*, após a queda do muro de Berlin (9 de novembro de 1989). Narra, ainda, a estadia de Steve Bannon em Roma. Empoli (2019) considera Bannon como um dos engenheiros do caos, por ter ligações com os movimentos populistas nos Estados Unidos e na Itália. Bannon ajudou a eleger Donald Trump nas eleições americanas, embora, em seguida, tenha sido demitido pelo mesmo, e viu na Itália um ambiente propício para o desenvolvimento de suas ideias populistas e libertárias contra a globalização e o “Partido de Davos” (remetendo à cidade suíça onde ocorre anualmente o Fórum Econômico Mundial).

O segundo capítulo, *A Netflix da política*, narra a parceria entre Beppe Grillo, um comediante italiano muito popular, por suas interpretações cheias de paradoxos, provocações e insultos, e Gianroberto Casaleggio, um especialista em *marketing* digital, que trabalhou por 30 anos na Olivetti, uma grande empresa de informática italiana. Casaleggio acabara de deixar a empresa e queria fundar a própria empresa de informática, a *Casaleggio Associati*. Ele entendeu que poderia, através da *internet*, revolucionar a política, captando a preferência dos eleitores-consumidores, mas para isso precisaria da paixão das interpretações do comediante Beppe Grillo. Com essa combinação, do populismo tradicional com o algoritmo, nasceria uma temível máquina política, com poder suficiente para fazer com que eleitores apoiassem medidas antidemocráticas.

Em *Waldo conquista o planeta* (terceiro capítulo do livro), o autor faz alusão a um pequeno urso digital azulado que aparece numa série da TV inglesa (*Black Mirror*) destratando os políticos quando estes estão frente a frente com o mesmo. Waldo utiliza toda sorte de palavrões e agressões pessoais contra suas vítimas. Consegue, dessa forma, atrair a atenção das pessoas e, vai mais além, nutrindo o sentimento de ódio de seu público contra o sistema político vigente, e contra políticos escolhidos como alvos. Dessa maneira, tenta desconstruir o discurso do “politicamente correto” tradicional. Essa política da cólera vai ser vislumbrada e utilizada como arma em diversos pleitos eleitorais, como nos Estados Unidos, na Europa e até mesmo no Brasil. O diferencial é que as campanhas difamatórias atuais são feitas através das redes sociais, utilizando-se equipamentos como os computadores e os *smartphones*.

No quarto capítulo – *Troll, o chefe* – o autor demonstra que é possível desconstruir o politicamente correto por meio de um conceito (*trollar*) retirado dos jogos (*games*) e dos jogadores (*gamers*), a partir da disputa de um jogo de guerra (*World of Warcraft*). O jogo foi lançado em Hong Kong no evento *Internet Gaming Entertainment*. No evento estava presente o olhar clínico de Steve Bannon, que conseguiu identificar o sentimento de ódio dos jogadores que tinham menos privilégios no jogo e, através disso, enxergou a possibilidade de trazer essa insatisfação para a política. Entra em cena Milo Yiannopoulos, um *gamer* que foi encarregado de recrutar um exército de *trolls* para, unidos ao candidato Donald Trump, combater o *establishment* norte-americano e elegê-lo presidente dos Estados Unidos. Os *trolls* se utilizam da mesma estratégia do urso Waldo para desconstruir a imagem dos adversários, mas com um diferencial – não basta simplesmente agredir verbalmente o oponente, sua imagem também deve ser colocada em dúvida perante o eleitorado. Para isso são usadas todas as informações colhidas sobre o opositor, sejam elas verdadeiras ou falsas. Os *trolladores* são caracterizados nas figuras de Donald Trump (exímio nessa arte) e Milo Yiannopoulos (o engenheiro do caos).

No quinto capítulo, *Um estranho casal em Budapeste*, entra em cena a figura de mais um engenheiro do caos – Arthur Finkelstein – que, utilizando o método do *microtargeting*, consegue fazer análises demográficas sofisticadas e identificar segmentos de grupos de eleitores, suas emoções e seus sentimentos, e, dessa maneira, trabalha as campanhas eleitorais de forma individualizada. Finkelstein utiliza, para a segmentação do eleitorado, seus *spins doctors* (espécie de assessores eleitorais) e, a partir das informações obtidas, passa promover sua máquina de desconstrução do adversário, através das *negative campaigns*. Com essa técnica, obteve êxito nas



campanhas eleitorais de Viktor Orban, na Hungria, Ronald Reagan, George Bush e Donald Trump, nos Estados Unidos, e Benjamin Netanyahu, em Israel, bem como de vários outros chefes de estado em países do Leste Europeu. O ponto forte de sua estratégia é o estímulo à xenofobia, com o ataque cerrado contra os imigrantes.

O sexto capítulo, *Os “físicos” e os dados*, dissecou o pensamento político de Dominic Cummings, diretor da campanha em favor do *Brexit*, que propaga que o progresso na política é muito mais vantajoso se forem contratados físicos ao invés de *experts* ou comunicadores. A justificativa é simples: a física consegue trabalhar com uma quantidade infinita de dados e identificar correlações dos comportamentos humanos, que a ciência política, a comunicação, ou mesmo o *marketing*, não conseguem, com a vantagem de poder criar modelos e desenvolver simulações, até que se esgotem todas as possibilidades para uma tomada de decisão. Uma ferramenta bastante poderosa quando a política está baseada em redes sociais, *likes*, compartilhamentos e a exposição em massa.

No capítulo da conclusão, *A era da política quântica*, Empoli (2019) deixa para o leitor que o mundo entrou em uma nova era, denominada de narcisismo de massa. Há um paradigma político no mundo que está sendo quebrado: a democracia representativa. Tal estrutura política é estereotipada como “uma máquina que foi concebida para ferir o ego dos viciados em *selfies*”. Pressupondo que há uma insatisfação quanto às formas político-representativas disponibilizadas pelas democracias mundiais atuais, pressupondo a grande interação social dos cidadãos, principalmente pela via digital, afloram os movimentos populares e nacionalistas. Nessa intersecção entram os algoritmos, que são desenvolvidos e instaurados pelos “engenheiros do caos” oferecendo a cada indivíduo a possibilidade de ser um rebelde contra o sistema imposto. Dá-lhes o que vem a ser a essência da democracia – a sensação de controle total de suas vidas – ao invés de serem simples figurantes no sistema político.

Em todos os cenários acima descritos atuam os “agentes do caos”, que criam realidades paralelas e legiões de apaixonados, que buscam vivenciar experiências de radicalização política, isolamento do espaço público e quebra de paradigmas sociais. A obra de Giuliano da Empoli coloca a tecnologia no centro das transformações sociais e políticas da atualidade. Infere que o fundamento de todas essas transformações são as insatisfações com regras impostas por estruturas caducas de controle social, que, ao invés de proporcionarem benefícios para indivíduos e sociedades, lhes impõe cerceamento de direitos, causando esse sentimento de ódio disseminado mundialmente e que está proporcionando a ruptura das estruturas sociais mais sólidas.

Os “engenheiros do caos” vêm nesse ódio narcisista a oportunidade de manipular pessoas e governos através da oferta de (des)informação. O paradoxo dessa manipulação se dá quando nota-se que os manipuladores não fazem parte da massa de manipulados, e que eles estão a serviço de interesses adversos. Basta, para isso, uma análise bem detalhada de toda trama da manipulação. Um ponto bem definido na leitura da obra, e que vai corroborar com o paradoxo acima, é que esse fenômeno não acontece localmente, pelo contrário, ele é mundial, com a ascensão de líderes, que, apesar de atitudes pouco democráticas, obtêm o apoio de parcela significativa da população de suas nações.

Outro ponto bem explícito no texto, demonstrado pelos vários protagonistas, é que, atualmente, política não combina com apatia, com discursos padronizados, com promessas a serem cumpridas. O movimento populista apela para as emoções, para os extremismos, para os discursos fortes e atitudes enérgicas, e acabam atraindo legiões de cidadãos que tem o mesmo pensamento e a mesma vontade de quebrar paradigmas sociais e políticos.

Por fim, destaca-se, no final do livro, “*Notas Bibliográficas*” ao invés das “*Referências Bibliográficas*”, o que não impede o leitor de buscar as citações de seu interesse. A leitura dessa obra é salutar, e bastante recomendada, para todos aqueles que buscam entender a espiral política pela qual as sociedades mundiais estão passando nesses últimos tempos.

**Lista de pareceristas *ad hoc* da revista INFORME ECONÔMICO (UFPI)**

Abner Vilhena de Carvalho	Fernanda Rocha Veras e Silva
Adriano Alves de Rezende	Francisco Eduardo de Oliveira Cunha
Agnello Rufino da Silva Junior	Francisco Esteves
Agostinho Armando	Gil Bracarense Leite
Ahamada Bobina Mussa	Heitor Simão Afonso Ambrósio
André Devecchi de Freitas	Hermano Caixeta Ibrahim
Andressa de Sousa Santos Ferreira	Humberto Filipe Faria Lelis Duarte
Andreza Aparecida Palma	Javier Cifuentes-Faura
Auberth Henrik Venson	João Gabriel de Araujo Oliveira
Brenna Galtierrez Fortes Pessoa	João Victor Souza da Silva
Bruna Raposo	Josueh Regino
Caio Matteucci de Andrade Lopes	Kellen Carvalho de Sousa Brito
Carine Machado Oliveira	Laís Fernanda de Azevedo
Carla Adriana Meneses da Rocha	Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama
Carlos Gomide da Silva	Lázaro Cezar Dias
Catarina Silveira	Lucas Casonato Jacinto
Clarissa Flávia Santos Araújo	Lucas Mikael
Claudio Carneiro da Cruz Neto	Lucas Vitor de Carvalho Sousa
Daniel Moura da Costa Teixeira	Luciano Pereira da Silva
Danilo Rodrigues Guedes	Marcelo dos Santos da Silva
Edivane de Sousa Lima	Maria Luiza Almeida Luz
Edna Maria da Silva	Mario Augusto de Souza Liziér
Eduardo José Monteiro da Costa	Natália Aurélio Vieira
Évilly Carine Dias Bezerra	Paulo Eduardo Panassol
Fábio Carlos Silva	Pedro da Conceição João
Felippe Rocha Presado Menezes de Barros	Pollyanna Paganoto Moura

Priscila Soares dos Santos  
Rafael de Acypreste Monteiro Rocha  
Rafael Galvão de Almeida  
Rebeca Maria Nepomuceno Lima  
Renner Pinzan Moraes  
Ricardo Nunes de Oliveira  
Rita Inês Paetzhold Pauli  
Rodrigo Silva  
Rodrigo Straessli Pinto Franklin  
Sócrates Jaconbo Moquete Guzma  
Suzane Rodrigues  
Tales Rabelo Freitas  
Tawan de Oliveira Rodrigues Maciel  
Telma Regina Stroparo  
Thainá Sales  
Thiberio Mota da Silva  
Vinicius da Silva Centeno  
Vinícius Figueiredo  
Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves